

DEMOCRACIA VIVA 19

NOV 2003 / DEZ 2003

Mundo pós-Cancún
Mark Ritchie

**Nebulosidades em
relações inter-raciais**
Laura Moutinho

**O impacto do
acordo com o FMI**
Alex Jobim Farias, Pedro
Quaresma e Júlio Miragaya

Imagens do inconsciente
Luiz Carlos Mello



iBase
etinho

A

publicação de mais um número da Democracia Viva coincide com as avaliações sobre o primeiro ano do governo Lula – inaugurado com aquela mágica festa da posse. Há uma crescente crítica ao continuísmo da política macroeconômica, seguida até aqui, emanada de setores mais organizados e militantes da sociedade civil brasileira. Sobretudo, causa um mal-estar enorme a continuidade de políticas de estabilidade. A sensação é ainda mais amarga porque o tal continuísmo vem recebendo aplausos dos que mais temiam a conquista do poder estatal pelo Partido dos Trabalhadores.

O que mais incomoda numa perspectiva de cidadania ativa é que o desconforto com o que vem acontecendo não está levando a um *arregarçar as mangas* e ir à luta. A mágica do encontro entre povo e nação – simbolizada na chegada de Lula à Presidência da República – parece que nos paralisou. Estamos *dando tempo*? Até quando? Já dizia a canção: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Certo, aconteceram mobilizações neste ano, mas não foram elas que influíram na agenda política. Foi o próprio governo que protagonizou algumas iniciativas de participação, como a consulta do PPA (Plano Plurianual de Investimentos) e o processo das grandes conferências. No geral, porém, estivemos mais ausentes do que ativos.

O problema é que governo nenhum age no vazio. Expressão de correlação de forças políticas, o poder estatal funciona empurrado, aqui e em qualquer parte, governo de direita ou de esquerda, sobretudo nos regimes democráticos. Com o governo Lula não é diferente. Fruto de uma aliança que trouxe para o centro do poder político estatal a expressão mais avançada da relação trabalho e capital da história brasileira, o governo opera numa contradição visível. É um ganho, sem dúvida, pois ao menos não temos a elite proprietária se articulando para desestabilizar o governo ou fazendo o que melhor sabe: armando golpes para não ceder seus seculares privilégios. Mas é uma aliança que por si só não gera a mudança necessária para o Brasil da inclusão, da liberdade e dignidade humanas para todas e todos os brasileiros. A cidadania militante, aquela que com autonomia age e pressiona, é mais indispensável do que nunca. Os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil, profundamente identificados com as bandeiras dos direitos humanos, da justiça social, da liberdade e igualdade, com respeito às diversidades que temos como povo, são desafiados a dar um novo passo. Trata-se de criar o ambiente indispensável para que o governo não fique preso nas contradições da própria aliança política que o levou ao poder. Precisamos acreditar que a nossa participação pode fazer uma enorme diferença.

A tarefa é complexa, mas possível. Não podemos é adiá-la. O Ibase quer dar a sua contribuição autônoma, crítica e engajada. Queremos pensar a nossa realidade com suas múltiplas facetas, como faz o grande parceiro do Ibase e da revista *Democracia Viva* desde a primeira hora, Alcione Araújo, nosso entrevistado. De suas reflexões sobre a cultura no Brasil emergem pistas para o radicalismo que precisamos praticar. Radicalismo que é uma expressão prática na história de Manoel Conceição. Precisamos de um radicalismo que combine a clássica agenda de esquerda com as novas lutas por identidade feminina, étnica e de juventude, como bem formula Mary Castro. Não podemos parar, pois o FMI continua na nossa porta (artigo dos companheiros da Rede Brasil) e a vitória em Cancún aponta o possível (Mark Ritchie). Aliás, não fosse um grande movimento cidadão, a nossa Petrobras não teria sido possível (Giuseppe Bacocoli). Enfim, as razões para não esperar são muitas.

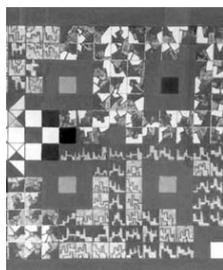
S U M Á R I O



ENTREVISTA
Alcione Araújo



NACIONAL
Lógica perversa do FMI



ARTIGO
Comércio global sustentável

- 3 ARTIGO**
Por um comércio global sustentável
Mark Ritchie
- 12 ARTIGO**
Alcance e limites das políticas de identidade
Mary Garcia Castro
- 22 ARTIGO**
50 anos de histórias e desafios
Giuseppe Bacocoli
- 28 NACIONAL**
A lógica perversa do acordo com o FMI
Alex Jobim Farias, Pedro Quaresma e Julio Miragaya
- 36 VARIEDADES**
- 38 ESPECIAL**
Manoel Conceição Santos – a luta e a militância de um trabalhador
Rogério Almeida
- 46 PELO MUNDO**
- 48 INTERNACIONAL**
Imigrante, cidadania suspeita
Beatrice Verri Whitaker
- 52 ENTREVISTA**
Alcione Araújo
- 62 RESENHAS**
- 66 ESPAÇO ABERTO**
Zonas de sombra e silêncio
Laura Moutinho
- 74 CULTURA**
Imagens que revelam o inconsciente
Luiz Carlos Mello
- 80 ÚLTIMA PÁGINA**
Nani

Etinho
iBase

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Av. Rio Branco, 124 / 8º
20148-900 Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2509-0660 Fax: (21) 3852 3517
ibase@ibase.br - www.ibase.br

Conselho Curador

Regina Novaes
João Guerra
Carlos Alberto Afonso
Moacir Palmeira
Jane Souto de Oliveira

Direção Executiva

Cândido Grzybowski
Francisco Menezes
Jaime Patalano

Coordenadores(as)

Erica Rodrigues
Iracema Dantas
Itamar Silva
João Roberto Lopes Pinto
João Sucupira
Leonardo Mélo
Moema Miranda
Núbia Gonçalves

Assessora da Direção Executiva

Maria Nakano

DEMOCRACIA VIVA

ISSN: 1415149-9

Diretor Responsável

Cândido Grzybowski

Conselho Editorial

Alcione Araújo
Ari Roitman
Eduardo Henrique Pereira de Oliveira
Jane Souto de Oliveira
Regina Novaes
Rosana Heringer

Coordenação Editorial

Iracema Dantas

Subeditor

Marcelo Carvalho

Revisão

AnaCris Bittencourt
Marcelo Bessa

Assistentes Editoriais

Flávia Mattar
Jamile Chequer

Produção

Geni Macedo

Distribuição

Maria Edileuza Matias

Projeto Gráfico

Mais Programação Visual

Diagramação

Imaginatto Design e Marketing

Ilustração da Capa

Escultura de Lúcio Noeman; pintura (alto, à direita) de Ênio Sérgio; pinturas (mandalas) de Fernando Diniz (acervo Museu Imagens do Inconsciente).

Ilustração da edição

Pinturas do Museu Imagens do Inconsciente fotografadas por Marcus Vini

Fotolitos

Rainer Rio

Impressão

J. Sholna Produções Gráficas

Tiragem

4.300 exemplares

democraciaviva@cidadania.org.br

Amigos
do
Etinho
iBase

O Ibase é uma entidade pública a serviço da cidadania e da democracia. Seu estatuto é de uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa, suprapartidária, reconhecida como de utilidade pública.

Para apoiar os projetos desenvolvidos pelo Ibase, escreva para amigos@ibase.br ou telefone para (21) 3852 6028.

Doações de pessoas jurídicas podem ser abatidas do Imposto de Renda.

ARTIGO

Mark Ritchie*

Por um comércio global sustentável

O Fórum Social Brasileiro esteve voltado para três dimensões específicas do mundo que estamos tentando criar.¹ Primeiro, a das cidadanias individual e coletiva – nosso papel e responsabilidade dentro do desenvolvimento humano sustentável. Segundo, a questão sobre como produzimos e tornamos disponíveis os produtos de que necessitamos para sobreviver – sem esquecer aqueles com quem compartilhamos o planeta agora e no futuro. Neste artigo, será focaliza-



JOSÉ ALBERTO DE ALMEIDA

do o terceiro aspecto: os elementos-chave das relações – recíprocas ou no conjunto – entre Estados-nação, instituições internacionais e povos, a nova situação e os desafios que se configuraram depois da 5ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Cancún, especialmente à luz das crescentes ameaças de unilateralismo, mercantilismo, nacionalismo neoconservador e militarização.

O objetivo deste artigo é simplesmente o de iniciar um debate, enfocando apenas um dos elementos-chave da ordem internacional – o comércio e a principal instituição de elaboração de políticas do setor, a OMC. Usando a OMC como exemplo, serão investigados alguns dos pensamentos que emergiram do seio da sociedade civil sobre as formas de reformular o sistema global, de maneira que tanto os Estados-nação como as agências internacionais possam nos dar um melhor auxílio na tarefa coletiva de construir um desenvolvimento humano social, econômico, ecológico e politicamente sustentável.

¹ Texto produzido a partir de *paper* para o ciclo de seminários Agenda Pós-neoliberal (no Fórum Social Brasileiro 2003), organizado pelo Ibase em parceria com ActionAid, Fundação Rosa Luxemburgo e Attac Brasil.

O comércio tem de ser administrado em prol da sustentabilidade: preços justos, lucros e salários para que cada pessoa possa estar contribuindo com o produto final

Em primeiro lugar, uma opinião geral sobre comércio, a OMC e a legislação e política de comércio como um sistema mais amplo. O desenvolvimento e a preservação, ao máximo possível, das culturas, das comunidades e das economias locais são fundamentais. Criar e defender um alto grau de diversidade econômica, social, cultural, artística, política e biológica é tanto uma questão básica de direitos humanos como de sobrevivência humana. A tendência a pensar dessa forma é cada vez mais

intensa, à medida que o temor vai aumentando diante do desconhecimento sobre os riscos relacionados à predominância atual de um modo de vida baseado na indústria centrada no hidrocarboneto.

Um bom exemplo de equilíbrio entre apoio ao comércio local e benefícios da troca de produtos e serviços a longa distância é o selo de certificação de comércio justo utilizado em inúmeros produtos e *commodities*, que vão desde bolas de futebol até o café. Outro exemplo é a Convenção sobre Diversidade Biológica, que determina as condições de comércio visando proteger nossa herança genética. Um terceiro exemplo é a Bolsa Amazônia, que promove o comércio que protege especificamente a ecologia na bacia do rio Amazonas. O que há em comum

entre cada uma dessas disposições sobre comércio justo é um conjunto de regras de comércio estabelecido de comum acordo. Há forte convicção de que o comércio pode e deve ser organizado de forma a promover o desenvolvimento humano sustentável. A solução para isso seria por meio do comércio de importação e exportação baseado em normas estabelecidas que sejam monitoradas e cumpridas.

Uma vez que o comércio, na maior parte das vezes, é realizado por empresas (e não por governos), a chave para a elaboração de normas consistentes – e que num momento posterior podemos ver seu cumprimento – estaria na combinação de forças, mesmo de negócios bem instruídos, consumidores conscientes, governos nacionais e agências/instituições internacionais progressistas. Dados os

atuais desequilíbrios em âmbito mundial em termos de poderio econômico e militar, esses acordos têm de ser forjados e buscados em todas as esferas e em combinações diversas, a fim de proteger o âmbito local e promover a sustentabilidade econômica, ecológica e social. Regras de comércio bem elaboradas também são importantes para o enfrentamento de alguns conflitos internos de ordem econômica, como a guerra entre Iraque e Kuwait, que culminou na Guerra do Golfo.

De fato, sabemos como estruturar o comércio para que seja sustentável, mas isso não acontecerá por acidente ou pela magia das “mãos invisíveis” ou dos punhos cobertos com luvas de veludo. O comércio, como todos os outros negócios, tem de ser administrado em prol da sustentabilidade – preços justos, lucros e salários para que cada pessoa possa estar contribuindo com o produto final. O comércio sustentável inclui o crescimento contínuo em termos da produção de produtos com maior qualidade e a baixo custo para o meio ambiente – portanto, para o público consumidor e a sociedade como um todo. Sabemos também como estruturar regimes internacionais, instituições e processos de resolução de controvérsias que podem contribuir para a redução do número de vezes que uma dada nação opta pelo caminho do conflito armado diante de disputas no campo da economia.

Comércio organizado

Podemos ser otimistas quanto à próxima fase da política de comércio mundial por cinco razões principais. Primeiro, graças à feliz convergência de muitos fatores, e mesmo pela importante liderança do governo brasileiro, a OMC inicia um processo de transição, passando de meramente uma extensão dos acordos neocoloniais pós-Segunda Guerra Mundial – nos quais uns poucos países ditavam ordens à maioria – para uma nova maneira de operar que pode ajudá-la a se tornar uma verdadeira instituição da economia internacional. A reunião ministerial da OMC em Cancún foi a primeira vez na história dessas conversações sobre comércio – desde a Conferência de Havana, em 1947 – que as negociações chegaram perto de ser realmente globais.

Cerca de cem países do mundo em desenvolvimento engajaram-se num debate verdadeiro sobre os dois assuntos mais importantes que estavam em discussão – agricultura e os temas de Cingapura – em duras negociações com

as duas dúzias de países industrializados que compõem a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Como órgão do sistema global das Nações Unidas, as instituições que elaboram políticas de comércio (como a primeira dessas instituições, a Organização Internacional do Comércio, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e mesmo o preâmbulo da OMC) têm produzido parte do mais avançado pensamento e da retórica nessa área. Infelizmente, na prática, nunca cumpriram sua missão progressista de pleno emprego, justiça e processo democrático globais.

Em segundo lugar, a OMC tornou-se a instituição de economia internacional sobre a qual a sociedade civil e cidadãos e cidadãs individualmente detêm mais informação e na qual suas ações de exigibilidade (*advocacy*) têm sido as mais eficazes. A natureza altamente reservada e antidemocrática do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt, na sigla em inglês), o antecessor da OMC, combinada com as consequências bastante negativas sofridas por produtores, classe trabalhadora e pelo meio ambiente, resultantes das negociações anteriores, fez da OMC o alvo provavelmente do maior movimento mundial desde a guerra do Vietnã.

Tanto por meio da ação direta e organizada de exigibilidade como da participação ampliada pelo trabalho de parlamentares, cidadãos e cidadãs do mundo todo vêm contribuindo na definição de uma agenda e influenciando no próprio processo. Somente agora estamos começando a compreender o processo de *lobby* e exigibilidade mundiais e, com certeza, somos fracos em muitos aspectos. Porém, entre todas as ações de exigibilidade cidadã mundial do momento, a ação perante a OMC é a mais avançada. As lições tiradas de outras importantes iniciativas da cidadania mundial, como o boicote à Nestlé, o Tratado de Minas Terrestres e a Convenção sobre Diversidade Biológica, começam a se fundir e a se amalgamar, depois de quase 20 anos de ação de exigibilidade cidadã perante o Gatt e a OMC, para então tomar a forma de uma estrutura de efetiva ação de exigibilidade cidadã global. Essa estrutura que está se formando não é sinônimo de democracia global, mas ainda assim é importante.

A terceira razão tem a ver com a estrutura da OMC. Nela, é necessário haver consenso em muitas áreas para que as negociações possam prosseguir e isso a torna uma instituição ideal para a construção de acordos verdadeiramente

globais – aqueles que são bons tanto para o Norte como para o Sul. A Índia esteve praticamente isolada na sua posição quanto aos temas de Cingapura, durante a reunião ministerial da OMC, realizada anteriormente em Doha, no Catar. Em Cancún, a Índia integrou uma enorme coalizão. O ativismo cidadão sobre essas questões foi crucial para que os governos pudessem perceber o que estava em jogo e compreender que havia espaço para resistir. Porém, essa resistência teria sido inútil, caso a Índia não tivesse se posicionado com firmeza em Doha. Se, por um lado, a pressão e o desrespeito sofridos pelos países que exercem seu direito de dizer não aos Estados Unidos e à União Européia ainda sejam extremamente fortes – insuportáveis para alguns –, por outro lado, a reunião de Cancún mostrou que alguns governos, em especial quando se articulam numa ampla coalizão, conseguem exercer seus direitos dentro desse modelo de consenso.

A quarta razão para sermos otimistas é que, entre as agressões generalizadas da parte de alguns integrantes do governo estadunidense ao sistema internacional, há a reivindicação de alguns pela extinção da OMC ou, simplesmente, que ela seja ignorada. Essa ameaça contra todo o sistema das Nações Unidas – até contra os direitos econômicos, sociais e humanos, os tratados ambientais, instituições e agências – é a mais séria e mais perigosa que já vi em toda a minha vida. A ameaça à própria sobrevivência da OMC criou uma atmosfera, pela primeira vez, propícia à realização de um diálogo aprofundado sobre sua reformulação.

Quinta e última razão, porque é profunda a compreensão, a solidariedade e a cooperação ativa global no momento – no Norte, no Sul, no Leste e no Oeste. Isso é perceptível em relação tanto à sociedade civil como à construção de relações entre governos. É a nossa chance de aproximarmos lições, experiências, estímulo, energia, sabedoria, informação e recursos dos companheiros de todo o

As instituições que elaboram políticas de comércio têm produzido parte do mais avançado pensamento e da retórica nessa área. Infelizmente, na prática, nunca cumpriram sua missão progressista

planeta num momento de participação e, assim, prosseguir cada vez mais para o progresso do desenvolvimento humano sustentável e pelos direitos humanos.

Cancún pode ser considerado um sucesso. Esse ponto de vista tem sido criticado por algumas pessoas que acreditam que Cancún foi um fracasso, uma vez que os governos perderam a chance de avançar em questões importantes e de preocupação para o mundo em desenvolvimento. Se Cancún se constituiu verdadeiramente num novo começo ou meramente em outra oportunidade que se deixou escapar, somente daqui a cinco ou dez anos será possível avaliar melhor. O importante, entretanto, é que nós, que acreditamos no sistema multilateral, devemos tomar esse caminho que se vê através da janela aberta em Cancún, apropriando-nos do *momentum* que foi gerado, para avançar no desenvolvimento humano sustentável. A História nos julgará, não pelo que fizemos em Cancún, mas pelo que fizemos de Cancún.

Trabalho a cumprir

Mas o que isso significa em termos concretos para cidadãos e cidadãs e movimentos sociais? Creio que existem seis tarefas importantes à nossa frente.

Primeiro, temos de prosseguir na orientação geral de tornar as negociações realmente globais. Isso significa dar apoio a todo e qualquer esforço para se obter um maior engajamento de todos os países membros da OMC numa participação ativa nos debates importantes. Isso poderá demandar o desenvolvimento de uma relação de consultoria técnica com as ONGs e mesmo a realização de treinamento e elaboração de programas e materiais didáticos. Por exemplo, se as políticas agrícolas do governo federal estadunidense tendem a ser um tema de suma importância, então o melhor a fazer seria dar capacitação aos negociadores e seus assessores sobre o real conteúdo e abrangência dessas políticas do que ter uma retórica sobre política agrícola vazia e desprovida de instrução que tão frequentemente ouvimos, tanto da parte das ONGs como de governos.

Segundo, temos de ampliar, de forma significativa, nossos esforços em relação às pessoas e às organizações, buscando elevar a conscientização, a análise crítica e a capacidade de desenvolver propostas alternativas. Em alguns setores, como o da agricultura, há muitas

pessoas que já estão capacitadas nesses aspectos. Entretanto, é preciso mais do que isso para que possam efetivamente produzir algo inovador e realizar ações de exigibilidade em arenas globais. Isso tem de ser buscado em todas as esferas – na base (por exemplo, em cada grupo formado nas igrejas) e na mídia de massa (utilizando todos os meios disponíveis). Trazer mais os nossos representantes, democraticamente eleitos, especialmente os parlamentares, para dentro do processo de elaboração de políticas de comércio também faz parte desse esforço. A presença em Cancún, pela primeira vez, de um grande número de parlamentares federais e estaduais, bem preparados, talvez tenha tido mais impacto no resultado das reuniões do que a presença das ONGs.

Quanto à terceira tarefa, precisamos usar este momento na história da OMC – no qual parece haver uma abertura para um novo pensamento e para a reformulação – e pressionar por reformas estruturais no modo de operação dessa instituição. Por exemplo, uma boa maneira de começar seria por meio de um processo de revisão, aberto e público, dos potenciais candidatos ao cargo de diretor geral e do estabelecimento de normas de procedimento de negociação que fossem monitoradas e cumpridas. A metodologia usada na realização das sessões de negociação – informalidade, participação limitada de representantes e inexistência de documentação sobre as posições tomadas pelos negociadores – torna não-transparente o processo de negociação. Executando-se a reformulação nos procedimentos, como a que foi proposta por vários países membros antes de Cancún, essa situação pode ser revertida.

Para a quarta tarefa, precisamos esclarecer qual é o papel de uma gama de instituições regionais e globais em relação à política de comércio e dar um sentido a esse grupo de instituições. Por exemplo, vários dos assuntos explosivos levantados pelos governos do Terceiro Mundo em Cancún, como os problemas desastrosos enfrentados pelos produtores de café e algodão no mundo em desenvolvimento, são questões relacionadas a *commodities* que normalmente seriam tratadas no âmbito da Unctad.² Um dos principais focos dessa reunião tratará do aspecto do suprimento no comércio. Em todo o globo, há muitas pessoas sérias, mesmo líderes conservadores como o ex-primeiro-ministro canadense, Brian Mulroney, pedindo por uma segunda Conferência de San Francisco, numa alusão à fundação das Nações

² A 11ª Conferência Ministerial da Unctad será realizada em São Paulo, em junho de 2004.

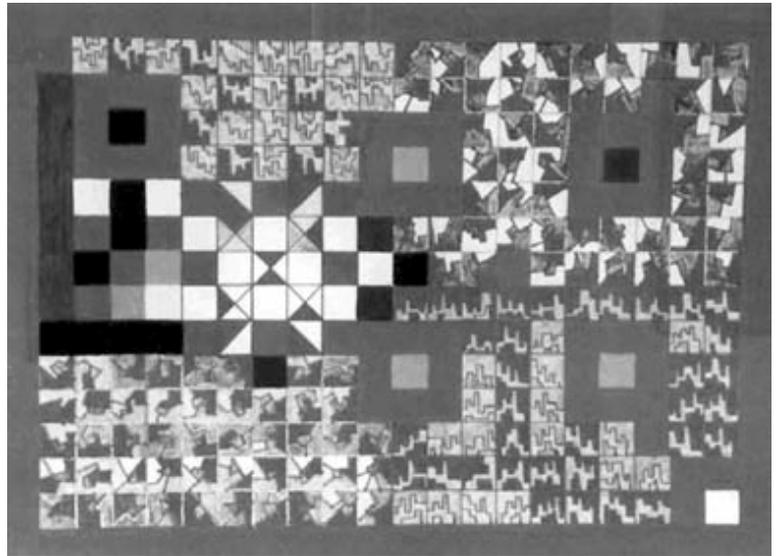
Unidas em San Francisco há quase 60 anos. O secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, já pôs em andamento uma ampla revisão do sistema das Nações Unidas, que poderia formar a base de uma séria reforma de todo o sistema de Bretton Woods.

Em quinto lugar, precisamos atacar alguns problemas globais mais prementes, dos quais os governos parecem incapazes de tratar no momento. Por exemplo, a persistência dos baixos preços globais para o algodão, café e outras *commodities* continuam sendo um entrave ao comércio e ao desenvolvimento sustentáveis. A natureza dramática das intervenções dos governos da África Ocidental, que se encontram perigosamente dependentes dos preços mundiais para o algodão, sobre os quais não têm controle algum, foi um dos pontos culminantes da reunião de Cancún. Pequenos agricultores dos estados mexicanos de Chiapas e Oaxaca falaram com eloquência sobre a situação desesperadora dos cafeicultores do mundo inteiro. Temos experiência suficiente e somos capazes de apresentar soluções concretas que podem ser implantadas com ou sem apoio governamental.

Como última tarefa, temos de encontrar uma maneira de contribuir com o andamento da reformulação geral do sistema internacional, de forma que contenha os ataques dos neoconservadores e de outros opositores contra o sistema das Nações Unidas como um todo. Ainda que possamos ter muitas críticas pontuais sobre decisões tomadas pela OMC, temos de encontrar os caminhos que levem ao engajamento construtivo. Nossas críticas não podem servir de argumentação para aqueles que trabalham pela substituição do sistema da ONU por alguma forma de superpotência governadora do mundo. Essa é uma das áreas de atuação mais importantes para a cooperação global e deve ser concretizada a partir de uma abordagem de total integração entre Norte/Sul e Leste/Oeste.

Mudança em vista

A OMC entrou num processo de mudança de composição e enfoque, distanciando-se do papel de ser apenas uma via pela qual os Estados Unidos e a União Européia impõem seus acordos, para se aproximar de ser um lugar onde as políticas de comércio são avaliadas e negociadas em termos do seu alcance para concretizar metas de desenvolvimento.



PAULO CESAR DE OLIVEIRA

Há dezenas de questões que emergiram antes e durante Cancún que exigem propostas concretas e campanhas mundiais para que sejam implementadas. O que está faltando é um processo global que colete as melhores idéias em efervescência e as transforme em propostas concretas, talvez competitivas. Estas, depois, passarão pelos vários canais e processos na sociedade, no comércio e nos governos para constituir um consenso global. Com o surgimento do Fórum Social Mundial, estamos começando a caminhar em direção a um processo de produção de consenso no âmbito da sociedade, o que cria a perspectiva real de algum dia irmos em direção a um verdadeiro processo global.

Entretanto, a interpretação otimista dos resultados da reunião ministerial de Cancún e a oportunidade de termos um avanço global, que pode ser denominado de *Momento Cancún*, não é a única interpretação da reunião ministerial. Aqueles que preferem o unilateralismo, o mercantilismo e o uso da força sobre o cumprimento da lei estão tirando outras lições de Cancún.

Dentro dos Estados Unidos, existem quatro grandes classificações das visões sobre o papel do comércio na política externa. Primeiro, há aqueles que estão no poder e aprovam o unilateralismo como a forma mais eficiente e efetiva de exercer o poder estadunidense para manter o acesso privilegiado a matérias-primas, mercados e pontos estratégicos para o posicionamento avançado de forças militares. Há inúmeros congressistas e altos funcionários da Casa Branca que retirariam os Estados Unidos das Nações Unidas e da OMC imediatamente, se pudessem fazê-lo impunemente.

Apoiamos o sistema mundial, porém não apoiamos muitas das ações perpetradas por importantes instituições. Nossa crítica deve vir acompanhada de sugestões de reformas

Num segundo grupo, estão aqueles que acreditam que a forma mais eficiente de manter os Estados Unidos no poderio mundial é manifestando esse poder por meio do multilateralismo e de instituições globais, como o sistema das Nações Unidas – que inclui a OMC. Uma vez que os recursos mundiais precisam ser compartilhados de forma mais equitativa e que isso requer uma redefinição do atual equilíbrio de forças no mundo, é inaceitável essa suposição de que o sistema multilateral deva ser usa-

do para manter o *status quo*. No entanto, pode-se acreditar numa articulação com pessoas que vêm nesse pensamento a perspectiva de formar alianças táticas.

O terceiro grande grupo acredita na cooperação mundial e no multilateralismo como meio de alcançar o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos, a justiça e a igualdade. Isso, às vezes, nos coloca numa posição difícil, já que nos encontramos pelejando tanto contra os unilateralistas, que substituiriam o sistema global seguindo as ordens de Washington, como contra aqueles que apóiam o multilateralismo, mas que o fazem principalmente para preservar esse inaceitável *status quo*.

Esse é um dilema terrível para quem acredita firmemente no multilateralismo e na cooperação mundial. Isso nos obriga a fazer duras críticas às muitas das ações praticadas

por essas instituições, quando percebemos que sua principal motivação está no desejo de manter o *status quo*. Todavia, nossa crítica deve ser encaminhada de tal forma a nos distinguir dos ataques feitos à ONU e à OMC com o propósito de destruir totalmente a idéia de um sistema internacional. Temos de deixar claro que apoiamos o sistema mundial, porém não apoiamos muitas das ações perpetradas por importantes instituições. Nossa crítica deve vir acompanhada de sugestões de reformas que fortaleçam o sistema como um todo, ao invés de enfraquecê-lo.

Um elemento-chave dessa corrente de pensamento é o desenvolvimento de idéias sobre as formas de reduzir o poder ou o escopo de instituições globais que tenham extrapola-

do seus mandatos ou competências, ou que sejam obviamente incapazes de liderar. Importantes demandas vindas das muitas vezes críticas à globalização demonstram a necessidade de reforma radical, até mesmo propostas de governos do tipo “enxugamento ou encerramento”, referindo-se ao escopo da OMC. Uma demanda conseqüente dessa posição é a do movimento global de produtores exigindo a “retirada da OMC da agricultura” como uma forma de resolver as muitas injustiças e problemas relacionados à soberania e à segurança alimentar que são, em parte, resultantes do atual acordo agrícola da OMC.

Há um quarto ponto de vista compartilhado por muitos amigos e aliados que acreditam que as instituições estão tão presas a interesses especiais e tão comprometidas pelas manobras da Guerra Fria há 50 anos, e a outros elementos da luta geopolítica global, que muitas instituições globais devem simplesmente ser fechadas. Essa visão também é compartilhada por alguns dos fundadores das principais instituições globais.

Há dez anos, o IATP reuniu os fundadores das instituições de Bretton Woods que ainda estavam vivos, para discutir sobre o que desejavam e o que pensavam do 50º aniversário de fundação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Durante as discussões, alguns desses fundadores debatiam entre si sobre qual dessas instituições teria se desviado em muito de sua missão original e qual deveria ser fechada primeiro. A veemência de suas críticas e a urgência com que manifestavam a necessidade de reforma fundamental, ou de extinção dessas duas instituições, eram muito mais fortes do que as defendidas no Fórum Social Mundial ou em outros encontros.

Existe o grande perigo de que a terceira e quarta correntes – somadas às nossas duras críticas às muitas ações realizadas pelo sistema multilateral – sejam utilizadas por alguns integrantes da administração Bush para incrementar a contínua retirada dos Estados Unidos das questões globais e promover a agenda unilateralista. Encontros como os fóruns sociais têm um papel vital na garantia de que nossas críticas não sejam apropriadas e usadas para destruir o sistema no seu todo.

Situação insustentável

Muitas das regras globais administradas pela OMC foram negociadas numa época em que a agenda neoliberal era proeminente. Estamos

agora numa nova era – num tempo onde a agenda neoconservadora dos assuntos externos e militares está articulada às políticas neoliberais para os assuntos de negócios e da economia. Enquanto os seus efeitos desastrosos podem ser vistos em cada lugarejo do planeta, as chances de mudança como resultado desse casamento arrasador são igualmente dramáticas. Sem os resultados cruéis da sinergia entre comércio e o militarismo neoconservadores, a articulação entre o governo brasileiro e o G-20 em Cancún não teria sido possível. A combinação entre a perpetuação de políticas de comércio mercantilistas e “hegemonia global”, por meio de uma política externa militarizada, criou uma situação política quase insustentável para os Estados Unidos.

Enfraqueceu a parceria entre os Estados Unidos e a Europa de forma drástica – impossibilitou que formassem um *front* sólido em Cancún. Significou que os Estados Unidos ignoraram os apelos desesperados de países sem recursos, como as nações dependentes do comércio do algodão na África Ocidental, que deixaram perfeitamente claro que, sem uma flexibilização, não teriam razão para negociar nada. Para completar, além dessas questões específicas de política, havia também a arrogância e a cegueira decorrentes da motivação ideológica. Muitos integrantes da delegação estadunidense, tanto do governo como do setor empresarial, ficaram bastante satisfeitos com o resultado de Cancún. Viram ali a oportunidade para colher argumentos em favor de sua causa pelo futuro abandono do processo multilateral e pelo uso das negociações bilaterais e regionais, como a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), como o espaço onde os Estados Unidos podem obter tudo o que querem sem ter de fazer concessões, além das promessas de que se empenharão ao máximo.

Talvez sendo excessivamente otimista, possamos afirmar: temos a chance de desbancar os domínios tanto neoliberal como neoconservador exatamente porque estão relacionados agora. Até há pouco tempo, a separação dessas agendas – por exemplo, na administração anterior – tornava quase impossível reunir forças tanto dentro como fora dos Estados Unidos para se criar um autêntico desafio a elas. Hoje, porém, podemos comemorar o início da verdadeira negociação do comércio no âmbito da OMC – graças, em grande parte, aos

esforços empreendidos pelo Brasil e o G-20 em Cancún – e agora estaremos nos ocupando de um debate concreto global sobre o papel das Nações Unidas, da força militar e do unilateralismo.

Talvez tão importante quanto ter alçado globalmente essas questões seja, ao mesmo tempo, ver a sua projeção nos Estados Unidos. Não há como fazer uma crítica de todos os pormenores desse extenso debate hoje, mas é cabível dizer que nunca vivemos uma época de maior perigo político nos Estados Unidos – e isso inclui a de Richard Nixon e outros – e nunca houve um momento de maior debate público sobre o papel do governo nos assuntos internos e externos, e o papel dos Estados Unidos especificamente nas questões globais. Como nação, fomos partidos ao meio sobre a guerra mantida pela administração Bush contra o Iraque e continuamos profundamente divididos hoje. O importante, entretanto, não são os números das pesquisas sobre a política de guerra, mas a profundidade e o escopo do debate em que estamos engajados.

Grande parte da sociedade – muito, muito mais do que jamais se teve notícia – está engajada na discussão de questões importantes sobre economia, comércio, direitos humanos, guerra e paz. Esse debate se intensificará à medida que entrarmos nas próximas eleições.

Nossa agenda política externa e interna depois do neoliberalismo e do neoconservadorismo tem de ser um retorno à democracia e à prevalência da lei. E temos de dar uma ênfase especial à garantia de que estamos todos, por meio de procedimentos democráticos e dos direitos humanos, aptos a participar da criação de leis que nos governarão.

Nos Estados Unidos, as questões de raça são o elemento definidor da vida pública. Até hoje, apesar de anos de trabalho com afinco, sacrifício e grandes avanços, uma raça – grande parte da classe governante pertence a essa raça – elabora a maioria das leis a que outros devem obedecer. Sabemos que o governo da elite pela elite na realidade não trabalha para os que

**Temos a chance
de desbancar os
domínios tanto
neoliberal como
neoconservador
exatamente
porque estão
relacionados
agora**

*** Mark Ritchie**

Economista, Institute for
Agriculture and Trade
Policy (IATP)

estão no âmbito local e nacional. Não é difícil adivinhar que globalmente fariam o mesmo. Uns poucos elaborando leis, como insignificantes instrumentos de governança, em benefício de si mesmos. A agenda pós-neoliberal é a democracia em todos os níveis – o detalhamento fica por conta daqueles que virão depois de nós. Porém, se, e somente se, tivermos êxito em suplantar o domínio desses poucos, que é imposto com armas de destruição em massa e podem ser usadas contra os muitos. Até que, de fato, suplantemos essa elite e sua forma de governança aterradora, continuaremos todos a ser aterrorizados pela guerra civil em escala global.

Devemos rejeitar qualquer opção que nos leve em direção à guerra civil. É um futuro demasiado terrível para se imaginar. Devemos reagir a isso, tomando o caminho da democracia, reiteradamente defendendo-a por meio da não-violência. Essa tem de ser a nossa agenda pós-neoliberal e neoconservadora.

A reunião organizada pela IATP reuniu os fundadores da maioria das instituições criadas depois da Segunda Guerra Mundial, incluindo ONU, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), Declaração Universal dos Direitos do Homem e todas as agências de Bretton Woods, como o Banco Mundial e o FMI. O motivo do encontro era o 50º aniversário da Conferência de Bretton Woods. A

mais importante lição do encontro foi quando insistiram firmemente em dizer que a fundação desse sistema deu-se, principalmente e acima de tudo, numa tentativa desesperada de encontrar um caminho para a paz mundial e assegurar a justiça econômica, social e política. Precisamos retomar esse foco primordial – este é o momento de maior abertura, mas não vai durar muito. Esse futuro democrático, porém, não nos será entregue nas mãos. Teremos de trabalhar dia e noite para superar aqueles que escolheram a guerra civil mundial como forma de defender seus privilégios ou como forma de resistência à exploração.

Talvez, a agenda pós-neoliberal para muitos de nós seja rigorosamente a mesma de antes. Devemos continuar a usar a não-violência assertiva e mesmo agressiva na luta pela segurança, sustentabilidade e por um sentido de comunidade dentro de um contexto global. Devemos ser contrários à guerra civil local, nacional e global por meio da luta pela contínua expansão da democracia e dos direitos humanos dentro da arena internacional.

A democracia – no local de trabalho, em nossas cidades e nações, na arena global – deverá ser ganha, depois ganha de novo e, novamente, ganha outra vez. Devemos fazer isso por nós mesmos e por outros que nunca conheceremos. Devemos fazer isso por este momento e por eras que jamais veremos.

O que fazer?

O projeto Agenda Pós-neoliberal tem o objetivo de, a partir do reconhecimento da diversidade de sujeitos e situações, criar condições teóricas, políticas, metodológicas e operacionais para a produção coletiva, sistemática e cumulativa de pensamento estratégico sobre modelos de desenvolvimento humano democrático e sustentável. A iniciativa é do Ibase, em parceria com Attac Brasil, ActionAid e Fundação Rosa Luxemburgo.

Pretende também fortalecer a capacidade propositiva e de incidência dos diferentes sujeitos sociais que se engajam, mundialmente, na busca de alternativas à globalização neoliberal. Além disso, contribuir para consolidar o processo do Fórum Social Mundial como um espaço em que a diversidade de sujeitos sociais se confronta, elaborando convergências e divergências e forjando uma cidadania de dimensões planetárias, portadora de utopias e de transformação social.



Durante o primeiro Fórum Social Brasileiro, realizado em Belo Horizonte, de 6 a 9 de novembro deste ano, foi promovida sua primeira atividade: o Ciclo de Seminários Agenda Pós-neoliberal. O próximo encontro será em Mumbai, na Índia, durante o 4º Fórum Social Mundial, de 16 a 21 de janeiro de 2004. Em março de 2004, será no Fórum Social das Américas, em Quito, Equador, e, em junho, na reunião da Unctad, em São Paulo. Fechando o calendário, em novembro de 2004, acontecerá mais uma rodada na Reunião dos Países do Cone Sul.

Mais informações: www.ibase.br ■

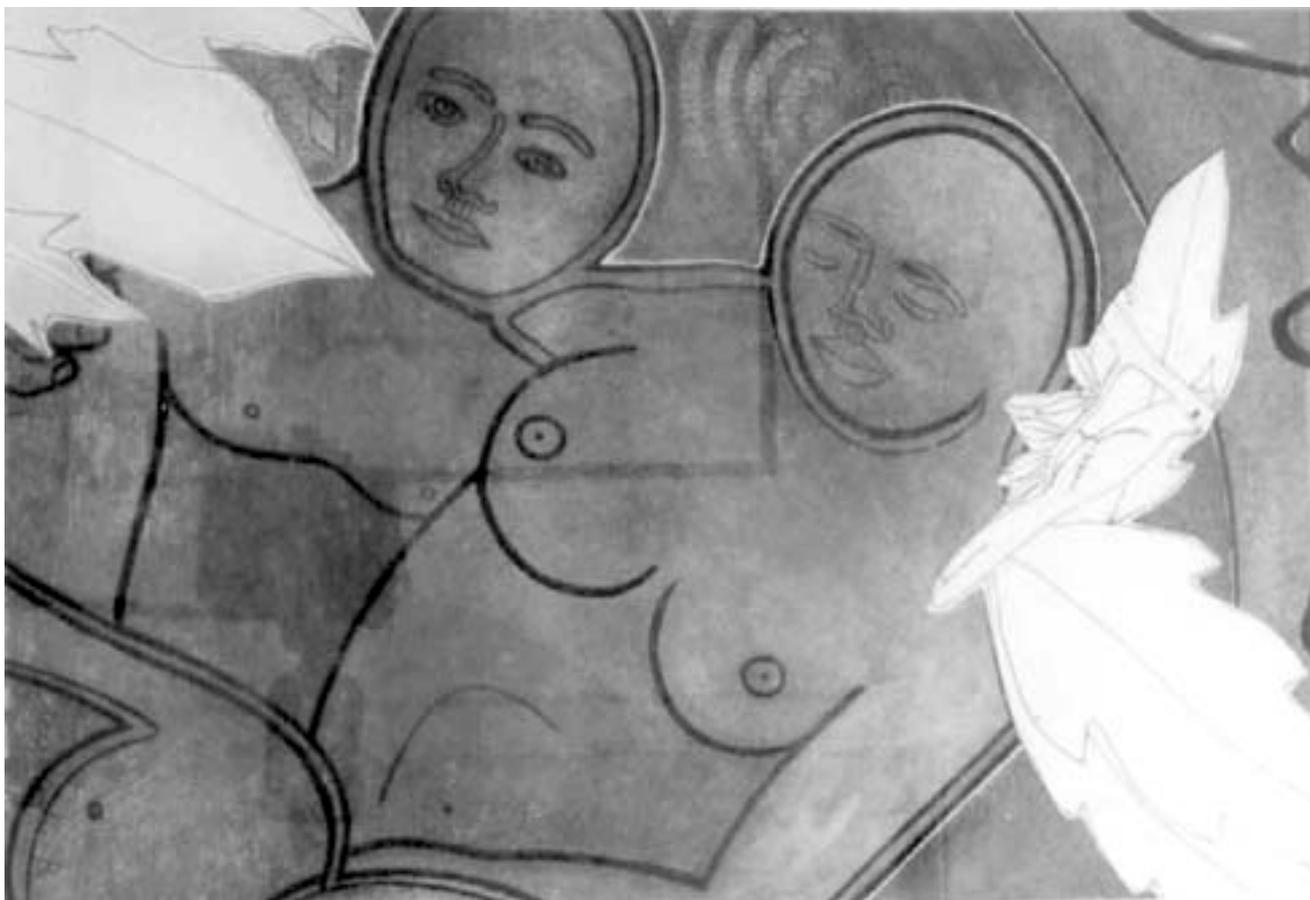
O Jornal da Cidadania é distribuído para pessoas que têm pouco ou nenhum acesso à informação crítica e comprometida com a democracia. Nossos leitores e leitoras são, especialmente, estudantes e professoras e professores de escolas públicas de todo o país. Mas também trabalhadoras e trabalhadores urbanos e rurais, líderes comunitários, moradoras e moradores de comunidades pobres. São 60 mil exemplares distribuídos gratuitamente.

Participe de mais esta iniciativa do Ibase. Você pode ajudar com contribuições financeiras ou organizando um núcleo de distribuição.



ARTIGO
Mary Garcia Castro*

Alcance e limites das políticas de identidade



ALEXANDRE RAJÃO

As reflexões que se seguem estão divididas em cinco pontos: alcance e limites do conceito de direitos humanos; alerta sobre a perspectiva de política de identidades e a riqueza das identidades (principalmente quando se relacionam na transversalidade das identidades na política); questões sobre o conceito de igualdade; importância de investir também no conceito de geração; e, o desafio maior, a dialética entre direitos e o investimento em des/reconstrução de identidades (investimento na criatividade, reinventar-se, ir além da sociedade de classes e de discriminações de várias ordens, resgatando a força das linguagens identitárias; a riqueza do diverso e não-desigual em relações de descoberta tanto no plano do individual, sexualizado/racializado e engendrado por gerações e múltiplas referências como no plano de coletividades libertárias).¹

Defendo a tese de que a alquimia raça-gênero-geração tem potencialidades de colaborar na subversão cultural do sistema de classes, indo, portanto, além da necessária – mas limitada – perspectiva de direitos humanos.² Tal reprodução por diferentes desigualdades vem sendo registrada por ativistas e intelectuais progressistas. Assim, por exemplo, no dossiê *Assimetrias raciais no Brasil: alerta para elaboração de políticas*, recém-divulgado pela Rede Feminista de Saúde, registram-se várias desigualdades entre pessoas afrodescendentes e brancas, enfatizando-se que, em muitas dimensões, o gênero amplia distâncias.

Em 2001, as famílias afrodescendentes chefiadas por mulheres tinham um rendimento domiciliar médio de R\$ 202. Já as que tinham como chefe um homem também afrodescendente estavam no patamar de R\$ 208,60. Se uma mulher branca fosse recenseada como chefe, tal indicador subiria para R\$ 481,20. No caso dos homens brancos, um pouco mais, R\$ 482,10. Entre as meninas afrodescendentes, dos 10 aos 14 anos, 4,5% seriam analfabetas. As analfabetas entre as meninas brancas perfaziam 1,3%.

Esses dados são apenas uma amostra de ampla gama de indicadores contrapostos no dossiê para indicar hierarquias perversas, mesmo entre as pessoas pobres. Note-se que o dossiê sobre assimetrias raciais é elaborado e divulgado por uma agência feminista, a Rede Feminista de Saúde, o que é um grande avanço, apontando para a possibilidade do desafio maior desses tempos: a alquimia dos enfoques sobre identidades para um conhecimento e uma ação transformadores.

O teorema subjacente ao conhecimento alquimista era de que haveria uma matéria-prima comum a metais bastante diferentes entre si. Para a produção de um metal superior, o ouro, haveria que combinar, por exemplo, cobre, ferro e prata. Chegar a tal matéria, transformando-a, exigia do alquimista experiência nas técnicas de laboratório e uma postura filosófica própria. O alquimista seria um ativista, por um conhecimento militante. Ora, as categorias raça, gênero e geração têm em comum serem atributos com significados, histórias, políticas, culturais e econômicas, organizados por hierarquias, privilégios e desigualdades, aparados por símbolos particulares e "naturalizados". A combinação de categorias como gênero, raça e geração na classe não é uma simples operação de somas de discriminações ou de linguagens próprias e pode dar origem a sujeitos políticos mais ricos e criativos, além dos esquemas duais das identidades-alteridades e este é um desafio. (Castro, 1992, p. 59)

Se, por um lado, o debate sobre identidades veio enriquecer o conhecimento/ativismo sobre a multiplicidade do real ou os diversos sistemas de desigualdade/iniquidade sociais, por outro lado, há o risco de uma apreensão pós-moderna de tais sistemas – por raça/etnicidade, gênero e geração, por enfoques parcializados, reformistas e fragmentados –, ou seja, de uma aposta em políticas de identidade deixando de lado a riqueza das identidades na política. O desafio maior é como, ao mesmo tempo, combater uma e todas as iniquidades sociais, combinando, portanto, políticas focalizadas e universais, fazendo o nexo entre distintos movimentos sociais e não perdendo a perspectiva político-crítica sobre a sociedade estruturada em classes sociais.

É preciso que a política de cotas nas universidades venha acompanhada de ações afirmativas, bolsas para estudantes pobres e melhoria do ensino das escolas públicas. Mas não dá para usar a necessidade de tais políticas de afirmação universal de direitos para adiar ainda mais o pagamento da dívida para com as populações afrodescendentes. Então, defendamos as cotas. Temos de estar conscientes que

¹ Adaptação de texto apresentado pela autora no Fórum Social Brasileiro, Belo Horizonte, em 8 de novembro de 2003. O tema proposto da mesa de conferências foi *Justiça social, direitos humanos, igualdade entre homens e mulheres, gerações e superação do preconceito racial no Brasil*.

² É um ganho da modernidade, em fases mais recentes, reconhecer a dialética entre direitos humanos, tendo como referência a humanidade, e direitos humanos de muitos, considerando suas singularidades, tanto em termos de vulnerabilidades negativas como de possibilidades, vivências e linguagens próprias. Isso ocorre quando se sai dos conceitos clássicos da virada do século de uma cidadania social, civil e política, para lidar com as desigualdades de um sistema de classe, mas ampliando o debate sobre cidadania cultural e entrelaçando uma na outra, reconhecendo as singularidades de muitos. E também quando se passa a fazer referências aos direitos humanos das mulheres, dos homossexuais, dos negros, dos indígenas, dos migrantes, das crianças, dos jovens, dos mais velhos e de tantas outras populações que, por construções sociais pautadas em desigualdades e iniquidades sociais, são, em suas próprias classes, o outro ou a outra do outro e, assim, mais negativamente vulnerabilizados que outros.

oferecer as cotas sem dispor de condições para que as pessoas negras pobres tenham um bom desempenho nas universidades é preparar uma profecia autocumprida: a deserção dos que não conseguirem atender às exigências das atividades de estudos em uma universidade fortalece a posição daqueles que acham que a medida não daria mesmo certo e que tinham razão em não querer que entrassem pelo sistema de cotas.

A militância identitária deve ser acompanhada da militância clássica ou, como chamam os pós-modernos de forma crítica, da “grande narrativa da transformação social” – o socialismo. O maior desafio, diferentemente dos que advogam o investimento exclusivo em políticas de identidade focalizadas, é renovar a “grande narrativa” pelo socialismo ou, de forma mais modesta, considerando as urgências do imediato, as políticas “universais e focalizadas”. É preciso combinar o enfrentamento de múltiplos sistemas de reprodução de desigualdades, além de não pararmos na crítica às diferenças, por exemplo, entre pessoas brancas e negras em relação a um determinado indicador. É preciso avançar mais no questionamento da reprodução de sistemas de exploração e discriminação, tanto de pessoas brancas como de pessoas negras pobres, sem perder também a perspectiva de que as negras, com a maior probabilidade, serão mais discriminadas.

Segundo as feministas Barret e Hamilton, num texto de 1987, “apreender a diversidade sem perder-se na fragmentação vem se tornando um dos maiores desafios do trabalho de corte feminista hoje” (*apud* Castro, 1992, p. 57). Segundo o dossiê sobre assimetrias raciais no Brasil, em “2001, os afrodescendentes representavam 69,3% dos 10% mais pobres da população, enquanto os brancos representavam, apenas, 32,3%. No extremo oposto, ou seja, entre o centésimo mais rico da população, os afrodescendentes são apenas 8% e os brancos 88,8%”. Ora, o percentual de 32,3% de pessoas pobres brancas não é “apenas”, mas uma alta proporção de pobres, e não haveria como existir um projeto progressista contentando-se em diminuir a proporção de pessoas pobres negras para que se iguallassem a de pobres brancas. E é também limitada a insinuação implícita de que se deveria aumentar a proporção de afrodescendentes entre as classes mais ricas, deixando intacta a estrutura de classe, de acumulação e distribuição de riquezas.

Diferença entre iguais

O vocábulo igualdade³ muitas vezes não dá conta da riqueza de linguagens das distintas identidades. Também não dá conta do reconhecimento de tais singularidades e diferenças que colaboram para sociedades em que se apele menos para identidades fixas, mas, principalmente, para o direito de inventar, de reinventar formas de ser, estar e se relacionar, descobrindo sensações, maneiras de ser e de combinar corpos sem caminhos pré-mapedos. Tenho alergia aos manuais de gênero de tantas bem intencionadas ONGs que lutam pelos direitos das mulheres.

Assim, por exemplo, o debate e o ativismo pelos direitos ao homoerotismo questiona, referindo-se à questão de gênero, o sistema de relações assimétricas somente entre homens e mulheres. Quando algumas feministas também questionam o conceito de igualdade entre homens e mulheres, jogando com o direito de a mulher se reinventar de formas múltiplas, estariam desestabilizando conceitos e ênfases em identidades fixas. A radicalidade estaria em ir além da igualdade de direitos.

O movimento negro vem resgatando a sabedoria do conhecimento, da cultura africana no Brasil. Sua estratégia inclui uma crítica implícita à sociedade de consumo e às tradicionais divisões sexuais, com a polifonia erótica dos orixás e tendo a expressão musical e corporal mais do que superestrutura, linguagem de comunicação que ressalta o valor do lúdico. Portanto, a questão se reduziria a um pensar pequeno, brigando apenas por igualdade entre pessoas negras e brancas, a contribuição singular do Atlântico Negro (Gilroy *apud* Castro, 2002), da cultura afro-brasileira?

Já o feminismo tem possibilidades que o ultrapassam como movimento social em defesa das mulheres. Até em suas versões institucionalizadas de corte liberal, contribui para uma política cultural orientada para a construção de forças contra-hegemônicas ao introduzir elementos desestabilizadores, por exemplo:

1. questionamento das diferenças de posição entre homens e mulheres nas relações capital/trabalho;
2. chamado à *diferença*, estabelecimento de combinações entre o público e o privado, que afetam formas de venda da força de trabalho – sugerindo, sem assumir, a materialidade do princípio marxista de que há várias populações no e para o capital;

³ O conceito de igualdade é um ganho do léxico liberal, mas tem armadilhas que podem colaborar para reproduções de códigos tradicionais, limitantes de mudanças e do exercício da criatividade. Muitos movimentos de mulheres afirmam que o projeto maior seria igualdade de direitos e liberdade de ser diferente e singular.

3. questionamento dos princípios iluministas, como o de “sujeito universal” – homem e mulher –, e de princípios genéricos, como “liberdade, igualdade e fraternidade”, pelos quais se omitiriam contradições de interesse e violências entre “iguais”;
4. enfrentamento – não necessariamente assumido como tal – de uma razão dicotômica, como as separações entre a macro e a micropolítica da cotidianidade, entre condições objetivas e subjetivas, entre a razão e os sentimentos e entre a esfera pública e a privada.

O movimento de mulheres negras é um dos avanços mais importantes da última década do feminismo no Brasil. Nele, as mulheres jovens têm contribuído para uma outra forma de se expressar culturalmente, como, por exemplo, em um *hip hop* não-machista, no reconhecimento da beleza negra e no resgate da auto-estima.

Os movimentos juvenis têm a potencialidade libertária da crítica, a busca por autonomia, a integração com o erótico, as artes e a indignação pelo injusto. Não por acaso, acionam um dos movimentos mais importantes desses tempos, contra a globalização capitalista e a hegemonia do Império. Será que tanta energia é fruto apenas do combate às *adulocracias*, limitando-se a brigar por políticas públicas para as juventudes e pela criação de uma secretaria da juventude, sem criticar as formas de fazer políticas vigentes com o seu capital cultural juvenil, sem reconhecer a contribuição histórica que o movimento de juventude vem dando? Pensar assim também não seria pensar pequeno?

Em suma, tanto o reconhecimento da força radical, das raízes de cada movimento, de cada identidade, como a aposta no hibridismo de movimentos – negro, feminista e juvenil – ampliam os lugares de luta e de afirmação de direitos. É avançar na radicalidade, sair do campo estreito da institucionalidade (e por várias frentes) e na unidade de muitos, além dos direitos – repito, válidos sim, como são as políticas para grupos na subalternidade –, mas na sonhada grande narrativa reinventada de um socialismo humanista, questionando-se culturas calcadas no produtivismo e economicismo.

Seria benéfica à multiplicação e à ampliação dos espaços da sociedade civil – entendida em sentido gramsciano como forças contra o mercado – e de pressão por um Estado de bem-estar, hoje, a luta por um *socialismo*

humanista colorido. Um socialismo que englobasse o direito à felicidade, ao gozo e à criatividade como princípios de direitos humanos universais e que devem ser mais focalizados, por mais que tenhamos de botar muita energia contra as barbáries cotidianas, que pedem ações imediatas.

Insisto na idéia de que há potencialidade em não se restringir ao campo dos direitos humanos de cada identidade – negros, mulheres, jovens e velhos, por exemplo – ainda que tal reconhecimento de direitos seja importante. Chamo a atenção para o fato de que a vertente feminista marxista e os movimentos de mulheres com discurso de classe, assim como os movimentos sociais que relacionam gênero, raça e geração em diversos países da América Latina, teriam ampliado consideravelmente suas agendas e enriquecido suas práticas a partir da década de 1970. Aprendeu-se com as feministas radicais e liberais a trabalhar com temas espúrios para correntes economicistas à esquerda, como a sexualidade, a auto-estima e o individualismo não-narcisista ou egoísta, mas criativo. Reivindicou-se o querer, o reconhecimento de corpos no espaço dos afetos, o direito ao prazer ou aos prazeres, para uma agenda política de esquerda, combinando frentes de luta além dos guetos, especificidades e políticas de identidade essencializadas (ou referidas a naturalizações das relações sociais/sexualizadas).

O caso dos jovens

Entre diferentes identidades na classe, merece mais atenção a situação dos jovens, em particular de jovens das classes populares e de jovens negros. Quando se desagrega a população por sexo, raça/etnicidade e geração, outras heterogeneidades são reveladas, confirmando o reforço das desigualdades na contemporaneidade brasileira e o anúncio de que essa é uma tendência que se acentua com o livre jogo do mercado. São jovens negros e negras que apresentam as mais baixas taxas de atividade e mais altas taxas de desemprego. Jovens negros e negras, entre 15 a 18 anos, nas áreas metropolitanas no Brasil, têm taxas de desemprego superior à média para a população adulta total (cerca de 8%), com uma variação entre 17% e 23%.

Mesmo no plano mais formal, liberal, de direitos humanos específicos, de investimento em identidades em si e de políticas focalizadas em alguns segmentos, um dos grupos mais

a descoberto tem a ver com a *identidade/geração*, como o caso dos jovens. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, em 2002, 34,1 milhões de pessoas se encontravam na faixa etária entre 15 e 24 anos, o que equivale a cerca de 20% da população do país.

Quer pela representação quantitativa no cômputo geral da população, quer pelos direitos humanos dos jovens, estes fazem jus a serem considerados tanto em políticas universais como sujeitos de políticas específicas. Contudo, tal discussão deve ultrapassar a lógica do senso comum pela qual se consideram políticas públicas como um elenco de programas. Falta aprofundar debates sobre perspectivas políticas em relação aos jovens, considerando ainda sua diversidade e as desigualdades segundo raça, gênero, classe e outras demarcações sociais. Não se encontram políticas públicas para juventudes no atacado, predominando programas e ações no varejo, ou seja, existem no Brasil programas isolados, políticas setoriais de ação local no âmbito do Estado, mas que não contemplam a diversidade dos beneficiários em termos de geração e não possuem uma orientação universalista. O desafio é refletir sobre políticas públicas *de, para e com* juventudes, levando em conta uma série de complicadores que envolvem essa temática e a diversidade de direitos humanos dos jovens – sociais, civis, políticos e culturais.⁴

O debate sobre políticas com juventudes, considerando que os próprios jovens deveriam reivindicar direitos, passa pela formação política dos jovens no sentido de aprender a zelar pela coisa pública e acompanhar e cobrar a ação do Estado – exercício de cidadania civil e política e monitoramento do uso da coisa pública. Ironicamente, tanto no movimento feminista como no movimento negro, os debates e até a apresentação de estatísticas com recorte também de geração deixam a desejar. No dossiê sobre assimetrias raciais, lê-se:

Em 2001, a taxa de ocupação das crianças e adolescentes entre 10 e 13 anos era de 9%, quase duas vezes mais elevada que a taxa apresentada pelas crianças brancas, que era de 4,9%. Na faixa etária entre 14 e 15 anos, embora haja uma substantiva elevação da taxa de ocupação dos jovens brancos (16,8%), a taxa de participação de afrodescendentes permanece superior (20,1%).

Ora, a faixa etária de 10 a 15 anos é tempo de estudos, brincadeiras e diversão. Entre os 15 e 24 anos, para cada cem homens brancos pobres, existem 110 mulheres brancas, 211 mulheres negras e 214 homens negros pobres. Na faixa etária de 7 a 14 anos, por sua vez, para cada cem meninos brancos pobres há 103 meninas brancas, 189 meninas negras e 203 meninos negros pobres. Ou seja, na alquimia entre raça e gênero, algumas mulheres perdem mais do que as outras e não necessariamente os homens se destacam como em melhor situação, o que nos alerta contra referências generalistas e políticas públicas para identidades em si, sem consideração à heterogeneidade que comporta cada uma.

Vive-se hoje, por outro lado, a emergência dos discursos sobre os direitos humanos e as práticas e discursos sobre violências, sendo que é comum sublinhar-se a participação jovem nos dois discursos, como vítimas ou algozes. Então, um primeiro direito humano é o da diversidade. Há vários tipos de jovens e é preciso dar espaço para que os jovens representem seus direitos. Os jovens, principalmente pobres e negros, são “sujeitos perigosos”, e esse perigo é ligado à sua classe e idade. Tal perspectiva é mais comum nas notícias e nos estudos sobre violências e drogas. Mas também é presente quando se focaliza os jovens a partir de seus mais altos índices de desemprego. Por outro lado, são poucas as referências às cidadanias ou aos direitos negados aos jovens, como o do exercício das brincadeiras, da diversão, da sua informação e formação cultural, assim como da reinvenção de linguagens próprias.

Cerca de 40% da população jovem no Brasil vivem em famílias em situação de pobreza extrema (famílias sem rendimentos ou com até meio salário mínimo de renda familiar *per capita*). Os que não estudam e não trabalham correspondem a 20,4% do total de jovens entre 15 a 24 anos, no conjunto das nove regiões metropolitanas do Brasil – o que significa mais de 11 milhões de jovens, sendo que, entre esses, cerca de 55% são classificados como pretos ou pardos censitariamente segundo estudo, ainda em andamento, da Unesco com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2001. Não existem políticas específicas para jovens que não estudam e não trabalham.

Em pesquisas desenvolvidas pela Unesco, quando se pergunta a jovens de bairros pobres quais políticas públicas propõem,

⁴ Sobre políticas públicas de/para/com juventudes, ver Castro e Abramovay (2003) e pesquisas diversas da Unesco no Brasil.

é comum ouvi-los (entre 14 e 15 anos) declarar: “Queremos ter um trabalho”. O direito de ter tempo para brincar e para estudar não é reconhecido pelos próprios adolescentes, ante suas necessidades e da família. Abdica-se da reivindicação do seu direito a estudar e não declaram que querem bolsas de estudo, condição para que só estudem. A busca por trabalho é prioritária para jovens pobres: em algumas das entrevistas com jovens que estudam e não trabalham, percebe-se que, se aparecer uma oportunidade de trabalho, o estudo é abandonado, mesmo que seja um trabalho de ganhos imediatos, mas sem perspectivas a longo prazo. Limitam-se expectativas de futuro e é favorecida a perspectiva de garantir o presente, o que facilita, ainda, o envolvimento em violências. As condições de necessidades comprometem o direito ao sonho, a ter expectativas quanto ao futuro.

Mulheres atuantes

O feminismo avançou muito nos planos jurídico, político e formal, em termos, principalmente, de visibilidade para violências naturalizadas, tidas como coisas de marido e mulher, por exemplo, ou de âmbito privado. Mas se reconhece que ainda nesse campo são muitas as lacunas, e, entre elas, destacam-se as relações de gênero entre jovens e a falta de políticas educacionais que trabalhem com conteúdos curriculares e práticas tradicionais nas escolas (Ver Abramovay e Rua, 2002, e Castro e Abramovay, 2002).

Graças a estudos de corte feminista, sabe-se, por exemplo, que: a cada hora, sete mulheres são vitimadas em situações de violência doméstica no Brasil;⁵ vem ocorrendo um rejuvenescimento das mortes por complicações obstétricas diretas, sendo que, em 1994, só na região Sudeste, do total de mulheres em idade reprodutiva que morreram por essas complicações, 12% tinham entre 15 e 19 anos; no Brasil, cerca de 15% dos óbitos de mulheres entre 15 e 19 anos ocorreram em virtude de abortos, quando em 1980 a cifra foi de 8% (Berquó, 1999).

A fecundidade entre mulheres jovens, na faixa entre 15 e 19 anos, vem crescendo com mais intensidade a partir da década de 1980. Pesquisa quantitativa realizada entre 1989 e 1990 indicou que, no Rio de Janeiro, em 58% dos casos, a primeira gravidez de jovens entre 15 e 19 anos

não foi planejada e que, em quase 70% dos casos, as jovens não usaram nenhum método anticoncepcional na primeira relação sexual (Camarano, 1998).

Já outras pesquisas, de cunho mais antropológico, consideram que a gravidez entre adolescentes não se associaria necessariamente à falta de conhecimento sobre métodos de controle de natalidade pela mulher e que, para muitas jovens, o corpo é uma fronteira de poder, e a gravidez, um poder simbólico de múltiplos sentidos. Principalmente entre as jovens mães de 15 a 19 anos, com maior probabilidade se destacam as pobres e as que são classificadas como pretas ou pardas. O que, no imaginário juvenil feminino, representa seu corpo e a gravidez é pouco explorado em termos de políticas educacionais preventivas ou de socialização quanto às políticas de gênero, raça, geração e sexualidade.

A maior probabilidade entre a metade dos nascidos vivos de mães entre 15 e 19 anos é a de quem vive em família sem a presença do pai biológico. A gravidez entre adolescentes tem um perfil social próprio: em 1996, mais da metade das adolescentes de 15 a 19 anos sem nenhum ano de escolaridade já tinham se tornado mães; já entre aquelas que tinham de 9 a 11 anos de escolaridade, a proporção baixa para 4%. A taxa de fecundidade das jovens com mais baixo rendimento (menos de um salário mínimo) era de 128 por mil mulheres; entre as jovens com rendimentos mais altos (dez salários mínimos ou mais), a taxa de fecundidade baixa para 13 por mil.

Mesmo no feminismo, é ainda tema de pouco investimento as culturas juvenis e, nelas, as identidades femininas jovens. Isso se relaciona também ao fato de as mulheres jovens ainda não se constituírem em um coletivo feminista, sujeito social de pressão social. Em resumo, frisa-se a invisibilidade de um sujeito coletivo que represente interesses e necessidades das mulheres jovens.

**O feminismo
avançou muito
nos planos jurídico,
político e formal,
em termos,
principalmente,
de visibilidade
para violências
naturalizadas**

⁵ Dados coletados no UBM-boletim pela Internet. Acesso em: 8 mar. 2002.

Existe um vazio mesmo no plano de políticas públicas por uma educação que colabore em questionar a sexualidade tradicional, que invista na auto-estima das mulheres jovens e na formação de uma massa crítica juvenil. Na mídia, a violência é gratificada e o reconhecimento social da mulher passa pela coisificação do seu corpo, em especial, se jovem. Então, como pedir às jovens, em particular às que vivem em bairros pobres, afrodescendentes, dominadas por múltiplas violências, desempoderadas, sem perspectivas, que se recusem a serem tratadas como coisas, *cachorras no pornofunk*, quando seus corpos são fronteiras, a última, a única de poder, o poder da sedução, ainda que seja um poder que a reduz a mais uma dominada, violentada?

O universo feminino juvenil – suas referências culturais, os sentidos de seus corpos – é silenciado por uma educação tradicional ou por valores de uma *adultocracia* bem intencionada, mas distante de tal universo. Os tempos são propícios para o desenvolvimento de um capital cultural político juvenil, com orientação feminista própria, para que as jovens sejam sujeitos políticos por seus direitos.

De fato, nestes tempos muito se fala da reinvenção da esperança, com a eleição de um candidato das esquerdas. Mesmo que o que tenhamos, na prática, sejam políticas sociais com alguma abertura e uma política econômica alinhada ao grande capital e interesses das grandes potências e agências

Tênue fronteira

Na terceira linha do romance *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez, lê-se: “O mundo era tão recente, que muitas coisas não tinham nomes, e para indicá-las era necessário apontar”. Esse era o Gênesis. Em outro período, no Apocalipse, o que tomou seis gerações, a cidade de Macondo foi atacada por duas pragas: a da insônia e a da perda da memória (*el olvido*). As pragas foram trazidas por uma mulher, Rebeca. Para evitar a perda da memória, coisas e sentimentos foram rotulados com seus respectivos nomes e significados, explicando para que elas servissem. Foi quando se deram conta da possibilidade de que viesse ocorrer outro problema: um dia as coisas seriam lembradas pelas inscrições, pelas etiquetas, pelo que havia sido escrito sobre elas, mas não pelos seus sentidos, por seus objetivos, ou seja, pelo que elas servissem.

Foi um velho cigano de pele escura, Melquíades, quem salvou a cidade de Macondo das duas pragas, servindo uma poção mágica de suas alquimias que combinava ingredientes múltiplos. A porção fez com que as pessoas retomassem suas lembranças e, assim, se livrassem da perda de memória (*recuerdos contra el olvido*). Tal texto instituinte da identidade latino-americana flutua por entre linhas da minha discussão mais pedestre e abreviada sobre a tênue fronteira entre possibilidades e riscos da perspectiva de enquadrar o feminismo, o conhecimento e o ativismo do movimento negro e dos movimentos juvenis por programas relacionados a políticas de identidade. Ou como movimentos restritos a políticas de identidade, direitos humanos e por igualdade com um outro que não é muito questionado, mas tido como parâmetro.

O trecho pinçado do romance de García Márquez chama a atenção para a história e para o modo como os conceitos deveriam es-

tar ancorados na materialidade de tempos e espaços, considerando-se, portanto, relações sociais e jogos de poder. Então, cabe mesmo aos movimentos no *aqui* e *agora* por focos, direitos e igualdades. Mas a materialidade das opressões, explorações e iniquidades na distribuição de bens e riquezas várias é também a dinâmica da sua reprodução. Então, é limitado ater-se a cotas, direitos e focos.

O texto sugere que significados, nomes e conceitos devem não estar claramente ligados uns a outros e apontar para projetos e objetivos, mas podem ser usados para tais fins, o que alerta para a importância de se cultivar certa insônia. Especialmente em tempos em que bandeiras de movimentos progressivos e da esquerda são apropriados e ressignificados por diferentes agências, como é o caso dos princípios de cidadania, sociedade civil, direitos humanos e direitos das mulheres, dos negros e dos jovens, democracia, participação e associativismo e redes.

Tal vocabulário estabelece uma língua franca que camufla significados, interesses e funções, que podem ser parte de um discurso orientado para a defesa do mercado, metamorfoseando políticas em defesa de específicos grupos e temas – inclusões desse ou daquele grupo no mercado – em políticas de identidade, em referências fragmentadas, boas para reivindicar direitos, leis e programas, mas não necessariamente para transformações ou para a emergência de não-identidades (ou de identidades libertárias, coletivas, que possam chegar a endereçar-se para uma humanidade colorida e diversificada, sem assimetrias). E, se é de esquerda que se fala, como reivindica Hobsbawm (1996), em última análise o projeto é para a humanidade, remodelada e referenciada no embate entre classes, o que não autoriza leituras reducionistas ou a perda de referências a múltiplas dinâmicas de subordinação.

financiadoras internacionais, ou seja, conservadoras. É urgente investirmos na configuração de movimentos sociais que conjuguem radicalidade crítica com proposição, pressão e acompanhamento de políticas, além de investimento na crítica cultural e política destes tempos, o que pede atenção sobre o estado de distintas juventudes.

Sobre identidades

O escritor marxista L. A. Kauffman, em artigo publicado na *Socialist Review*, traça a história das políticas de identidade nos Estados Unidos, ressaltando como, no período das lutas pelos direitos civis nas décadas de 1950 e 1960, tais políticas renovaram a esquerda, enfatizando-se, então, que identidades “quer individuais quer coletivas deveriam constituir-se em princípio central para um ponto de vista e prática política radical” (Kauffman, 1999, p. 67). Segundo ele, naquele momento se politizou uma série de temas desconsiderados nas formas clássicas de fazer política como a sexualidade, as relações interpessoais, o estilo de vida e a cultura. O *self*, as experiências subjetivas e o cotidiano tornaram-se sítios de contestação política.

Para alguns, tal enfoque apontou para uma síntese entre o pessoal e o político. A politização de temas antes vistos como externos à política teria aberto a possibilidade para desafios mais radicais a formas de dominação e exclusão, tais como o racismo, o sexismo, a homofobia. (p. 67)

Mas Kauffman sugere que, em tempos recentes, permutou-se sentidos de políticas de identidade para o que ele chama de “antipolíticas de identidade”, afastando-se do terreno da contestação sobre estruturas e instituições de poder, como o Estado, e ganhando terreno uma introspecção apolítica, ou seja, fora da contestação da coisa pública, o que resultaria, por outro lado, na difusão de energias políticas. Tal tendência, em expansão nos Estados Unidos há algum tempo, seria apontada por vários autores como obstáculo ao desenvolvimento de uma frente política mais progressista, um projeto de esquerda contra a globalização neoliberal.

A crítica ao papel das instituições nacionais e internacionais na reprodução das discriminações e desigualdades seria deixada de lado no discurso sobre desigualdades

e por inclusão, tendendo-se, portanto, a um certo culturalismo. Por outro lado, fixar identidade no que se é, ou de onde se vem, ao mesmo tempo em que enriquece o ser por estar, pode também ameaçar projetos, mudanças, a ousadia na invenção de identidades e no questionamento da fina fronteira entre identidade e estereótipo.⁶

No fim da década de 1970 e durante a década de 1980, nos Estados Unidos e em outros lugares, proliferaram progressivamente políticas de identidades difusas e também mais filtradas, ou seja, divorciadas da tradição histórica de fazer política nomeando antagonismos institucionais, como, no caso da América Latina, o Estado, instituições capitalistas e agências do capitalismo internacional. Assim, perdeu-se gradativamente aquele jogo de cintura de circular entre a micro e a macropolítica.

Focalizar identidades tem sido de fato eficaz e “empoderante” quando as políticas de identidade são construídas como uma afirmação ativa de experiências, dignidade e direitos de pessoas que historicamente foram marginalizadas e excluídas, como os povos de cor, os gays e as lésbicas e os chamados “deficientes físicos”. Tomando por empréstimo as palavras de Michelle Cliff, este tipo de políticas envolveria não somente “exigir uma identidade que me foi roubada e sobre a qual eu fui ensinada a desprezar”, através da educação e outros referentes, mas também necessitaria um confronto direto com grupos e instituições que por diversos meios suportaram ou toleraram tais formas de discriminação, ódio e exclusão. (Kauffman, 1999, p. 76)

Algo mais complexo e irônico ocorre hoje: muitas agências internacionais, por exemplo, apóiam programas contra discriminações específicas e estimulam organizações não-governamentais por políticas de identidades, mas são agentes ativos na sustentação de um cenário de economia político-cultural que colabora para a reprodução das exclusões sociais.

Note-se que a preocupação de Kauffman não é jogar fora a perspectiva de políticas de identidade, mas, ao contrário, estimular o desafio “das sínteses radicais entre as políticas de identidades dos novos movimentos sociais

⁶ Pela minha experiência feminista nos grupos de reflexão, no fim da década de 1960 e no início da de 1970, menos que uma individualização autocontida, limitada ao eu, ao nós, às coisas de amigas, lembro-me da combinação de planos de luta e de questionamentos. Discutíamos sobre nós, sobre o privado, e estávamos no público, ou, às vezes, nem podíamos tão publicamente – contra a ditadura militar.

e a tradição de privilegiar a esfera pública como arena de pugna política, que vem dos socialistas e dos anteriores movimentos sociais, juntando também o transformar-se com o movimento de transformar o mundo” (p. 79). Reivindica-se, portanto, certa insônia contra a despolíticação das políticas de identidade ou sua retirada do campo da esquerda e sua força como estilo para renová-la.

Quando cidadania, em vez de qualificar, passa a substituir o discurso de classe, e a recorrência à democracia tende a ocultar a declaração de um projeto socialista, ou seja, um projeto de transformação social, camufla-se um roubo histórico, volta a praga da perda de memória. Por exemplo, não necessariamente hoje, na América Latina, todas as correntes do feminismo adotam o projeto de confrontar o capitalismo em seu formato neoliberal. Ao contrário, cada vez mais se amplia o campo da tendência que advoga, na expressão de Emir Sader, “dar cara humana ao capitalismo”, contentando-se com uma linguagem quase neutra, sobre diversidade, diferenças e desigualdades.

O problema, entretanto, não é político-ideológico, já que a história estaria indicando limites para tal tendência, considerando a escalada de turbulências no cenário da economia política e da cultura-aumento de violências diversas, desemprego e pobreza, entre outras coisas. Além de um desencanto quase estrutural que desafia os bem-intencionados cursos sobre gênero para estimular a auto-estima, os programas de requalificação (bem, esses dão vale-transporte e merenda) e as políticas de cotas, quando não se questiona a continuidade do benefício e a qualidade do serviço prestado.

Mais do que na década de 1960, a referência hoje à política de identidades requer qualificações; saber o lugar da solidariedade; saber como se lida com a alteridade; combinação entre diversidade e assimetria de recursos e de poder; a questão das alianças entre os subalternos no resgate da nação, da sua venda; a importância da reconstrução das esquerdas; e a necessária análise dos cenários da economia política, considerando o aumento do número de pobres e ancorando-se, portanto, princípios em tempos e processos.

É quando o enfoque de raça não é necessariamente alternativo ao de classe, mas o qualifica e o amplia. É quando a preocupação com gênero vai além dos direitos das mulheres ou dos homossexuais e questiona

economicismos, chamando a atenção para projetos que transitem entre mudanças nas relações sociais no privado e no público. É quando, mais do que beneficiar os jovens com um programa educacional específico, se discute a qualidade desses programas para o exercício da autonomia, da criatividade e se considera cultura também como uma necessidade material.

Foi um cigano de pele escura que salvou Macondo, e foi uma velha mulher indígena – que, aliás, nem tem nome no romance de García Márquez – que cuidou da jovem mulher branca, Rebeca, que, desmemoriada em sua insônia vazia, difundia a praga, *el olvido*. E a velha indígena não falava com Rebeca, sobre seu passado, não falava sobre o que ela foi, mas contava a Rebeca sobre seu futuro, sobre o que ela poderia ser, reencantos e lhe dava projetos pelos quais sonhar, nas poções mágicas, identidade a construir.

Algumas correntes do feminismo, do movimento negro e entidades de grupos jovens hoje, por cooptação com poderes antes criticados, como agências do capitalismo transnacional,⁷ viriam a se distanciar do original libertário que, na década de 1970, defendiam, investindo em utopias, criticando tanto a esquerda como a direita por vícios da modernidade, mas posicionando-se com as esquerdas na luta contra as ditaduras na América Latina por apostar no socialismo. Eram movimentos sociais críticos sobre identidades fixas, alertando para a importância, mas também para os limites, dos direitos no imediato.

Práticas de institucionalismos estariam afastando saberes que foram enriquecidos por movimentos sociais, em seu perfil mais promissor de conhecimentos e práticas por engendramentos informados na radicalidade ou em buscas de identidades ou de não-identidades, transitando, combinando referências múltiplas em materialidade na classe, na raça, no gênero e na geração, contribuindo, portanto, para juntos desenhar caminhos, projetos socialistas renovados, afins com essa outra América, a América mestiça pela qual lutou José Martí. O que se estaria arriscando, em nome de um alinhamento instrumental, seria um constituinte de uma identidade latino-americana por uma rede de movimentos sociais vários, de conhecimento prático de protesto, de crítica a poderes.

Não faço críticas às ONGs. A ênfase de distintas organizações em temas como cidadania e a preocupação com o fortalecimento

⁷ E ainda outros grupos que, por pragmatismo, optaram por negociar com poderes ou fazer parte da maquinaria decisória em Estados neoliberais para melhor conseguir programas e leis para as mulheres, os negros e os jovens.

da sociedade civil, ao contrário, não faz com que sejam nítidas as diferenças das ONGs em relação a movimentos sociais e movimentos populares. São válidos ares novos dos tempos. Mas insisto na tal plasticidade de etiquetas sujeitas a distintos conteúdos, práticas e instrumentalização por projetos políticos não necessariamente libertários e radicais.

Por outro lado, sem tanta mídia e, em alguns casos, sem fundos de agências internacionais, em práticas diversas e em sítios distintos, um feminismo estaria se insinuando no Brasil, gestado na relação com o movimento negro e as redes de entidades juvenis. É híbrido porque se combina com outros movimentos, muitas vezes em partidos, sindicatos, em terreno bem demarcado, à esquerda. Uma inter-relação ao mesmo tempo *movimentista* e *classista*, isto é, com compromisso com a classe trabalhadora e a flexibilidade para criação de estratégias, formas de ação dos movimentos sociais, o que exclui referências genéricas e *naturalizadas* a mulheres e homens, negros e brancos, jovens e velhos ou adultos.⁸

Tal orientação timidamente viria se afirmando na região, em Organizações de Base Comunitária (OBC), ONGs de pequeno porte com orientação advocatícia, entidades que combinam orientações alquímicas ou um saber ativista enredado. Mas tal saber ativista militante é ainda uma promessa, ou seja, é preciso reconhecer e brigar pelos direitos das identidades e colaborar em projetos de sociedades além das fronteiras identitárias, quando essas representam não a diversidade ou as diferenças criativas, mas desigualdades pautadas em assimetrias.

Não basta referir-se a múltiplas identidades e desigualdades sociais e advogar sua alquimia para uma ação transformadora de mentalidades e ambiências. Cada identidade se realiza por sistemas de discriminações e ideologias que lhe são apropriadas. Portanto, não basta reacessar o debate sobre classes sociais, mas também não o substituir e enriquecê-lo, considerando a multiplicidade do real.

Como afirma Telles, as desigualdades raciais no Brasil não são “meramente o resultado da escravidão ou de grandes desigualdades de classe, mas de uma contínua prática social preconceituosa, de cunho racial. A noção popular sobre raça é transmitida através de estereótipos da mídia, de piadas, das redes sociais, do sistema educacional, das

práticas de consumo, dos negócios e pelas políticas do Estado” (2003, p. 306). Ao mesmo tempo, é preciso fortalecer as agências e os sujeitos políticos pelos direitos de cada identidade, colaborar em redes entre movimentos sociais e difundir a pedagogia militante contra todas as discriminações.

Como bem adverte Hobsbawn (1996), se de esquerda se trata, o projeto revolucionário é para a humanidade. Ora, tal projeto teria maior possibilidade se fossem consideradas nas estratégias organizacionais das esquerdas necessidades simbólicas e materiais de distintas identidades de classe. Por outro lado, os projetos reivindicatórios de identidades específicas, como das mulheres e dos afrodescendentes, assim como dos jovens e dos mais velhos, de classe, pouco avançam se estão restritos a políticas de identidades. No debate sobre estratégias de esquerda contra o neoliberalismo, ressalta-se a importância de articular redes e frentes. Deve-se insistir nos *recuerdos*, nas lutas clássicas contra a sociedade capitalista pautada em classes, combinando-as com a riqueza das linguagens libertárias de diversas identidades, e ocupar espaços na política formal, brigar por direitos, justiça social, igualdades, sim, mas cuidado com o *olvido*. E que a institucionalidade não nos faça abdicar da radicalidade. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Violência nas escolas*. Brasília: Unesco, 2002.
- BERQUÓ, Elza. (Org.) *Morbimortalidade feminina no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999.
- CAMARANO, Ana Amélia. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In: CNPD. *Jovens acontecendo nas trilhas de políticas públicas*. Brasília: CNPD; Ipea, 1998, p. 109-134.
- CASTRO, Mary Garcia. Produção político-cultural da sexualidade – Violência contra as mulheres e o caso das jovens. *Mátria*, São Paulo, p. 20-23, 2003.
- _____. Identidades, alteridades, latinidades – Introdução. *Caderno CRH*, 32, p. 11-21, 2000.
- _____. Palavras em busca de corpo e terras – Identidade, identificação, políticas de identidade. *Leituras de esquerda*. *Caderno CRH*, p. 55-87, 2000.
- _____. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. *Revista Estudos Feministas*, v. 0, p. 57-74, 1992.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. *Por um novo paradigma de fazer política: políticas de/com/para juventudes*. Brasília: Unesco, 2003.
- _____. *Drogas nas escolas*. Brasília: Unesco, 2002.
- Rede Feminista de Saúde. *Assimetrias raciais no Brasil: alerta para a elaboração de políticas*. Coord. Wânia Sant’Anna. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2003.
- HOBBSBAWN, Eric. La política de la identidad y la izquierda. *Debate Feminista*, México, ano 7, v. 14, outubro, 1996.
- TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré, 2003.

* **Mary Garcia Castro**

Pesquisadora da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura no Brasil (Unesco), membro da diretoria da União Brasileira de Mulheres, pesquisadora associada do Centro de Estudos Migratórios (Cemi) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

⁸ Sobre a ideia de organizações com orientação movimentista e classista, ver Therborn (1995).

ARTIGO

Giuseppe Bacocoli*

50 anos de histórias e desafios

Neste ano, a Petrobras – e, por conseguinte, a indústria brasileira do petróleo – está comemorando 50 anos de existência, demonstrando mais uma vez todo o atraso brasileiro nesse setor. De fato, o poço do coronel Drake, marco inicial da era industrial no setor petrolífero, foi perfurado na Pensilvânia, Estados Unidos, em 1859. Portanto, há 144 anos. Ainda no século XIX, o petróleo, como importante insumo para iluminação, lubrificação e combustão, já contribuía para a formação de poderosos grupos industriais tanto nos Estados Unidos como na Europa. No início do século XX, com o advento dos motores a explosão, tornou-se também o combustível automotivo que, durante as duas grandes guerras, provou ser o insumo estratégico essencial. Os poderosos grupos do petróleo passaram a explorá-lo fora dos seus países de origem, controlando a produção das mais importantes jazidas. Ainda antes da Segunda Guerra Mundial, essas empresas já controlavam boa parte da produção do México, da Venezuela e do Oriente Médio.

O petróleo impulsionava o desenvolvimento das potências industriais. Por isso, e apesar da cartelização das empresas, denominadas “as sete irmãs”, o preço do petróleo manteve-se baixo durante boa parte do século XIX, com valores históricos da ordem de US\$ 2 por barril (bbl). Diante dos interesses dessas empresas em outros setores industriais, convinha garantir o suprimento de energia abundante e barata.

No Brasil, as primeiras notícias sobre exploração de petróleo remontam ao Segundo Império. Em 1897, o paulista Eugênio Ferreira de Camargo perfurou, na localidade de Bofete, o primeiro poço brasileiro. Esse poço foi seco, assim como os muitos poços perfurados por entidades públicas e os poucos perfurados por iniciativa privada, no Brasil, antes da descoberta de petróleo em Lobato,¹ na Bahia, em 1939 – 80 anos depois da descoberta do coronel Drake. Mesmo quando inexistiam no Brasil restrições para as atividades das multinacionais do petróleo, estas se estabeleceram apenas para importar e revender derivados a partir do petróleo produzido e refinado no exterior. Considerando inimaginável que um país com as dimensões e as características geológicas do Brasil não tivesse petróleo em seu subsolo, esse desinteresse das multinacionais foi logo interpretado como proposital. As multinacionais não teriam interesse em explorar o petróleo brasileiro, nem pretendiam dotar o Brasil de um parque de refino.

As grandes empresas petrolíferas teriam enviado *silenciosamente* muitas expedições geológicas ao Brasil para avaliar, entre outros, o potencial petrolífero da Bacia do Paraná. Os relatórios dessas expedições, pelo que sabemos, não descartavam a possível ocorrência de petróleo no subsolo brasileiro. Apenas informavam quanto às reais características geológicas das bacias brasileiras, colocadas num grau inferior de prioridade quando comparadas com outras existentes no mundo, como no México, na Venezuela ou no Oriente Médio, onde seria possível produzir maiores quantidades de petróleo a menores custos. Observa-se que, ante o reduzido preço então praticado no mercado internacional, muitas das atuais jazidas brasileiras, até mesmo as da Bacia de Campos, seriam antieconômicas. Não se tratava, portanto, de descartar a presença de petróleo no Brasil, nem de desinteresse proposital das multinacionais, e sim de uma mera escala de prioridade para quem disputava de todas as bacias do mundo.

Saga de risco

A indústria do petróleo caracteriza-se como atividade que requer conhecimento, tecnologia, disponibilidade financeira e aceitação de riscos. Assim, afora as louváveis iniciativas de alguns empreendedores brasileiros, o Estado foi sempre obrigado a intervir, em maior ou menor grau, nesse tipo de atividade. Entre as iniciativas do capital privado nacional, são de se lamentar aquelas conduzidas por empreendedores menos escrupulosos, que, em nome de pretensão nacionalismo, aproveitavam-se da boa fé das pessoas, vendendo ações de companhias petrolíferas de fachada. O elevado grau de desconhecimento das características da indústria também favorecia a proliferação de toda a sorte de charlatões e aventureiros. Quanto ao Estado, as atividades de exploração de petróleo foram conduzidas inicialmente pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), depois substituído pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e, após Lobato, pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Todas essas entidades realizaram trabalhos de excelente qualidade técnica, dentro da crônica limitação de recursos do Estado brasileiro.

A descoberta de Lobato – após um longo e memorável embate entre os empreendedores baianos, que acreditavam na presença do petróleo nessa localidade, e os tecnocratas do DNPM, que tinham boas razões técnicas para duvidar – acabou comprovando finalmente a existência do petróleo no subsolo pátrio. Mesmo assim, considera-se bastante improvável que, na época, o petróleo de Lobato, assim como aquele que viria a ser descoberto pelo CNP em outros campos do Recôncavo Baiano, pudesse vir a ser explorado economicamente. Com exceção do Campo de Água Grande, que, por suas significativas dimensões, poderia ter-se revestido de interesse econômico, a ocorrência de Lobato e mesmo a do poço de Candeias² seriam acumulações menores, de interesse quase que acadêmico, desprovidas de atratividade para a indústria.

Após a Segunda Guerra Mundial, os militares brasileiros, que regressavam do teatro europeu de operações, haviam se convencido da importância estratégica do petróleo. Pouco depois, no início da década de 1950, o país lutava para investir no estabelecimento das indústrias de base, favorecendo o surgimento de um parque industrial. Nesse contexto, nascia um dos maiores movimentos

¹ No poço de Lobato (localizado nas cercanias de Salvador, Bahia, em terras que, no século XVI, pertenciam ao fazendeiro Vasco Rodrigues Lobato), é descoberto oficialmente petróleo no Brasil, em 1938. A partir da descoberta, é criado o Conselho Nacional do Petróleo, e as jazidas minerais passam a ser consideradas propriedade estatal.

² Em Candeias, no Recôncavo Baiano, foi descoberto, em 1941, o primeiro poço de exploração comercial.

O movimento *O Petróleo é Nosso* alastrou-se por todo o país, congregando até mesmo facções tidas como antagônicas, e acabou resultando na criação da Petrobras

de mobilização jamais registrado na nossa história. O movimento *O Petróleo é Nosso* alastrou-se por todo o país, congregando até mesmo facções tidas como antagônicas. Esquerdistas, nacionalistas, estudantes, militares e intelectuais juntaram-se no movimento que acabou resultando no estabelecimento do monopólio estatal do petróleo, na criação da Petrobras e na mobilização nacional para suportar tais objetivos. Assim, em outubro de 1953, a Petrobras surgia da vontade de

um povo, convencido da relevância da questão do petróleo como determinante de seu futuro.

Parece difícil entender, a princípio, como uma empresa estatal, derivada de notável mobilização popular nacionalista, decidiu-se buscar no exterior o responsável pela condução das suas atividades de exploração. De fato, a Petrobras contratou o geólogo estadunidense Walter Link, ex-gerente de exploração da Standard Oil, para atuar à frente do seu Departamento de Exploração, entre 1954 e 1961. Essa questão permanece polêmica, pois, mesmo naquela época, não faltavam geólogos brasileiros treinados dentro do CNP para assumir a posição. Por outro lado, a contratação de Walter Link espelhava a evidente preocupação do governo com a sensível

questão da exploração e a responsabilidade de colocar a tarefa em mãos de pessoa indubitavelmente capacitada.

Walter Link remeteu todos os técnicos brasileiros para cursos de especialização em universidades estrangeiras e passou a conduzir as atividades de exploração quase que exclusivamente com um time de profissionais estrangeiros, principalmente estadunidense. A *língua oficial* no Departamento de Exploração da Petrobras era o inglês e todos os procedimentos técnicos e administrativos passaram a ser os mesmos utilizados nas grandes empresas multinacionais. Em 1961, Walter Link enviou uma série de documentos para o presidente da Petrobras dando conta dos resultados pouco animadores de seis

anos da avaliação das bacias sedimentares brasileiras. Esse conjunto de documentos, mais tarde conhecido como Relatório Link, acabaria tornando-se motivo de uma acalorada discussão. De um lado, nacionalistas e esquerdistas afirmando que Link, a serviço dos interesses multinacionais, procurava demonstrar mais uma vez que o Brasil não tinha petróleo. De outro, aqueles que acreditavam na lisura e competência do geólogo estadunidense, encarando com pragmático realismo suas conclusões.

Novamente, a questão da economicidade do petróleo brasileiro, no contexto do mercado da época, merece ser lembrada para melhor situar e entender algumas conclusões do Relatório Link. De fato, Link conhecia as descobertas de petróleo já efetuadas na Bahia, assim como o potencial de outras bacias costeiras como a de Sergipe-Alagoas. Mas, com o preço a US\$ 2/bbl, esse petróleo seria escasso, insuficiente para as necessidades nacionais e caro, com custo de extração superior ao do petróleo importado. Quanto às grandes bacias interiores, como a do Amazonas, do Parnaíba e do Paraná, Link menciona problemas geológicos e tecnológicos, na época quase intransponíveis. E afirmava nada poder dizer quanto às bacias marítimas, ainda inexploradas, recomendando à Petrobras dedicar-se ao refino, importando o petróleo barato, e, se o desejasse, explorar petróleo no exterior, em áreas mais atrativas.

Walter Link e sua equipe deixaram o país em 1961 debaixo de campanhas de protesto dos sindicatos, de alguns partidos políticos e da imprensa. Ressalte-se, à luz da história, que a questão fundamental não consistia em afirmar ou negar a presença do petróleo brasileiro, e sim em avaliar a possibilidade de vir a descobri-lo e produzi-lo em quantidades suficientes e em condições economicamente atrativas. O petróleo brasileiro, assim como aquele de outras províncias hoje produtivas, como a do Mar do Norte, só se tornou economicamente atrativo a partir dos dois choques do petróleo, de 1973 e de 1979 (e até a atual produção dessas áreas não sobreviveria à prática de preços internacionais deprimidos, digamos, inferiores a US\$ 10/bbl). Nesse contexto, as conclusões do Relatório Link emergem como corretas. Além do mais, Walter Link trouxe à Petrobras algumas boas práticas, hoje perpetuadas e ainda presentes em cada um dos muitos êxitos registrados pela estatal, entre elas: a importância de se investir no treinamento e na capacitação dos profissionais, o decidido apoio à transferência e ao

desenvolvimento de tecnologia de ponta, a padronização dos procedimentos técnico-administrativos e a manutenção de um rigoroso sistema de conseqüências com base na competência e efetiva contribuição de cada empregado.

100% brasileira

Já sob a liderança de brasileiros, a Petrobras passou a apresentar sucessivos recordes de produção a partir de seus campos na Bahia e em Sergipe. A produção subiu, muito embora ninguém tenha perguntado a que custos. Em uma atmosfera pré-64, os sindicatos ganharam força e influíram na própria gestão da empresa. Como uma resposta à *era Link*, contratou-se a consultoria de técnicos soviéticos, especializados em exploração e produção. Mas, em que pese seu relevante conteúdo técnico, o relatório da missão russa pouco acrescentou ao potencial petrolífero das bacias brasileiras. Às vésperas dos acontecimentos de março de 1964, no comício da Central do Brasil, os sindicatos petroleiros atuavam decisivamente para acelerar as mudanças.

A partir dos governos militares, a área petrolífera foi considerada estratégica e de segurança nacional, e a Petrobras passou a ser comandada com braço forte pelas Forças Armadas, que, após a intervenção nos sindicatos e o afastamento dos empregados *indesejáveis*, permaneceriam nos postos-chave da companhia cerca de 20 anos. A identidade da estatal com os governos dos militares atingiu seu auge quando o general Geisel fez de suas realizações na Presidência da empresa o trampolim para alcançar a Presidência da República. Infelizmente, a partir dessa época, muitos dos segmentos da opinião pública nacional, que outrora sustentaram a Petrobras, passaram a vê-la como parte integrante de um governo de exceção e autoritário.

Em 1968, com o início das atividades exploratórias no mar, a produção dos campos terrestres encontrava-se em franco declínio. Os pequenos campos logo descobertos no mar pouco contribuíram para o aumento da produção e, além do mais, não se revestiam de atratividade econômica. Mais uma vez os gerentes ordenavam: “Vamos colocar esses campos em produção! Mesmo que antieconômicos, aprenderemos muito ao fazê-lo”.

No início da década de 1970, a dependência do petróleo importado era da ordem de 80%, e a Petrobras reduziu seus investimentos em exploração e produção, aumentou

seus investimentos no parque de refino e criou a Braspetro, subsidiária destinada à exploração e produção de petróleo no exterior. Boa parte das recomendações do Relatório Link acabaram sendo cumpridas. Esse era o cenário reinante quando, em 1973, o primeiro choque do petróleo elevou subitamente o preço do produto no mercado internacional a US\$ 10/bbl (valor histórico). A Petrobras e o Brasil pareceram que pouco se importaram.

Em 1974, a Petrobras descobriu o Campo de Garoupa, o primeiro na Bacia de Campos, mas, em que pesem as expectativas muito favoráveis, a produção dessa bacia só se iniciou alguns anos depois. Em 1979, o segundo e mais forte choque do petróleo elevou o preço do barril no mercado internacional para mais de US\$ 40 (valor histórico; valor atual corrigido superior a US\$ 60).

Esse segundo choque teve conseqüências extremamente desastrosas para a Petrobras e para o país, apesar de, paradoxalmente, também ter oferecido as melhores oportunidades de desenvolvimento do setor brasileiro do petróleo. A Petrobras estava investindo pouco em exploração e produção e importava o petróleo, antes barato, para refiná-lo em seu bem desenvolvido parque industrial. Ou seja, a própria empresa não acreditava na potencialidade do petróleo brasileiro, optando por um modelo de importação de um petróleo mais barato que o aqui produzido. Depois do segundo choque, no entanto, o Brasil não tinha mais como pagar pelo valor da importação do petróleo e começou a endividar-se para fazê-lo. O racionamento de combustíveis, mesmo que fosse em fins de semana, realimentava as críticas contra a Petrobras.

Em 1976, o então presidente Geisel autorizou a Petrobras a celebrar os contratos de risco de exploração com as empresas multinacionais. Apesar dos elevados preços do barril no mercado internacional, as empresas multinacionais investiram relativamente pouco no Brasil e praticamente nada descobriram além

O segundo choque do petróleo teve conseqüências desastrosas para a Petrobras e para o país, apesar de ter oferecido as melhores oportunidades de desenvolvimento do setor brasileiro do petróleo

de um campo de gás na Bacia de Santos. Em meio à crise, e justamente quando se pretendia atrair tecnologia e capital de risco do exterior, o governo do estado de São Paulo, por intermédio do consórcio Paulipetro, resolveu investir numa fracassada aventura na Bacia do Paraná.

Apesar das grandes descobertas feitas pela Braspetro no exterior, entre as quais se menciona a do Campo de Majinon no Iraque, o Brasil não conseguiu desta feita aliviar sua dependência externa com o petróleo produzido no exterior. Numa negociação pouco transparente, a Braspetro acabou perdendo seus direitos até no campo iraquiano.

No fim da década de 1970, a Bacia de Campos entrou em produção com resultados muito promissores. Em 1980, a pedido do governo, a Petrobras decidiu investir na exploração e na produção do petróleo no Brasil em níveis jamais vistos. O Plano Quinquenal de Exploração (1981-1985) previu triplicar os investimentos para atingir a meta de 500 mil bbl/dia em 1985. Mesmo dentro da Petrobras, alguns gerentes opuseram-se a esse plano, considerado demasiadamente grandioso e irrealizável. À época, esses opositores desconheciam o real potencial da Bacia de Campos, que, de fato, suportaria a execução de todo o plano e seu total cumprimento. Em 1984/85, o Brasil não só atingiu a produção de 500 mil bbl/dia como também descobriu os primeiros campos gigantes de águas profundas, Marlim e Albacora. A Bacia de Campos foi responsável pela contínua elevação da produção até os atuais níveis e, em breve, essa bacia deverá ser responsável pela tão sonhada auto-suficiência. As elevações dos níveis de preços praticados no mercado internacional vieram a favorecer decididamente essa produção, principalmente nas águas profundas da Bacia de Campos.

A Petrobras entrou numa nova era, passando a privilegiar os investimentos do setor *upstream*, em exploração e produção, sobre os investimentos de *downstream*, de refino. Em decorrência, outras bacias passaram também a responder muito favoravelmente. A bacia terrestre do Solimões já apresenta uma expressiva produção de petróleo e de gás, e a bacia terrestre Potiguar já atingiu produção superior aos 100 mil bbl/dia. Após muitos indícios de petróleo encontrados nos poços da Amazônia, desde Nova Olinda, em 1955, o sonho de se descobrir petróleo nessa região acabou se concretizando em 1986, com as descobertas no Rio Urucu, na Bacia do Solimões. No *upstream*, a Petrobras soube colher seus atuais

melhores resultados com desenvolvimento de capacitações, uso de tecnologia de ponta e, sobretudo, com a coragem em aplicar significativos investimentos em áreas de alto risco. Mesmo agora, após a abertura do setor de petróleo em 1997, a Petrobras continua sendo a empresa que registra o maior e mais significativo volume de descobertas nas áreas marítimas das bacias de Campos, Santos e Espírito Santo, onde trabalha lado a lado com numerosas concorrentes multinacionais exatamente por sua audácia e competência.

Novo tempo

Com o fim da intervenção militar e o advento da democracia, a empresa passou a ser alvo de muitas críticas. Perdido o apoio outrora dado pelos nacionalistas e pela esquerda, a empresa ficou à mercê dos crônicos inimigos do estadismo e do monopólio. A par disso, a Petrobras crescera muito constituindo uma grande empresa de petróleo, admirada e respeitada em todo o mundo. Para alguns segmentos da sociedade, no entanto, a empresa passou a ser considerada como mais uma multinacional do petróleo, com os mesmos defeitos das demais. Tudo passou a ser alvo de críticas: desde o suposto corporativismo dos seus empregados e seus *altos* salários, até seus procedimentos de gestão, seus lucros, escassos ou excessivos, suas demandas e seus procedimentos. As críticas mais veementes voltaram-se para o monopólio. Vista como fruto de uma “política retrógrada”, passou a receber apelidos pejorativos como o de *petrossauro* e a ter sua competência constantemente questionada, apesar dos muitos e óbvios bons resultados operacionais. Os inimigos do monopólio acusam: “Se a Petrobras é competente, não precisa do monopólio; se é incompetente, não o merece”.

No fim da década de 1990, quando a nova Lei do Petróleo veio efetivamente acabar com o monopólio da Petrobras, permitindo que outras companhias, mesmo multinacionais, pudessem competir livremente, quase não houve resistência nem um amplo debate da questão. O monopólio da Petrobras terminou quase que silenciosamente, como acabou, também silenciosamente, a ditadura militar. Nem os empregados, com todo o seu corporativismo, mobilizaram-se contra essa mudança, pois o que realmente temiam era a privatização.

Competente, madura, bem administrada e respeitada, a Petrobras não se abateu. A empresa já havia se capacitado e detinha todas

as ferramentas necessárias para competir num ambiente de livre mercado, sem o monopólio. A plantinha que acabava de germinar em 1953 transformara-se numa sólida árvore frondosa, capaz de resistir sozinha às intempéries.

Dizem que a Petrobras perdeu o monopólio de direito, mas não o perdeu de fato. Isso não deixa de ser verdade, considerando que é muito difícil competir no Brasil com uma empresa que há meio século dedica-se de corpo e alma à questão do petróleo. Se a Petrobras ainda não é a líder mundial da tecnologia, certamente é líder absoluta no conhecimento dos problemas brasileiros do petróleo, desde a intrincada geologia das bacias sedimentares até as características do seu petróleo, os anseios do mercado e às nuances ambientais deste cenário de dimensões continentais.

Caminho trilhado

Ao longo do seu percurso, a Petrobras caracterizou-se por três fases distintas de gestão: a da missão, a dos resultados físicos e a dos resultados financeiros. Na primeira, que perdurou até o início da década de 1970, a Petrobras trabalhou simplesmente obedecendo à missão que lhe fora confiada, independentemente dos custos e dos resultados. Embora muitos a critiquem, essa primeira fase foi a que consolidou as raízes da companhia, *o vestir a camisa* dos seus empregados e a capacitação na cadeia produtiva da indústria do petróleo. Na segunda fase, que perdurou da década de 1970 até o início da década de 1990, os gerentes da companhia passaram a acompanhar os seus resultados físicos. O importante era saber quantos metros se perfuravam, quantos poços, quantos barris se produziam, quantos barris se refinavam etc. Pouca atenção era dada aos resultados financeiros dessas operações. A empresa foi também criticada por isso, por não ser rentável e por não visar aos lucros. Finalmente, na terceira fase, foram criadas as Unidades de Negócio, e a Petrobras passou a buscar resultados financeiros, obtendo lucros semelhantes aos das maiores companhias de petróleo. Também está sendo criticada por isso, por se afastar da missão e buscar lucros.

A Petrobras também teve sempre de conviver com o fato de ser “petro” e ser “bras” ao mesmo tempo. Não raro, atuou simultaneamente como operadora e reguladora. Como “petro”, teria de ser uma empresa de petróleo competitiva; como “bras”, teria de ser braço da nação brasileira na busca do bem comum e dos objetivos

sociais. Da mesma forma, os objetivos imediatos e os estratégicos tinham de ser combinados numa harmonia nem sempre possível.

O Brasil é hoje um dos poucos países em desenvolvimento e o único do hemisfério sul a dominar por completo o *saber fazer* pertinente a toda a cadeia produtiva da indústria do petróleo. Desde os primeiros levantamentos geológicos e geofísicos numa bacia sedimentar até a perfuração e a produção dos poços, o transporte e o refino do petróleo e a distribuição final, dominamos hoje todo o conhecimento, sem precisar de ajuda externa. Poucos países, mesmo entre os grandes produtores de petróleo, acumularam tantos conhecimentos.

Estatual ou privada, a Petrobras terá condições de continuar operando como uma grande empresa de petróleo. Analisando os cenários, algumas companhias de petróleo concluíram que o esgotamento do produto ou a competição por fontes alternativas não representam efetivas ameaças a médio prazo. Entre seus desafios futuros, menciona-se, como o mais grave, o grau de aceitação por parte da nação. Analogamente, podemos afirmar que, independentemente de seus êxitos operacionais, a maior ameaça à Petrobras reside num eventual recrudescimento da rejeição da mesma sociedade que há 50 anos lutava nas ruas, mobilizada, para criá-la.

Agrava essa ameaça a insatisfação de seu cliente final, o consumidor. O petróleo que hoje jorra abundantemente do subsolo brasileiro não tem sido ainda utilizado em benefício direto do povo brasileiro. Apesar dos preços baixos praticados pela Petrobras na saída das refinarias, os preços finais dos derivados, atrelados a valores internacionais em dólar e agravados pelos impostos, são muito elevados para quem ganha salários irrisórios, com valores estáveis em reais. Além disso, e em que pese a boa qualidade dos produtos produzidos pela Petrobras, a total desregulamentação do setor e uma fiscalização muito deficiente favorecem as freqüentes e criminosas adulterações.

Enquanto deveríamos festejar a aproximação da tão sonhada auto-suficiência, alguns produtos básicos, como o gás de cozinha, o óleo diesel e a própria gasolina, chegam ao mercado freqüentemente adulterados e sempre a preços inacessíveis para a maioria da população. Este é o principal desafio: fazer com que o “petro” e o “bras” se reencontrem naquelas premissas que mobilizaram a nação no início da década de 1950, exatamente há meio século. ■

* Giuseppe Bacocoli

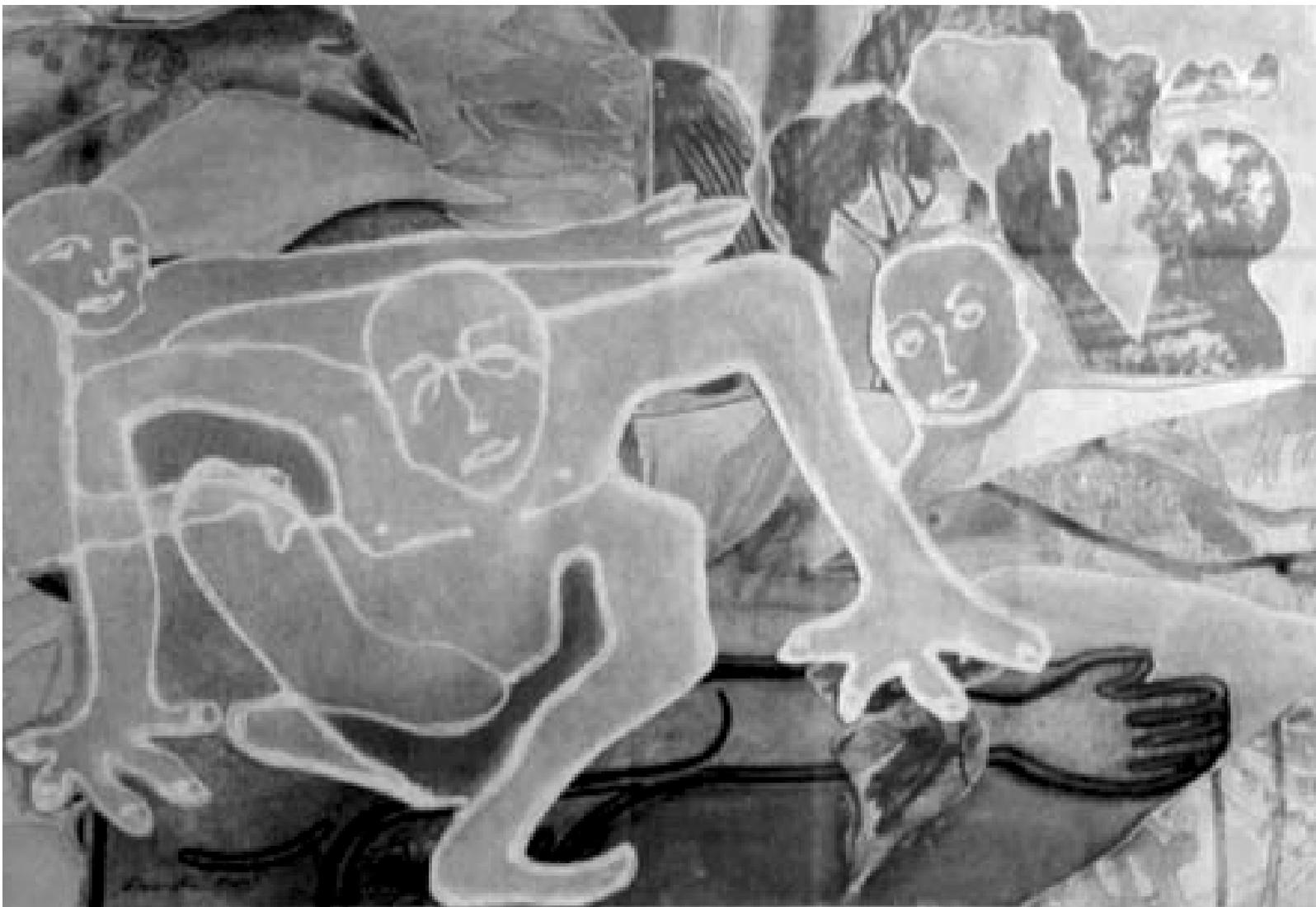
Pesquisador visitante da Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

NACIONAL

Alex Jobim Farias*, Pedro Quaresma** e Júlio Miragaya***

NACIONAL

A lógica perversa do acordo com o FMI



ALEXANDRE RAJÃO

NAL

Em dezembro de 2003, encerrou-se o acordo entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), firmado, em novembro de 1998, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e por ele renovado em 2001 e 2002. O atual governo avalia a oportunidade de assinar um acordo mais uma vez. Os defensores da assinatura de um novo acordo argumentam que não há outro caminho, pois, sem o aval do FMI, os investidores não teriam segurança em investir ou manter seus investimentos no Brasil. Ademais, dizem, o Brasil precisaria do dinheiro do FMI para fazer face aos seus compromissos externos em 2004. Dessa forma, fica claro que a renovação do acordo não tem como objetivo melhorar o desempenho da economia nacional e, conseqüentemente, as condições de vida da população brasileira, mas sim atrair a confiança do "mercado". Mas o país não tem feito outra coisa, nos últimos anos, além de agradar o mercado financeiro em detrimento da economia produtiva e dos trabalhadores.

O acordo com o FMI não é somente disponibilização de dinheiro, mas o compromisso do governo de implementar políticas que atendam aos interesses dos investidores, mesmo que em detrimento dos interesses do país. Há anos, a economia brasileira vem apresentando desempenho sofrível em conseqüência da opção de nos subjugarmos às chantagens do "mercado", em busca de uma suposta estabilidade. Mas que estabilidade é essa, com a maior taxa de desemprego de nossa história, com a queda contínua da renda dos trabalhadores e com o atual índice de violência urbana?

É preciso fugir dessa lógica perversa. No período de janeiro a agosto de 2003, não obstante o superávit primário do setor público ter sido de quase 5% do Produto Interno Bruto (PIB), o déficit nominal chegou a 5,3%, pois os gastos com juros da dívida pública atingiram nada menos que R\$ 102,4 bilhões, 68% a mais que os gastos com juros no mesmo

período de 2002. Tal valor corresponde a 10,2% do PIB ou cerca de 30% da receita fiscal das três esferas de governo.

Conseqüências

A assinatura de acordos com o FMI e, conseqüentemente, a adoção do receituário das políticas econômicas recomendadas pelo fundo têm invariavelmente resultado no aprofundamento da recessão e na inviabilização dos projetos nacionais soberanos de desenvolvimento. A crise social sem precedentes vivida recentemente pela Argentina é o caso mais emblemático do fracasso das políticas econômicas liberais nos países em desenvolvimento. Desde 1998, o Brasil tem recorrentemente assinado acordos com o FMI e, como resultado das políticas econômicas aplicadas ao país, se encontra desde então com a economia praticamente estagnada.

As políticas econômicas dos acordos com o FMI têm se caracterizado pela combinação das seguintes medidas: (a) o ajuste nas contas públicas, com a fixação de metas elevadas de superávit primário (diferença entre receitas e despesas, excetuando as despesas financeiras); (b) controle da inflação a partir do programa de metas inflacionárias (utilização das taxas de juros como mecanismo de garantir o alcance de metas de inflação fixadas e anunciadas pelo Banco Central).

Ambas as medidas têm contribuído para o grave quadro recessivo da economia brasileira. O superávit primário privilegia as despesas financeiras em detrimento dos investimentos públicos e demais despesas do orçamento público, inviabilizando o investimento público necessário para o projeto nacional de desenvolvimento. As metas inflacionárias obrigam o governo a elevar as taxas de juros da dívida pública, aumentando as despesas financeiras do governo e comprometendo o crédito, o consumo e o investimento privado.

Os mais recentes resultados apresentados pela economia brasileira vêm comprovar a temeridade de se renovar o acordo com o FMI. Como resultado da retração dos investimentos acentuada pela política monetária, vários indicadores econômicos relativos à atividade econômica têm apresentado uma piora sensível em 2003 em relação a 2002. Em primeiro lugar, temos os índices de desemprego. Em agosto, a taxa de desemprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atingiu 13% contra 11,7% em agosto de 2002. De forma semelhante, comparando o período janeiro–julho, o rendimento médio do trabalho caiu 11%, e a produção da indústria de transformação apresentou uma queda de 0,5% em 2003 em relação a 2002. Esses resultados podem ser atribuídos claramente à política monetária, dado que tanto a produção industrial como os índices de desemprego ensaiavam uma recuperação no primeiro trimestre de 2003, tendência claramente revertida a partir do mês de maio, quando, com o intuito de conferir “credibilidade” ao mercado financeiro e ao programa de metas inflacionárias, o Banco Central passou a diminuir as taxas de juros em um ritmo muito inferior ao da queda das taxas de inflação. Além disso, a maior queda da produção industrial se deu no setor de bens de capital (máquinas e equipamentos), confirmando assim a crônica paralisação dos investimentos.

O superávit primário é justificado pelo FMI como uma forma de reduzir a relação entre a dívida pública e o PIB. Ocorre que nem isso está sendo alcançado, apesar dos elevados superávits primários obtidos pelo setor público. Em agosto, a dívida líquida do setor público atingiu R\$ 891,335 bilhões, ou seja, 57,7% do PIB, contra 57,2% em julho e 56,5% em dezembro de 2002. No entanto, o superávit primário, que representa a parcela das receitas do setor público não convertida em serviços públicos para a população, acumulou, entre janeiro e agosto, R\$ 49,3 bilhões (4,91% do PIB), comparativamente a R\$ 37,4 bilhões (4,41% do PIB) em igual período de 2002.

Ao contrário das despesas orçamentárias, as despesas financeiras não são limitadas pelos acordos com o FMI. Assim, entre janeiro e agosto de 2003, o setor público efetuou o pagamento de R\$ 102,4 bilhões (10,2% do PIB) em juros nominais e de R\$ 155,7 bilhões (10,53% do PIB) nos 12 meses desde que o acordo foi assinado. Esse desembolso é,

portanto, muito superior ao do mesmo período de 2002, quando o pagamento efetuado em juros nominais foi de R\$ 60,7 bilhões (7,17% do PIB). Desse modo, cabe destacar que, ao contrário do que é alardeado, o setor público apresenta um déficit crescente no resultado entre as receitas e as despesas. O déficit nominal, que no período entre janeiro e agosto de 2002 era de 2,75% do PIB, alcançou 5,29% no mesmo período em 2003. Considerando os 12 meses em que o acordo está em vigor, o déficit acumulado foi de 5,74%.

Dessa forma, o orçamento público é o maior prejudicado pelo acordo com o FMI. Em primeiro lugar, isso ocorre porque os recursos públicos estão sendo destinados preferencialmente para o pagamento dos juros ao mercado financeiro. Somando-se a isso, temos o contingenciamento de recursos efetuado pelo governo federal. Assim como havia sido feito em fevereiro de 2003, por ocasião da elevação da meta de superávit primário acordada com o FMI, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão anunciou um novo corte de recursos dos diferentes ministérios, por causa da queda da arrecadação, nos meses de julho e agosto, sobretudo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), imposto de importação e Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), impostos extremamente correlacionados ao nível da atividade econômica. Assim, o total das despesas de custeio e investimento do governo federal, que era de R\$ 62 bilhões na Lei Orçamentária aprovada para 2003, passou a R\$ 48,3 bilhões, após as revisões ao longo do ano.

Como consequência das políticas fiscais e monetárias, temos observado, portanto, uma clara transferência de renda para o setor financeiro da economia, em detrimento do que havia sido a tônica do debate político-eleitoral de 2002, em que a população colocou claramente o desejo de mudança e de reorientação da política econômica do setor financeiro para o setor produtivo, gerador de empregos e renda. Tomando como exemplo os lucros divulgados pelos principais bancos do país no primeiro semestre de 2003, podemos compreender a gravidade da situação. Segundo os balanços dessas instituições, os lucros do setor bancário atingiram R\$ 6,1 bilhões, ou seja, apresentaram um crescimento de 11,8% em relação ao mesmo período. Somente o Itaú apresentou

um lucro de R\$ 1,49 bilhão (crescimento de 42,24% em relação a 2002), enquanto o Bradesco teve um lucro de R\$ 1,03 bilhão (crescimento de 13,6%). Somados os lucros desses dois bancos apenas, temos a quantia de R\$ 2,52 bilhões, um valor superior ao do orçamento público destinado à infra-estrutura no mesmo período (R\$ 2,32 bilhões).

Finalmente, a renovação do acordo com o FMI só faria algum sentido diante das necessidades no balanço de pagamentos. No entanto, a estagnação da economia tem contribuído claramente para a melhora nas contas externas e a obtenção de saldos recordes na balança comercial, a ponto de o próprio presidente Lula ter admitido, em pronunciamento a investidores financeiros em Nova York (antes de ser anunciada a celebração de um novo acordo), que o país estava em condições de dispensar os recursos do FMI. Cabe lembrar que os recursos do fundo não têm se traduzido em benefícios para o país, mas na garantia de que os ganhos financeiros da especulação global com a dívida pública (em reais) possam ser convertidos em dólares e remetidos ao exterior (em dólares).

Espaço para avanços

O governo argumenta que exigirá melhores condições no acordo, ou seja, que negociará alguns *avanços*, como a não-classificação dos investimentos das empresas estatais como gastos do governo (uma caracterização realmente absurda) e também a inclusão de algumas cláusulas sociais. Trata-se de uma típica tentativa de “dourar a pílula”. Mas, se o FMI aceitasse essas condições, estaria tudo resolvido? Obviamente não, pois o essencial para o FMI está sendo mantido: as famosas condicionalidades. As autoridades governamentais, quando eram oposição, faziam uma caracterização crítica do papel do FMI no mundo atual. Teria o Fundo mudado? Vejamos a descrição desse processo.

A decisão de se criar o FMI – juntamente com o Banco Mundial e a Organização Internacional do Comércio, posteriormente Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) e, recentemente, Organização Mundial do Comércio (OMC) – foi tomada em 1944 na famosa Conferência de Bretton Woods, nos Estados Unidos, tendo sido implantadas em 1947 as duas primeiras dessas três instituições. A função básica do FMI era zelar pela manutenção da estabilidade das

taxas de câmbio, socorrer países com desequilíbrios no balanço de pagamentos e garantir a provisão de liquidez, quando necessário. Mas, passado meio século, o quadro mundial sofreu profundas alterações. O cenário atual é o de persistência da crise global do sistema capitalista, que se arrasta desde a década de 1970. Ela se caracteriza pela financeirização crescente das relações econômicas e pelo estrangulamento da economia real; tem como eixo a ofensiva do capital financeiro e das corporações contra os direitos sociais e trabalhistas dos povos de todo o mundo, com o objetivo de reduzir ainda mais o custo do fator trabalho. Neste cenário, os Estados Unidos assumem o papel de responsáveis por impor essa nova ordem, pisoteando o direito internacional e a soberania das nações e ameaçando o sistema multilateral de governança global, já recheado de imperfeições.

E qual tem sido o papel do FMI neste contexto? Na prática, ele deixou de ser um organismo multilateral voltado para a defesa da paridade cambial, para o socorro aos países com graves desequilíbrios externos e para a questão da liquidez internacional e tornou-se uma agência do capital financeiro, dos credores internacionais e do Tesouro estadunidense. Dedicou-se a impor programas de ajuste estrutural aos países periféricos que com ele fazem acordo e a *recomendar* políticas macroeconômicas de inspiração invariavelmente recessiva, direcionadas para o atendimento dos interesses estritamente corporativos dos bancos e trustes e absolutamente incompatíveis com as necessidades de crescimento econômico, geração de emprego e distribuição de renda.

Alternativas

Um país como o Brasil, dada a gravidade das questões sociais que precisa resolver, necessita de um projeto nacional de desenvolvimento com políticas alternativas às que vêm sendo propostas pelo FMI. O projeto soberano de desenvolvimento, em sintonia com a política externa de afirmação desempenhada pelo governo Lula, exige que as políticas econômicas (fiscal, monetária e comercial) sejam formuladas autonomamente, sem a ingerência do FMI.

Nesse sentido, só devem ser consideradas aceitáveis as metas que sejam definidas com a sociedade brasileira, almejando o

projeto nacional de desenvolvimento. Metas que visam ao superávit primário ou às taxas de inflação isoladamente não contribuem para aquele projeto, antes o tornam inviável. Na verdade, como pudemos observar ao longo dos últimos anos, a estabilidade de preços não tem se concretizado no desenvolvimento, ao contrário do que prometiam aqueles que defendem o FMI.

Torna-se, assim, cada vez mais evidente: a retomada dos investimentos é de fundamental importância para dar estabilidade ao desenvolvimento. E essa retomada só ocorrerá a partir de uma política pública voltada para esse fim. Não há crescimento econômico sem reativação da demanda e sem investimento produtivo. E não há investimento produtivo sem ampliação do crédito. O crédito é o instrumento econômico que permite a antecipação dos recursos monetários, possibilitando a ocorrência das transações necessárias para que se possa realizar a produção e o consumo. Em um país com altas taxas de desemprego e com a produção estagnada, a acessibilidade ao crédito favorece a trajetória para o funcionamento pleno da economia, a ampliação da riqueza e o desenvolvimento social e econômico. Um país como o Brasil não pode manter uma relação crédito produtivo/PIB tão irrisória (27% contra 70% no Chile, 110% nos Estados Unidos e 160% na Alemanha). A retomada do desenvolvimento passa, ainda, pelos investimentos em infra-estrutura, empregadores de força de trabalho e garantidores de um melhor ambiente econômico para a ampliação dos investimentos.

Além disso, a priorização do financiamento interno se constitui num importante instrumento de promoção da soberania econômica. A história recente do Brasil nos permite concluir que a vulnerabilidade externa decorrente da centralidade da necessidade de divisas tem figurado ao longo dos anos como um dos principais obstáculos ao livre desenvolvimento do país. Se o país deseja se empenhar em um processo soberano de desenvolvimento, é necessário estimular as transações em moeda nacional, que não pressionem o balanço de pagamentos, dispondo das divisas (dólares) para adquirir aquilo que for estritamente necessário para o país, por exemplo, os produtos cuja tecnologia ainda não somos capazes de produzir. E um processo de desenvolvimento autônomo ainda deve incluir, obviamente, o estímulo a uma ciência e

a uma tecnologia dominadas e desenvolvidas internamente, reduzindo, desse modo, nossa dependência externa.

Portanto, é necessária a ação do Banco Central para que se amplie o crédito, o que passa pela confrontação dos interesses daqueles que lucram com a dívida pública. Com a ampliação do crédito, a política monetária poderia, assim, desempenhar sua verdadeira função: garantir a circulação da produção e da renda, e não sua acumulação e concentração, como as elevadas taxas de juros têm propiciado. Diante do descalabro das finanças públicas, é indispensável discutir a fixação de um teto para o gasto orçamentário com as dívidas financeiras.

Outra forma de política econômica é o controle de capitais. Essa medida, que vem sendo adotada em alguns países, sendo o caso mais recente o da Argentina, pode funcionar de diversas maneiras e tem um papel estratégico em uma economia global em que ocorre o predomínio hegemônico e político de uma divisa sobre todas as outras. Funciona, ainda, no sentido de conter a volatilidade cambial e os seus efeitos nocivos sobre a economia. Também nesse caso, é indispensável discutir a fixação de um percentual máximo das exportações de capital para o serviço da dívida externa ou, ainda mais coerentemente, um percentual máximo do saldo da balança comercial para aquele serviço, induzindo os países credores a que diminuam significativamente suas barreiras comerciais.

Finalmente, cabe destacar que a não-renovação do acordo está profundamente associada à reorientação da política econômica e à necessidade de ampliação do debate franco e democrático de políticas alternativas, que visem à construção de um projeto soberano de desenvolvimento, capaz de conduzir à resolução dos graves problemas sociais do país e preservar a sintonia com os compromissos presentes no debate político que elegeu o presidente Lula. Não se trata de deixar de renovar com o FMI. O que não faz sentido é continuar executando as políticas contidas em seu receituário, como a manutenção das elevadas taxas de superávit primário, ao longo do mandato do presidente Lula.

Condições políticas

A atual política externa brasileira tem sido considerada o ponto alto do governo Lula até aqui. Posicionou-se contrária à guerra

do Iraque e à política unilateral estadunidense de combate ao terror; tem tentado colocar a justiça social e o combate à fome e à miséria como temas prioritários em diversos foros internacionais (por exemplo, o World Economic Forum e a reunião do G-8, em Evian, na França); tem articulado os países em desenvolvimento no sentido de contrabalançar o poder dos países mais ricos, como no caso do G-3 (Brasil, África do Sul e Índia) e o G-22 (grupo de países em desenvolvimento interessados no avanço substancial das negociações em agricultura na rodada de Doha da OMC); tem procurado revitalizar a integração latino-americana, engajando recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na integração física com países fronteiriços, contrariando os Estados Unidos; tem tentado negociar uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) não-abrangente, com o intuito de evitar a negociação de temas aos quais o Brasil é sensível; faz da aproximação de países africanos uma de suas prioridades.

A visita a Cuba, justamente no regresso de uma viagem aos Estados Unidos, sem tocar publicamente na questão da violação dos direitos humanos pelo regime cubano, serviu para a mídia carimbar, com o rótulo de independente, a política externa brasileira e realçar a sua diferença em relação à política externa do governo FHC.¹ Até agora, de fato, a política externa do atual governo tem feito justiça ao discurso anti-hegemônico do presidente Lula no dia de sua posse: “A democratização das relações internacionais *sem hegemonias de qualquer espécie* é tão importante para o futuro da humanidade quanto o desenvolvimento e a consolidação da democracia no interior de cada estado”.²

Quando se passa à comparação das respectivas políticas econômicas domésticas, no entanto, fica muito mais difícil, se não impossível, identificar qualquer sinal de ruptura substantiva entre os governos Lula e FHC. Mais do que isso, em certos aspectos, a política econômica do governo Lula tem sido mais ortodoxa do que a de FHC, como mostra a adoção da meta de superávit primário de 4,25% do PIB. A renovação do acordo com o FMI seria decorrência da manutenção do modelo econômico herdado do governo FHC, já que essa instituição tem sido o seu principal avalista. Levando-se em conta que o FMI é um dos principais agentes da hegemonia

estadunidense no plano econômico, é flagrante a contradição entre a orientação geral anti-hegemônica da política externa do governo Lula e a renovação de um acordo com o FMI. Exige-se que a política econômica acompanhe a sua política externa quanto ao caráter de inovação que exige.

Votos não faltaram ao presidente Lula para tanto. Consagrado pela segunda maior votação obtida em regimes presidencialistas, não caberiam qualificações no que tange ao clamor por mudanças que se expressou nas urnas. Tais qualificações, contudo, não somente foram feitas, como também foram abraçadas por integrantes do governo que chegaram a afirmar que seria estelionato eleitoral se o governo Lula não adotasse o continuísmo na política econômica. Um dos principais argumentos nesse sentido é de que a coalizão de esquerda que elegeu Lula não teria obtido assentos suficientes no Congresso para consolidar a ruptura. Bobagem. O atual governo precisou cooptar setores da direita justamente para implementar as reformas constitucionais pregadas pelo “mercado”, e é essa agenda que esgarça e sobre-carrega a articulação política de sustentação do governo, levando à reedição de vários vícios do atual sistema político brasileiro, como o troca-troca de partidos e a compra de votos. Constituições devem ser estáveis por definição, e a quantidade de votos necessária para a sua modificação não pode ser considerada como condição política de governabilidade.

Não é só da esquerda que se ouvem críticas à ortodoxia da política econômica do governo Lula. O empresariado nacional soma-se ao coro generalizado da sociedade brasileira por uma redução mais rápida das taxas de juros. Não é por falta de apoio doméstico, portanto, que a mudança de modelo econômico não foi implementada. O modelo econômico não foi mudado porque o atual governo optou pela sua manutenção, respondendo à crise de endividamento que vive o Brasil com a surrada política de conquista de confiança dos mercados financeiros internacionais. Em suma, ao ganhar as eleições, a cúpula petista substituiu a coalizão de alguns setores do empresariado com trabalhadores, que levou Lula à vitória, por um pacto com a banca internacional,³ políticas ortodoxas e reformas em troca do fim da especulação que elevou a cotação do dólar na virada do ano.

¹ Por outro lado, o governo Lula foi acusado de omissão por não tocar publicamente na questão de violação dos direitos humanos em Cuba.

² Grifo nosso. A transcrição do discurso de posse do presidente Lula pode ser encontrada no portal do Ministério das Relações Exteriores: <www.mre.gov.br>.

³ O vice-presidente José Alencar é um símbolo dessa coalizão ou, pelo menos, de sua tentativa; os ministros Luiz Fernando Furlan e Roberto Rodrigues também o são.

***Alex Jobim
Farias**

Federação de Órgãos
para Assistência Social
e Educacional (Fase)

****Pedro
Quaresma**

Instituto Políticas
Alternativas para
o Cone Sul (Pacs)

*****Júlio Miragaya**

Conselho Regional de
Economia do Rio de
Janeiro (Corecon)

Já foi dito que a história não se repete a não ser como farsa. Infelizmente, esse não parece ser o caso brasileiro, que, ao que tudo indica, segue os passos da Argentina pré-crise ao não perceber que a política ortodoxa acaba por minar a política de conquista de confiança da qual é fruto: adota-se a austeridade fiscal para que se poupem recursos para o pagamento da dívida pública, que leva à recessão econômica ao inibir os gastos e investimentos públicos, a qual, por sua vez, leva à diminuição da arrecadação fiscal, a qual leva o governo em questão a praticar mais austeridade, que provoca mais recessão... É o círculo vicioso recessivo ortodoxo experimentado pela Argentina recentemente. Não há como satisfazer o *mercado* quando se adota essa política, porque ela não leva à estabilização da relação dívida pública/PIB.

Hoje, a despeito do esforço de integração sul-americana empreendido pelo governo Lula, parece haver uma grande distância entre os governos Lula e Kirchner. Isso prejudica a Argentina, porque o FMI passou a exigir dessa que seguisse o exemplo de austeridade brasileiro. Ainda assim, Kirchner conseguiu negociar um acordo com o FMI em que foi estabelecido um superávit primário de 3% do PIB em

2004 e nada mais de concreto para os anos posteriores (os credores e o FMI queriam uma meta mais ambiciosa para garantir o pagamento da dívida a ser reestruturada). Além disso, também resistiu a pressões do FMI para estabelecer um cronograma de aumento das tarifas de serviços privatizados. Kirchner está certo, não quer sacrificar, em prol do pagamento da dívida argentina, o incipiente crescimento obtido e, visivelmente, descarta o modelo de conquista de confiança com a recusa de aumento das tarifas de serviços privatizados.

A crise do neoliberalismo na América Latina enseja a guinada do governo Lula na direção das verdadeiras mudanças. Há apoio doméstico para tanto; as conseqüências do neoliberalismo já estão bem demonstradas pelas crises brasileira e argentina; a autoridade do FMI, principal instrumento da consolidação de políticas neoliberais, viu-se abalada pela sua inépcia em solucionar a sucessão de crises internacionais iniciadas na Ásia em 1997, e essas mesmas crises também abalaram a crença dogmática na globalização como panacéia para o desenvolvimento econômico. Só falta a esse governo entender melhor o momento histórico em que vivemos e virar o leme na direção certa.

De olho nas multilaterais

A Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais⁴ é uma rede de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, não-partidária e com finalidade pública. Fundada em 1995, reúne atualmente 64 organizações⁵ filiadas com o objetivo comum de acompanhar e intervir em questões relativas às ações de instituições financeiras multilaterais (IFMs) no Brasil, como o Grupo Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O conjunto de organizações filiadas inclui movimentos sociais, entidades sindicais, institutos de pesquisa e assessoria, associações profissionais e ONGs de todas as regiões do país, com atuação em âmbito local, regional e nacional. Essas organizações trabalham em diversos temas e setores das políticas públicas, como educação, saúde, trabalho, seguridade social, infância, infra-estrutura, meio ambiente, agricultura, reforma agrária, urbanização, planejamento econômico, entre outros.

Os principais objetivos da Rede Brasil são:

- manter um espaço coletivo de socialização de informações e de discussão sistemática sobre as políticas e os projetos desenvolvidos pelo governo brasileiro com recursos financeiros e/ou aporte técnico de IFMs;
- promover a articulação de estratégias de ação comuns perante o governo brasileiro – Executivo, Legislativo e Judiciário – e as IFMs;
- contribuir para a democratização dos processos de formulação das políticas públicas no Brasil financiadas por IFMs, por meio de ampla participação da sociedade civil e do Congresso Nacional;
- exercer influência tendo por fim a democratização, participação e transparência dos processos relativos à elaboração e à implementação das políticas das IFMs, bem como à transformação da própria estrutura de poder dessas instituições. ■

Mais informações:
rbrasil@rbrasil.org.br
www.rbrasil.org.br

⁴ A atual coordenação nacional da Rede Brasil é formada por: Alex Jobim Farias, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase); Guilherme Carvalho, do Fórum da Amazônia Oriental (Faor); Hélio Meca, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Iara Pietricovsky, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); Júlio Miragaya, do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon); Magnólia Said, do Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar); Mário Mantovani, do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; e Sílvia Marques Calichio, do Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad).

⁵ A lista das instituições que fazem parte da Rede Brasil está disponível no endereço <www.rbrasil.org.br>



Seja amigo(a) do Ibase e faça a sua parte.

É só enviar o formulário abaixo.

O Ibase tem propostas e quer contar com a sua participação.

QUALIFICAR E FACILITAR A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS QUE QUEREM CONSTRUIR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA É UMA DAS PROPOSTAS DE TRABALHO DO IBASE.

Somente no ano passado formamos mais de 2 mil pessoas para acompanhar e discutir com governos municipais a elaboração de seus orçamentos e saber como e onde o dinheiro de seus impostos está sendo usado. Você também pode saber. É só consultar o site do Ibase*.

Exigir transparência por parte dos governos e assegurar que o orçamento público cumpra sua função de reduzir as desigualdades sociais beneficiando, principalmente, os mais pobres é um desafio nosso e seu também.

MAS O IBASE TEM OUTRAS PROPOSTAS PARA COMBATER AS DESIGUALDADES NO BRASIL. E DESENVOLVE PROJETOS PARA:

- Garantir a toda a população acesso à alimentação
- Estimular e cobrar responsabilidade social das empresas
- Articular e fortalecer lideranças sociais
- Monitorar compromissos sociais assumidos pelo governo brasileiro nas conferências da ONU
- Avaliar programas de geração de trabalho e renda
- Disseminar informações e opiniões sobre temas como racismo, mulher, criança e adolescente, meio ambiente.

Amigos do Ibase

* Orçamento Municipal do Rio de Janeiro. Link: www.ibasetransparente.org.br

EU QUERO FAZER PARTE DESTA MUDANÇA

Contribuindo mensalmente com:

R\$ 10,00 R\$ 20,00 R\$ _____

Autorizo débito automático em minha conta corrente

Banco do Brasil Bradesco

Agência: _____ Conta: _____

OU

Contribuindo: mensalmente trimestralmente semestralmente

Com o valor de: R\$ 50,00 R\$ 70,00 R\$ _____

Autorizo débito no meu cartão de crédito:

American Express Visa

Nº do cartão: _____ Validade cartão: _____

Aguardo receber formulário de depósito bancário.

Nome _____

Sexo F M

Endereço _____

Cidade _____

UF: _____ CEP _____

Telefone/fax: _____

e-mail: _____

Nascimento: ____/____/____

CPF: _____

Data: _____

Assinatura: _____

ENVIE POR CORREIO Av. Rio Branco - 124, 8º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20148-900 OU FAX (21)3852-6028.

V A R I E

Flávia Mattar

Dívida histórica

Dados da Fundação Palmares apontam que, 115 anos depois da abolição da escravidão, cerca de 2 milhões de pessoas vivem em 743 comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil. Estima-se que grande parte seja analfabeta. Com experiência de 11 anos na alfabetização de jovens e adultos(as), a Fundação Banco do Brasil, por meio do programa BB Educar, aceitou o desafio de ajudar a mudar essa realidade.

A idéia inicial é capacitar voluntários(as) de sete comunidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco para atuarem como multiplicadores(as). Os(as) futuros(as) alfabetizadores(as) foram escolhidos(as) por membros das próprias comunidades das quais fazem parte.

O objetivo inicial é que, após a capacitação dos(as) multiplicadores(as), 500 quilombolas da comunidade Campinho, no Rio de Janeiro, sejam beneficiados(as). O mesmo ocorrerá com 660 negros e negras das comunidades de Gurutuba e Brejo dos Criolos, em Minas Gerais, e 200 de Castainho, Imbé, Estivas e Curiquinho dos Negros, em Pernambuco.

Engajamento cultural

O Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo está de portas abertas à diversidade. Alunos(as) com deficiência auditiva da Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (Derdic/PUC-SP) foram capacitados(as) para conduzir, utilizando a língua brasileira de sinais (Libras), 800 estudantes surdos(as) da rede municipal de ensino nos caminhos da arte. O projeto Aprender para Ensinar, com duração prevista até o fim deste ano, poderá ter continuidade em 2004.

Os(As) 21 jovens estudantes da Derdic, cursando a sétima e a oitava séries, aprenderam na sede do MAM desde noções básicas de arte até a identificação de diferentes modalidades artísticas. As crianças e os(as) adolescentes da rede municipal, entre 6 e 18 anos, estão tendo a oportunidade de conhecer e obter informações sobre o Jardim das Esculturas, a reserva técnica do MAM e as exposições em cartaz.

A Derdic prioriza famílias economicamente desfavorecidas, oferecendo atendimento educacional e clínico especializado.

www.derdic.org.br

Frente contra o preconceito

Em 8 de outubro foi lançada, em Brasília, a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, que contou com a adesão inicial de 54 parlamentares. A iniciativa partiu de quatro deputadas: Iara Bernardi (PT-SP), Laura Carneiro (PFL-RJ), Maria do Rosário (PT-RS) e Fátima Bezerra (PT-RN).

“Com a Frente, passamos a ter uma bancada que coordenará ações para a aprovação de projetos relevantes e para a apresentação de novos projetos”, comemora Cláudio Nascimento, presidente do Grupo Arco-Íris e secretário de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT).

A idéia é estimular adesões de parlamentares. “O número de adesões é relevante, é o lançamento de uma frente que carrega muito estigma”, diz Marcelo Cerqueira, presidente do Grupo Gay da Bahia (GGB). A Frente se dedicará à votação, até o fim de novembro, do projeto nº 1.151/95, que prevê a união legal de pessoas do mesmo sexo. “O presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), já se comprometeu com isso”, finaliza Cláudio.

DEBATES

Nova relação no mundo globalizado

O Encontro Indígena Interamericano Preparatório sobre a Sociedade da Informação reuniu em Brasília, de 8 a 10 de outubro, importantes pensadores(as) e mensageiros(as) de povos do Brasil e das Américas. O compromisso foi o de contribuir para uma autêntica sociedade da informação e da comunicação, baseada nos princípios de igualdade na diversidade e respeito pleno aos direitos humanos.

Durante o evento, foi constituída a declaração com seis passos fundamentais para promover a inclusão de indígenas no processo da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI) – em dezembro, na Suíça. Entre as reivindicações estão: assegurar e apoiar a participação e a consulta aos povos; a instalação de comissões nacionais integradas não só por indígenas, como pelo governo e pela sociedade civil; e participação no desenho, gestão e avaliação de educação adequada para fortalecer suas identidades, saúde, moradia e segurança alimentar, considerando sua visão própria de desenvolvimento.

Debate aberto

O Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) lançou, recentemente, *Outro Brasil*, site que tem como proposta contribuir com os debates sobre políticas públicas alternativas. Nomes de peso – como o do economista César Benjamin, do cientista político Emir Sader e da economista Laura Tavares – são responsáveis pelo acompanhamento da conjuntura brasileira, abordando os principais processos políticos, econômicos e sociais em curso no país.

Além disso, *Outro Brasil* reúne estudos, documentos e manifestos sobre temas relevantes, elaborados pela universidade e por movimentos sociais e sindicais. A cada quatro meses poderão ser conferidas pesquisas sobre os conflitos sociais no país, apresentadas na forma de cronologia. Trata-se da parte nacional do estudo dos conflitos sociais na América Latina, elaborado pelo Observatório Social da América Latina (Osal), um programa do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso).

www.outrobrasil.net

Tabaco na mira

Você sabia que a indústria do tabaco tem como público-alvo preferencial jovens e mulheres? Estatísticas recentes, de acordo com a organização Cemina (Comunicação, Educação e Informação em Gênero), revelaram que o número de meninas fumantes é maior do que o de meninos.

Diante dessa constatação, Cemina lançou o projeto Hip Hop na Linha de Frente contra o Tabaco. Foi gravado um CD com cinco raps – “Questão de bom senso”, “Propaganda enganosa”, “O capitalismo acima do ser humano”, “Falso prazer” e “Reflexo do vício” – que será distribuído gratuitamente para rádios e DJs.

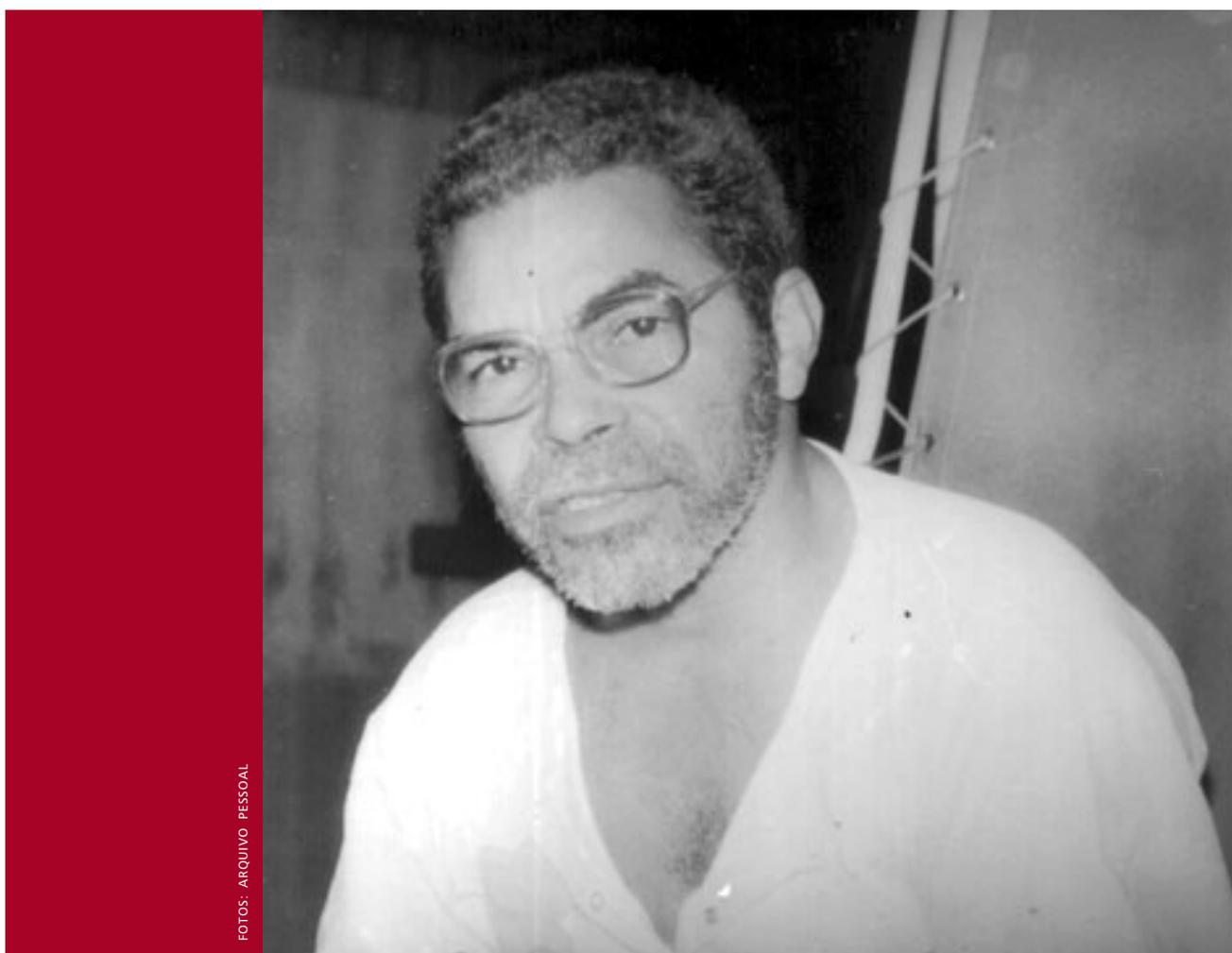
O CD contou com a direção do DJ Fábio ACM, produção musical de Mister Zoy (Rádio Viva Rio AM) e a consultoria de Def Yuri (Viva Favela). A iniciativa tem o apoio da Organização Mundial de Saúde (OMS), Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), Viva Rio, Portal Bocada Forte, Dyak Produções, Trocando Idéia e Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro. As músicas estão disponíveis em MP3 no site <www.cemina.org.br/hiphoptabaco>.

Mais informações:
(21) 2262-1704

Rogério Almeida*

Manoel Conceição

a luta e a militância de um



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

Santos, trabalhador

Uma das maiores expressões empenhada na reforma agrária do Brasil veio ao mundo na primeira metade do século passado. Anos em que

Vargas, Lampião e Prestes engrossavam o caldo de nossa história e a Segunda Grande Guerra tomava forma. Nosso personagem, Manoel Conceição Santos, nasceu em 1935, em Pedra Grande, interior do município de Coroatá, Maranhão. Filho e neto de camponeses, o mais velho de seis irmãos. Negro, trabalhador rural e nordestino. Nascido em um dos estados mais pobres da nação, tinha tudo para ter morrido de uma dessas enfermidades que vitimam milhares de crianças pelos sertões do Brasil.

Mas a rude realidade o talhou para desafinar o coro dos contentes e a construir uma história de 41 anos de coerência e trabalho estabelecidos em princípios humanistas e socialistas. Manoel Conceição Santos, ou Mané, como prefere ser tratado, se constitui numa reserva moral da esquerda. No chão palmilhado por Mané, há marcas de prisão, tortura, sangue, amor, exílio, trabalho em educação popular, construção do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), militância na Ação Popular Marxista Leninista (AP), da qual chegou a fazer parte da coordenação, além da fundação do primeiro sindicato de trabalhadores rurais no Maranhão, o de Pindaré Mirim. A caminhada começa a sinalizar desgastes. No fim de dezembro de 2001, Mané teve um princípio de derrame. Tem tido de cumprir uma dieta rigorosa.

Aos 68 anos, o líder camponês mora na cidade de Imperatriz, a segunda do estado do Maranhão, terra banhada pelo rio Tocantins, situada lá pelas bandas do Bico do Papagaio (divisa entre Tocantins, Maranhão e Pará), região onde mais se mata gente empenhada pela reforma agrária no Brasil. Mané coordena a organização não-governamental Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru), que tem sede em Recife, Pernambuco.

A ONG Centru, fundada em 1985, tem a diretoria formada somente por trabalhadores rurais. O empenho na organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais no projeto da Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão (CCAMA), baseado na socioeconomia solidária e no desenvolvimento sustentável, tem funcionado como motivador do trabalho de Mané dos anos recentes. Os projetos tratam de organização popular, meio ambiente, desenvolvimento de sistemas agroflorestais e discussão e proposição de políticas públicas voltadas para o pequeno produtor rural.

Tudo isso ocorre numa região desenhada pela implantação de grandes projetos como a Ferrovia de Carajás, pela destruição do cerrado para a implantação do cultivo de soja e para alimentar os fornos das siderúrgicas, além de uma floresta de eucalipto da Companhia Vale do Rio Doce, que deveria favorecer a implementação de uma fábrica de papel, atualmente estagnada. A perspectiva é o socialismo, acredita Mané. “Não basta ganhar governo. Temos que trabalhar organicamente,” avalia.

Há cerca de dez anos, o Centru adquiriu, no município de João Lisboa, uma área de 10 hectares de terras ocupados pelo gado e por uma horta com base em agrotóxicos. A idéia era consolidar um espaço de formação política do trabalhador rural com alojamento, auditório, área de produção de várias árvores frutíferas, madeira e hortas, o que os doutores chamam de sistema agroflorestal.

Foram dias de trabalho duro. Primeiro, superar o uso do veneno da terra, retirar o pasto. Lá nem bicho se via mais, passarinho não piava pelas bandas do que é, atualmente, uma experiência reconhecida em toda a região e também fora dela. Hoje, o espaço é chamado de Centro de Estudos do Trabalhador Rural (Cetral) e recebe visitas de trabalhadores rurais de outros estados, professores e pesquisadores. É o ninho de debate e de desenvolvimento de experiências do Centru/CCAMA e de outras cooperativas agroextrativistas. Possui espaço de alojamento, salão para reuniões e seminários e refeitório.

No terreno da Cetral se desenvolve uma tecnologia que não agride o meio ambiente. São cultivadas 39 espécies frutíferas, entre elas, acerola, caju, banana, abacaxi, coco, jaca, goiaba, cupuaçu e murici. Entre as madeiras, podem ser encontradas cedro, ipê, inharé, copaíba, mogno, paricá e nim. No caso das leguminosas usadas para adubação verde, existe farta produção de feijão-guando, mucuna preta, sabiá, sem falar da mata nativa de palmeira de babaçu.

O lugar onde antes imperava o uso de agrotóxico e era raro encontrar alguma ave e pequenos animais desponta, hoje, como uma referência de produção equilibrada. A espinha dorsal da filosofia do Cetral é que o espaço sirva como modelo demonstrativo de sistemas agroflorestais, formador de agentes agroflorestais, agricultores familiares, sistemas agrosilvopastoris, com integração de pequenos e médios animais.

Os animadores do projeto explicam que o objetivo do projeto é barrar a devastação na Amazônia Legal e no cerrado maranhense. Entre alguns de seus apoiadores, estão o Fundo Mundial para o Meio Ambiente, o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Resistência popular

Helciane Araújo, jornalista e professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), defendeu, em 2000, no mestrado em Políticas Públicas/UFMA, a dissertação *Memória, mediação e campesinato: estudo das representações de uma liderança (Manoel Conceição) sobre as formas de solidariedade assumidas por camponeses na chamada Pré-Amazônia Maranhense*. A pesquisadora disse que procurou “analisar como o líder camponês, a partir da posição do presente, interpreta o seu passado, quais as representações que ele tem da história que viveu. Com a leitura de suas representações sobre seu passado, percebemos o quanto o agente social camponês mudou, exigindo também uma mudança de postura daqueles que tentam compreendê-lo, mudança esta que deve levar a uma ruptura com os conceitos cristalizados”. E ela complementa: “Infelizmente, os maranhenses não conhecem essa história e Manoel Conceição não assiste em vida ao seu reconhecimento, sequer entre seus parceiros”.

“Manoel é a própria resistência do movimento popular no Maranhão, mas não é uma resistência cristalizada, congelada, colada em



MANOEL EM SUA CASA NO EXÍLIO EM GENEBRA/SUIÇA, COM DOM FRAGOSO, BISPO DE CRATÊUS



COM MARIO CARVALHO DE JESUS, ADVOGADO DA FRENTE NACIONAL DO TRABALHO (FNT), SÃO PAULO, EM FRENTE À CASA DE PADRE DOMINIQUE BARBÉ, OSASCO, ONDE FOI PRESO EM 1975

princípios dos anos 1960 ou dos anos 1970. Pela sua experiência de vida, Manoel consegue ter uma visão cosmopolita da realidade brasileira e da realidade maranhense e percebe que as estratégias de luta do presente não podem ser as mesmas de anos atrás”, observa Helciane Araújo. “Vejo que Manoel hoje fala não apenas de uma posição, mas de múltiplas posições: do partido, da ONG, da cooperativa. Sendo que, como coordenador de uma ONG e da cooperativa, se define como um ambientalista”, diz a pesquisadora. Helena Heluy, deputada estadual (PT/MA), comunga da afirmação de Araújo sobre o não-reconhecimento da trajetória de Mané por seus pares de movimento popular e partido em âmbito estadual e nacional. “A história de Mané é fantástica”, encerra a procuradora aposentada do Ministério Público e histórica militante dos direitos humanos no Maranhão.

A primeira bandeira defendida por Mané era um melhor preço para a produção do campo no Vale do Pindaré, de onde sua família foi expulsa várias vezes. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pindaré foi fundado em 18 de agosto de 1963, sob orientação do Movimento de Educação de Base (MEB). Em julho de 1968, cinco anos após iniciar sua luta, um atentado ao sindicato vitima Mané. Em seguida, foi levado para a cadeia, onde, apesar de baleado no pé, não teve atendimento médico. Oito dias se passaram, tempo necessário para a perna gangrenar. Levado para um hospital em São Luís, teve a perna amputada.

Apesar disso, Mané lembra um capítulo engraçado durante o atentado. O médico João Bosco havia chegado da capital para tratar de um surto de malária. “O coitado não conhecia nada. Estava em nossa assembléia.

Quando começaram os tiros, correu varando cerca. Caiu dentro do mato umas dez horas da manhã. Só apareceu umas três da tarde. Morto de fome”, lembra, sorrindo.

Em um relato dado a Ana Galano,¹ Mané descobre que a amputação poderia ter sido evitada não fosse a falta de perícia médica em São Luís. Ainda no mesmo depoimento, narra que três secretários do governo Sarney o haviam procurado oferecendo assistência médica, casa, emprego, uma perna mecânica e carro. A permuta consistiria em ajuda política. Do episódio, nasce a célebre frase “Minha perna é minha classe”, quando o camponês recusa emprego e a perna mecânica, que vem a adquirir após a cotização do movimento popular. O sindicato de Pindaré, nessa época, aglutinava cerca de 4 mil trabalhadores e trabalhadoras.

Muitas almas sucumbiram durante a ditadura. As lembranças de amigos ainda povoam a memória. No entanto, um nome não consegue recordar. Justo o de uma jovem que o levou numa madrugada de São Paulo para o Rio de Janeiro, após a perda da perna. “Estendo o meu afeto a todos a partir da lembrança dessa moça. É Beatriz o nome da jovem”, resgatou da memória dias depois da nossa conversa. Lembra de Rui Frazão, dado como desaparecido pelo regime, fala com carinho de Herbert de Souza, o Betinho. Sobre Jair Ferreira de Souza, ex-secretário geral da AP, diz: “Cabra porreta. Muito solidário. Nutro grande respeito por ele. Já é falecido. Tem um companheiro que gostaria muito de poder ajudá-lo. Acho que o nome é Duarte Pacheco Brasil, mora em São Paulo. É jornalista”, recupera da memória o líder camponês.

O militante popular aprendeu as primeiras letras com a velha cartilha do abc e a Bíblia na Assembléia de Deus, resquícios de quando

¹ O relato dado a Ana Maria Galano foi transformado no livro *Essa terra é nossa* (Vozes, 1980) e é resultado de 20 horas de depoimento colhido em Paris em 1979.

era evangélico. De 1976 a 1979, a contragosto, viveu o exílio na Suíça – uma cicatriz de marca profunda. Sair obrigado do país para ele foi “um desaforo”. Não tinha alternativa. Teve de optar entre se manter vivo e morrer. Sua vida até hoje é dedicada ao movimento popular. Ex-companheiros, que optaram pelo poder institucionalizado, ocupando cargos em ministérios ou secretarias do governo, ainda mesmo quando o PT não havia ganho o poder federal, respeitam e admiram Mané. O líder camponês foi preso nove vezes. “Fui preso no Pindaré. Depois segui para São Luís, Rio de Janeiro, Salvador, Maceió, Recife e Fortaleza. Enquanto nos outros quartéis a tortura comia solta, em Fortaleza a tortura era psicológica. Fiquei misturado com presos comuns.”

Tortura nos quartéis

Foi durante os governos de Médici e Geisel que Mané conheceu a realidade dos porões da ditadura. Prisão e tortura são assuntos que não o animam; gosta mesmo é de política. Ainda assim deixa escapar que Romeu Tuma era um dos que comandavam a pancadaria nos subterrâneos do que se convencionou chamar de anos de chumbo.

No requerimento² entregue ao governo paulista, Mané afirma:

No 2 de janeiro de 1972 fui preso em Trufilândia, região do Vale do Pindaré Mirim, e levado para o Dops [Departamento Estadual de Ordem Política e Social] de São Luís, capital do Maranhão. Mais de um mês depois, fui seqüestrado por agentes do Doi-Codi [Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna], às 4 horas

da madrugada, e colocado num avião. Só fui saber do meu destino quando o avião pousou no Rio de Janeiro e fui entregue ao Comando do I Exército e levado para o Quartel de Polícia do Exército, na Tijuca. Arrancaram a minha perna mecânica e fui colocado nu dentro de uma “cela geladeira” (cubículo), onde era alimentado apenas com pão e água; defecava e urinava no mesmo local em que me encontrava.

Fui torturado inicialmente na cadeira do dragão, que é uma cadeira de ferro, com braços e um buraco no assento. Depois de amarrado na cadeira, os torturadores enfiavam uma barra de ferro, viravam para que ficasse com se fosse um pau-de-arara. Nessa posição era espancado com cassetete e recebia choques elétricos por todo o corpo. Em seguida era retirado da cadeira do dragão e espancado com palmatória, cassetete de borracha, murros e golpes de caratê em todas as partes do corpo. Nu e sem a perna mecânica, eu não resistia em pé e caía, sendo que numa ocasião fraturei o maxilar do lado direito. Outra vez, fui colocado num carro e levado para um local que tinha piscina, onde fui amarrado com os braços atados às pernas e, como um porco, jogaram-me três vezes na água e quase morri afogado.

No mesmo local, fui colocado num poste entremeado aos braços, com as mãos algemadas e sem a perna mecânica, onde fui espancado por



RECEBENDO O TÍTULO DE CIDADÃO IMPERATRIZENSE E MEDALHA FREI EPIFÂNIO D'ABADIA DO PREFEITO JOMAR FERNANDES



LANÇAMENTO DE SEU LIVRO: *ESSA TERRA É NOSSA*, EDITORA VOZES, RECIFE, 1980

² Alguns dados foram colhidos do livro *Essa terra é nossa* e do requerimento de indenização baseado na Lei Estadual 10.726/2001, encaminhado ao governo do estado de São Paulo em 2002 e deferido no dia 17 de setembro de 2002.

horas. Quando fui retirado, estava roxo de espancamentos, palmatórias e golpes de caratê. Tive de ser hospitalizado, me davam banho de gelo para espalhar o sangue coagulado no corpo. Depois que melhorei, fui retirado do hospital e levado para o quartel onde as torturas continuaram com a mesma brutalidade e sempre com um capuz na cabeça. Amarraram-me numa grade e prenderam meu pênis com uma corda para impedir de urinar e nessa situação fui deixado por dias, sem comer e sem beber. Quando fui retirado da grade, cheio de dor, encontrava-me sem quaisquer condições de me movimentar. Depois que melhorava era novamente dependurado no mesmo lugar, nas mesmas condições e espancado com os mesmos aparelhos e com a mesma violência durante horas e horas. E assim continuaram as torturas durante os sete meses em que fiquei desaparecido no Rio de Janeiro.

Após três anos e meio de prisão, Mané foi julgado em Fortaleza, em maio de 1975, pela Auditoria Militar. Foi condenado a três anos de cadeia e à cassação de direitos políticos por dez anos, mesmo sem nunca ter votado ou mesmo possuir título de eleitor. “Como eu já estava há mais de três anos preso, fui libertado. Depois, a minha advogada apelou da sentença na instância superior em Brasília, e fui absolvido por unanimidade pelo Supremo Tribunal Militar, em 1976.”

No requerimento encaminhado ao governo do estado de São Paulo, Mané narra ainda que: “Em maio de 1975, após a minha libertação, fui para a casa do bispo dom Aloísio Lorscheider, então presidente da CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil]. Eu era um cabra marcado para morrer. Doente, ameaçado de morte e precisando de tratamento médico, o bispo possibilitou a minha vinda para São Paulo, onde fui recebido pelo dom Paulo Evaristo Arns e pelo pastor presbiteriano Jaime Wrigth, que providenciaram a minha internação no hospital Santa Catarina.”

Após recuperação no hospital, Mané foi levado por amigos para descansar em Vinhedo e, depois, para Osasco, na casa do padre Domingos Barbe, onde ficou até ser sequestrado por policiais do Dops no dia 28 de outubro de 1975. No Dops paulista, as torturas recomeçaram. Foram 48 dias, conta Mané:

“Eles fizeram questão de dizer que a minha prisão não tinha nada com a Justiça. O problema é nosso. A Justiça foi incapaz de fazer o seu julgamento”.

Mané só foi libertado depois da visita do advogado Mário Carvalho de Jesus. No Brasil e no exterior, aconteciam manifestações pela libertação do líder camponês. Até o papa Paulo VI enviou telegrama para o presidente Geisel, exigindo a sua libertação. Mané saiu do Dops no dia 11 de dezembro de 1975. Sob proteção das igrejas Católica e Presbiteriana e da Anistia Internacional, seguiu para o exílio em Genebra, na Suíça. Enquanto o líder camponês estava preso, um grupo suíço organizou o Comitê Internacional Manoel Conceição, mais tarde conhecido como Comitê em Solidariedade ao Povo Brasileiro. Além da Suíça, países como Inglaterra, França, Alemanha e Itália organizaram manifestações e elaboraram documentos exigindo a libertação de Mané.

De volta ao Brasil

Sindicatos, igrejas, Anistia Internacional e o governo suíço colaboraram para a sobrevivência de Mané durante o exílio. Os dias fora do Brasil eram dedicados à agitação política em países da Europa, África e até do Oriente Médio. Quando os dias no exílio se anunciavam no fim, com seus companheiros organizou um encontro internacional de refugiados. A idéia de criação do PT e da CUT surgiu do encontro. A orientação deveria ser socialista. No fim de 1979, já no Brasil, o nosso guerreiro integrou a comissão de criação do PT.

Produzido por Lula, Jacó Bittar e Olívio Dutra, que compunham o grupo dos autênticos, o primeiro manifesto do PT foi considerado “meio fraco”. Sem disfarçar o orgulho, Mané recorda que aglutinou, junto com Paulo Matos Skromov, um outro grupo, que gerou uma segunda proposta de manifesto – a que serve de guia até hoje. “Motivamos um debate mais amplo. O manifesto foi gerado nessa discussão de grupos de trabalho”, afirma. A divergência é companheira de berço do PT. Obreirismo, linguagem pseudo-radical, legalismo e parlamentarismo foram acusações trocadas pelas diferentes teses defendidas na fundação do partido, conta Perseu Abramo, no jornal *Movimento* de fevereiro de 1980, ao narrar a fundação do partido.

Depois de Mário Pedrosa e Apolônio de Carvalho, segue o nome de Manoel Conceição Santos no livro de fundação do Partido

dos Trabalhadores, no Colégio Sion, em São Paulo, 1980. Na ocasião do lançamento do manifesto de fundação do PT, Mané dividiu a mesa com Sérgio Buarque de Holanda, Lélia Abramo, Mário Pedrosa e Moacir Gadotti, que representava o educador Paulo Freire na ocasião. Mané colaborou diretamente na organização do PT em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, além de animar núcleos no Ceará, na Bahia e em Sergipe. Com a certeza de que não sairia vitorioso, encarou uma candidatura ao governo de Pernambuco em 1982. “Na propaganda da TV, só a foto. Aí alguém dava o currículo: trabalhador rural, preso não sei quantas vezes, expulso do país. Fiz o maior sucesso na periferia de Recife”, conta o líder camponês. Tentaria também uma candidatura ao Senado e à Câmara Federal pelo Maranhão, também sem sucesso.

Uso coletivo da terra

Mané sonha com uma sociedade diferente e sempre trabalhou por isso. Em São João das Mangabeiras, sul maranhense, labuta com outras famílias na construção de uma área de uso coletivo da terra. Na área, há terra reservada para uso das famílias e uso da cooperativa. “Não podemos labutar tanto, e o atravessador ganhar tudo. Na minha cabeça, não cabe essa história de propriedade da terra. A terra para nós é dos animais que nela vivem. Quando chegamos, estava tudo aí. Que história é essa de propriedade privada? Essa terra é nossa!”

Apesar da idade e de toda a vida dedicada ao movimento popular, prossegue incansável. Mantém as mesmas convicções de antes quando iniciou a caminhada, nos idos de 1962, quando os militares ensaiavam o golpe. “Para a história, esse tempo não significa nada”, sentencia Mané – um colaborador na organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Maranhão.

Mané reconhece a importância do MST, embora tenha se desligado do movimento por divergir da metodologia: “Os segmentos de oposição devem equacionar as diferenças. Ninguém deve queimar ninguém, ato comum em algumas relações internas do movimento popular. Devemos entender que o adversário se encontra do outro lado”.

Sobre o cenário atual do movimento sindical, faz a seguinte leitura: “A conjuntura tem empurrado o movimento sindical para a prática que considero como novo peleguismo. O peleguismo da negociação, de fechar a boca. Devemos trabalhar a edificação da socioeconomia solidária. Pois é certo que, se o capitalismo puder arrancar o nosso olho, ele arranca. Já está acontecendo isso”. Sobre a CUT, vaticina que “a Central não deve pensar apenas em garantir emprego dentro de estrutura capitalista, onde, cada vez mais, menos gente é necessária na linha de produção. O horizonte deve ser o de um projeto que se contraponha ao capitalismo”.

A família

O orgulho se estampa no rosto de Mané quando ele se refere aos filhos: “Amo e admiro todos”. Mariana, fruto do segundo casamento com a advogada Denise Leal, foi concebida em São Paulo. Nasceu na Suíça, após a saída do cárcere. Acaba de concluir o curso de Agronomia em São Luís. Entre os filhos, Mariana foi a que o líder camponês mais esteve próximo. “Acredito que ela siga as pegadas deixadas por mim.” O único homem entre os rebentos leva o nome do pai, fruto do primeiro relacionamento, com Maria Rita Pinto Santos.

Manoelzinho, como é conhecido, traça um belo perfil do pai: “A predisposição para sempre recomeçar presente em Manoel Conceição é de uma grandeza incomensurável. Tãmanha solidez ideológica, no entanto, não



EM FRENTE DA SEDE DO CENTRU-MA E DENTRO DA ÁREA ONDE A ENTIDADE DESENVOLVE O SISTEMA AGROFLORESTAL-SAF

tem conseguido ocultar totalmente, sobretudo, nos últimos dez anos, as suas profundas marcas de decepção, frente à vulnerabilidade de expressiva ou talvez majoritária parcela de históricos companheiros e companheiras que, com relativa facilidade, encantam-se com os apelos do consumismo e com a ilusão do pseudopoder de um estado neoliberal e burguês; esquecendo-se dos nominais e anônimos companheiros que, para ver brotar a esperança, regaram-na com o próprio sangue. A importância que Manoel Conceição atribuiu e continua atribuindo ao movimento popular, ou melhor, à classe trabalhadora só é igual à que ele atribui à sua própria vida”.

Raquel, a outra filha com Maria Rita, é dirigente sindical em Boqueirão, Piauí. Os cinco netos que Mané possui são de Raquel. A mais velha da prole correu o país atrás de

trabalho. Fez parte do rebanho de nordestinos que seguiram para a cidade grande em busca de dias menos doridos. Antes de seguir o caminho de volta para o interior do Piauí, morou em São José dos Campos, São Paulo. Rosa Rocha Albuquerque é nome da caçula, fruto de um relacionamento com a alagoana Neide, na época, secretária da Diocese em Recife, Pernambuco. Rosinha, como a chama, deseja cursar História e Antropologia.

Ter abandonado os filhos sem poder ajudá-los, colaborar na educação ou aninhá-los provocou, no peito do militante, profunda dor, que só se dissipa quando a história é conversar com os companheiros trabalhadores no campo ou na cidade. Sobre as mães de seus filhos, considera-as guerreiras. Tiveram um papel fundamental na educação das crianças, enquanto seguia a vida de militante, fugido ou preso.

* Rogério Almeida

Jornalista, cursa o Programa Internacional em Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (Fipam), no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) da Universidade Federal do Pará. E-mail: 38marabala@globocom

Cerrado é vida

Construir um modelo de desenvolvimento que respeite o ser humano e o meio ambiente, contemple a agricultura familiar e promova a solidariedade. Esse é o objetivo de um projeto com nome pomposo: Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) – O Cerrado é Vida. Os coordenadores são trabalhadores e trabalhadoras rurais do Maranhão, organizados em sindicatos, associações de pequenos produtores e cooperativas.

A região é o cerrado maranhense, oeste e sul do estado, área de transição da Amazônia, região marcada pela monocultura da soja, onde japoneses, russos e holandeses, gaúchos e paranaenses foram os colonizadores. Além da soja, colaboram para a derubada do cerrado uma floresta de eucalipto da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), carvoarias (que também usam o babaçu para produção de carvão) e siderúrgicas. A região está agendada para ser cenário de novas hidrelétricas e expansão da sojicultura.

O marco histórico do projeto foi o Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de julho, em 2002, em São Raimundo das Mangabeiras, sul maranhense, município de 15 mil habitantes. A comemoração dessa data prometia uma maratona: seminário, teatro, almoço, carreata, bingo de bezerro, ato público, lançamento da pedra fundamental do projeto e forró. A coordenação ficou por conta da CCAMA, do Centru e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Raimundo das Mangabeiras.

À mesa estavam Manoel Conceição Santos, animador do projeto e homenageado do dia, ladeado pelo sindicalista Joaquim

Souza, coordenador geral do Centru, pela parceira de luta de velha data e presidente da Coopevida, Sonia Maria Miranda, e por Marciano Miranda, presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mangabeiras. Na platéia, estudantes, trabalhadores e trabalhadoras rurais de municípios vizinhos, pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), religiosos, representantes do movimento popular de estados vizinhos como Pará e Tocantins, representante do Fórum Carajás, articulação de entidades populares dos estados de Tocantins, Maranhão e Pará, representantes do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Pólo Sindical (Fetaema) e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

O projeto Cerrado é Vida propõe uma nova racionalidade no trabalho com a terra. A idéia é desenvolver uma produção diversificada, consorciando arroz, milho e feijão com frutas e madeiras permanentes e outras atividades, como caça, pesca e sistemas agropastoris de pequenos animais. O projeto busca um modelo de desenvolvimento que não privilegie somente o aspecto econômico, mas que promova a integração entre a natureza e o ser humano.

Diante da necessidade de criação de alternativas concretas, o projeto Cerrado é Vida atua para que os trabalhadores sejam os autôgestores de suas experiências. Atualmente, incorporam essa idéia oito cooperativas e oito sindicatos dos trabalhadores rurais, sob a coordenação da CCAMA e sob a assessoria do Centru. ■

Jamile Chequer

Sem água, sem comida

A organização Fundo Mundial para a Natureza (WWF, na sigla em inglês) publicou recentemente um relatório enfatizando a necessidade de aumentar a produção mundial de alimentos para acompanhar o crescimento demográfico do planeta. A expectativa é de que, nos próximos 50 anos, tenhamos mais 2 bilhões de pessoas.

O documento mostra ainda que países como China, Paquistão, Austrália e Espanha alcançaram ou estão próximos de alcançar o limite das fontes de água renováveis. O diretor do Programa das Águas da instituição, Jamie Pittock, revelou que, se não utilizarmos de maneira mais adequada a água destinada para as plantações, teremos sérias conseqüências para alcançar a meta de diminuir pela metade o número de pessoas famintas até 2015.

Os(as) governantes precisam distribuir melhor – e de forma mais justa – a água entre os(as) agricultores(as). “Governos devem fazer mais do que promessas. Junto com a indústria alimentícia e consumidores, devem começar uma nova revolução na agricultura. Algo que garanta suprimento de comida e água para todas as pessoas”, finaliza Jamie.

Ciência 1 x 0 hepatite

A luta contra a hepatite C ganhou mais uma aliada: uma nova droga (Biln 2061) desenvolvida por cientistas na empresa alemã Boehringer Ingelheim. Ela evita a duplicação do HCV, vírus da hepatite, que pode causar danos permanentes no fígado e até levar à morte. Não há vacinas contra a doença. A transmissão se dá pelo contato com sangue infectado ou por sexo sem camisinha.

Cerca de 170 milhões de pessoas no mundo têm HCV. As drogas atuais podem causar efeitos colaterais desconfortáveis. “A Biln 2061 parece ser segura e bem tolerada”, declarou para a revista *Nature* o vice-presidente sênior da empresa, Paul Anderson.

Porém, ainda são necessários mais testes para verificar possíveis problemas a serem desenvolvidos ao longo do tempo, como o aumento da reprodução viral ou a resistência do HCV à droga. Mesmo assim, estudiosos(as) chegaram a dizer que os resultados a curto prazo são extraordinários.

Orçamento latino

Com o objetivo de produzir informações para que as práticas associadas ao orçamento público sejam mais transparentes, acaba de ser lançado o Índice de Transparência Orçamentária (ITO) na América Latina. A primeira versão surgiu ao longo dos anos de 2000 e 2001, e apenas cinco países compunham o quadro estudado. Hoje, o projeto contempla dez países. No Brasil, o Ibase foi o responsável pela pesquisa, que teve o apoio da Fundação Ford e recursos da Fundação Open Society Institute.

“Participação no orçamento não é uma qualidade da sociedade na América Latina”, constata Júlio Silva, pesquisador do Ibase. No Brasil, a percepção das pessoas está mais apurada pelas práticas de orçamento participativo e pelo processo recente do Plano Plurianual (PPA). “Isso mostra que é possível que a sociedade participe do orçamento, apesar de não estar efetivamente qualificada”, diz Júlio. O Brasil é o país mais bem colocado na região em termos de percepção de participação, com 20%. México tem 16%; Colômbia, 15%; Chile, 14%; Nicarágua, 12%; Argentina, 11%; Peru, 7%; Costa Rica, 8%; El Salvador, 5%; e Equador, 3%.

Censura na cara

A bruxa está solta na África. No começo de outubro, os governos de Zimbábue, Nigéria e Camarões fecharam rádios privadas e jornais e prenderam editores(as) e repórteres. Isso foi considerado por diversas organizações, entre as quais Repórteres Sem Fronteiras, como um esforço para eliminar o direito de informação.

A velha discussão de até onde o jornalismo pode ir nas investigações sobre os governos voltou à tona. Na maior parte das vezes, qualquer suspeita publicada é motivo para repressão e censura. Recentemente, o Instituto de Mídia do Sudeste da África (Misa, na sigla em inglês) lançou campanha para chamar a atenção para violações contra jornalistas da região da Comunidade em Desenvolvimento do Sul da África (Sadc, na sigla em inglês). *Sadc jornalistas sob o fogo: grite por uma mídia livre e aberta* é o tema.

A delegação do Misa tem visitado os países para mapear a situação da mídia. A maior preocupação é com o Zimbábue, onde jornalistas precisam ter registro no governo antes de trabalhar.

Fonte: www.ips.org

Mochila no pós-guerra

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) começou em novembro de 2003 uma campanha para que as crianças liberianas voltem às aulas. Há expectativa de que 75 mil meninos e meninas peguem seus livros para estudar. Algumas crianças estudarão pela primeira vez.

Serão treinados(as) 20 mil professores(as) e melhoradas 3.700 escolas. Serão distribuídos milhares de *kits* escolares com livros, giz, lápis e guias para professores(as). “Crianças que cresceram conhecendo nada além da guerra precisam de educação e um futuro em seu país. Educação estabelece um caminho além da pobreza”, afirma Carol Bellamy, diretor executivo do Unicef.

É um momento delicado na Libéria. O acordo de paz foi recém-assinado em outubro, e o país passa por uma fase de transformações. Para Bellamy, essa é uma brava campanha em um momento de fragilidade do processo de paz. “É certo que os primeiros dividendos da paz sejam pagos às crianças, que suportaram tanto por muito tempo e têm o futuro em suas mãos”, justifica.

Aborto declarado

O estado do Texas, Estados Unidos, está com novas regras para o aborto. Proposto pelo Conselho de Saúde da Mulher, aquelas que quiserem fazer um aborto terão de fornecer documento de identidade ou assinar protocolo comprovando a idade. A proposta foi feita, entre outras razões, para que não aconteçam mais abortos em menores de idade sem o consentimento de pais e mães.

Porém, a proposta vem causando indignação em quem defende o direito ao aborto. Um dos artigos delega aos(às) médicos(as) a função de garantir que tomarão medidas para manter a vida e a saúde da criança nascida viva. Outro artigo estabelece que as mulheres recebam informações sobre o aborto um dia antes de entrar na clínica. Defensores(as) do direito ao aborto propõem, nesse caso, que as mulheres rubriquem todas as seções de um formulário dizendo que receberam todas as informações obrigatórias.

As regras estarão abertas a comentários até o início de dezembro de 2003. No mês seguinte, o conselho definirá a medida definitiva.

INTERNACIONAL

Beatrice Verri Whitaker*

INTERN

Imigrante, ciudadanía sospeita



EMYGDIO DE BARROS

Desde a formação da República, a França lida com a situação dos imigrantes. Até o fim da Segunda Grande Guerra, eles são originários, sobretudo, da própria Europa. O contexto muda por necessidade de reconstrução e de desenvolvimento econômico do país. Inicia-se, assim, uma fase de importação massiva da mão-de-obra das antigas colônias, que durará até a crise da década de 1970. Essa primeira fase é permeada de convenções sobre a mão-de-obra e de acordos bilaterais com as ex-colônias e com os demais países de emigração. Progressivamente, os imigrantes vão se beneficiando da legislação de proteção social, como as pessoas de cidadania francesa. Mas a mudança da conjuntura intervém nos debates nacionais e internacionais. Estabelece-se, então, que a duração e o tipo de estadia de pessoas estrangeiras em solo francês seriam critérios para definir os direitos de uns em relação aos outros. A seleção e a hierarquização dos direitos dos indivíduos, em função das nacionalidades, são acentuadas e, em seguida, sistematizadas pelo Estado francês.¹ Os direitos dos indivíduos são, dessa forma, condicionados à nacionalidade.

Segundo Viet, “entre 1948 a 1981, de um total de 2,35 milhões de imigrantes assalariados, mais de 1,4 milhão foram regularizados”.² Ter situação irregular significa não obter documentação necessária para trabalhar, ficando impossibilitado de gozar dos mesmos direitos que a população francesa. Resta-lhes, então, o trabalho clandestino. Esse fenômeno permanece até hoje, criando um exército de reserva dócil e à mercê das chantagens dos patrões e da política de austeridade dos sucessivos governos. Ou seja, a França acomoda a população imigrante às necessidades da economia capitalista, em detrimento dos direitos dos indivíduos. Com o apoio da União Europeia (UE), a política de imigração da França serve, de certa maneira, como referência para os países tradicionalmente mais progressistas da região para enrijecer as medidas concernentes às pessoas estrangeiras.

É nesse contexto que nasce, em março de 1996, em Paris, o Movimento dos Sem-Papéis. Isso foi um marco histórico, consistindo no único movimento que se mantém até hoje, com altos e baixos. Defendendo-se como podem, os sem-papéis recorrem às greves de fome coletivas, ocupações de locais públicos, manifestações de rua etc. Por vezes, longe da solidariedade militante dos partidos políticos de esquerda ou mesmo das ONGs progressistas, seguem a luta com dificuldades.

De vez em quando, algumas vezes se erguem em sua defesa. A sucessão de perseguições e condenações de indivíduos e associações que apóiam os sem-papéis motivou alguns cientistas, personalidades políticas, do teatro e do cinema, representantes de ONGs etc. a lançarem o “Manifesto dos Delinqüentes da Solidariedade”, em maio de 2003. Trata-se de uma resposta ao projeto de lei sobre imigração proposto pelo governo Chirac. É um apelo à desobediência civil diante das acusações e da criminalização crescente dos que lutam pela solidariedade aos imigrantes. Segundo o texto do documento, “a cada ano na França, apesar do artigo 21 da lei³ sobre a entrada e a estadia dos estrangeiros, centenas de associações e milhares de cidadãos acolhem, ajudam, informam sobre seus direitos aos estrangeiros”. Mais de 15 mil pessoas e mais de 300 organizações assinaram o manifesto. Em outubro de 2003, várias centenas de pessoas reunidas em Paris denunciaram o projeto de lei em discussão no Senado,⁴ reafirmando as determinações contidas no manifesto.

Adotado pelo Parlamento em julho de 2003, esse projeto de lei transforma imigrantes em defraudadores potenciais: cúmplices dos patrões, se estes os empregam clandestinamente; caso reclamem o estatuto de asilado, tendo bebês, tornam-se suspeitos; tornam-se suspeitos também de casamento “branco” (falso), quando se casam com uma pessoa francesa etc. São corriqueiras e coerentes com a política europeia de fechamento das fronteiras as prisões e as deportações de estrangeiros extracomunitários nesses últimos anos.

A França protege cada vez menos as pessoas refugiadas que pedem asilo. Infringindo convenções internacionais ou mesmo tratados bilaterais, as medidas repressivas são acompanhadas de campanhas antiimigrantes sutis, para influenciar uma parte da sociedade e, conseqüentemente, as instituições. Um dos clichês mais hipócritas utilizados por certos políticos da esquerda ou da direita é o do “perigo de invasão dos estrangeiros na Europa, pois não se pode socorrer toda a miséria do planeta”. No entanto, sabe-se que o maior fluxo migratório se dá no interior mesmo dos continentes dos países do Sul. O mesmo fenômeno se dá com as pessoas refugiadas, “pois eles acolhem no seu solo 12 dos 14 milhões de refugiados de que conta o planeta”.⁵

1 MERCKLING, Odile. *Immigration et marché du travail*. Ciemi: L'Harmattan, 1998.

2 VIET, Vincent. *La France immigrée*. Paris: Fayard, 1998.

3 “Toda pessoa que [...], por uma ajuda direta ou indireta, facilitar ou tentar facilitar a entrada, a circulação ou a estadia irregular de um estrangeiro na França ou no espaço internacional citado será punida com prisão de cinco anos e com multa de 30 mil euros”, Artigo 21 da Ordenança de 2 de novembro de 1945.

4 O artigo 17 do projeto de lei prevê o confisco, para pessoas físicas ou jurídicas, de todos os seus bens, móveis ou imóveis.

5 NOIRIEL, Gerard. *Réfugiés et sans-papiers*. Pluriel: Hachette Littératures, 1998.

Tais atitudes facilitam a tarefa de neozistas e partidos de extrema-direita. Eles pregam a “prioridade de emprego aos nacionais”, a “expulsão das alunas de turbante das escolas públicas” etc. E influenciam uma parte da população em direção aos seus impulsos nacionalistas e de superioridade cultural (até mesmo étnica) europeia, levando certos políticos a defender as mesmas idéias e banalizando sentimentos xenófobos. É indicativo o fato de o governo francês conduzir uma ofensiva contra as mulheres com a idéia de uma lei contra o turbante das meninas nas escolas públicas, penalizando-as e estigmatizando a população muçulmana. Enquanto isso, dirigentes das escolas privadas deleitam-se com as expulsões das meninas: mais receita para seus orçamentos.

A ofensiva contra as mulheres imigrantes é favorecida por uma legislação que proíbe a regularização das esposas de homens polígamos – estes devem escolher uma delas como esposa, as outras devem sair do país. Os dispositivos de regularização favorecem, sobretudo, as mulheres casadas, as mães de família e as filhas de imigrantes, em detrimento das mulheres solteiras, divorciadas, separadas ou repudiadas. Elas perdem seus papéis franceses quando decidem separar-se dos maridos. Tal situação gera situações dramáticas por causa da chantagem dos maridos, companheiros, pais ou irmãos sobre elas.⁶

Continente ou fortaleza?

As dificuldades de imigrantes na França não é exceção, mas é a regra na UE. Os deslocamentos de povos em busca de melhores dias é uma constante na história. Em meados do século XIX, iniciou-se na Europa um grande movimento de população proveniente da Itália, Irlanda, Polônia e Bélgica para vender a força de trabalho na França, Alemanha, Suíça, Grã-Bretanha e mesmo em outros continentes. A Segunda Grande Guerra e a crise da década de 1970 mudaram a situação da mão-de-obra europeia. As autoridades incentivaram a imigração extracomunitária para limitá-la e, em seguida, controlá-la e expulsá-la segundo as necessidades do sistema. A liberdade de circulação e de instalação das pessoas torna-se, assim, uma reivindicação primordial nas lutas pela emancipação dos indivíduos.

As últimas décadas caracterizam-se por um contexto de circulação de capitais e mercadorias, submetendo os países do Sul às exigências do sistema financeiro internacional e dos

organismos internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Banco Mundial. Essa situação, que incitou a multiplicação da dívida exterior e privatizou os serviços públicos, provocou a exclusão de populações inteiras do acesso aos direitos fundamentais – saúde, educação, habitação – levando 1,3 milhão de seres humanos a viver abaixo do limite da pobreza. É a desordem mundial que se instala.⁷ Os países do Terceiro Mundo vivem a maior crise de suas histórias, culminando com a implosão do “socialismo real” nos países do Leste Europeu, fazendo aumentar os fluxos migratórios de populações inteiras desses países em direção aos países da Europa Ocidental.

Diante de tal conjuntura, é normal que os povos procurem fugir da fome e da miséria. Anormal é o número de imigrantes mortos em solo europeu na tentativa de entrar num dos continentes mais ricos do planeta. Um fato chocante, acontecido em 2000, foi a morte por asfixia de 58 imigrantes asiáticos dentro de um caminhão frigorífico, quando tentavam entrar na Grã-Bretanha pelo túnel sob o Canal da Mancha. Na costa grega, 800 curdos foram abandonados num barco em novembro de 2001. Em 2002, foram contabilizados mais de 60 mortos na costa de Tarifa, Espanha. A esses se somam mais de 900 imigrantes mortos nas águas do estreito de Gibraltar – contabilizados apenas os cadáveres que apareceram nas costas e que são detectados pelos guardas civis. Além dessas mortes, há ainda aquelas dentro das prisões, por suicídios suspeitos.⁸ Em julho de 2003, enquanto 15 chefes dos Estados europeus se reuniram na estação chique de Porto Carrasco, centenas de imigrantes vindos da África em dois navios pereciam pouco a pouco ao largo do porto de Sfax, Tunísia, e na costa de Lampedusa, uma ilha italiana. A maioria morreu. Em outubro de 2003, 85 somalianos procuravam chegar à Itália de navio. Somente uma dezena foi resgatada bastante debilitada nas costas da Sicília, Itália.

Desde os acordos de Schengen, assinados por cinco países europeus, em 1985, instaurou-se na prática a Europa policiada, fechada aos estrangeiros. A aparição do Sistema de Informação de Schengen (SIS), dispositivo de fichamento dos estrangeiros, vai transformá-los em sujeitos suspeitos, potencialmente perigosos. É a *Europa-fortaleza*. São exigidos vistos de entrada aos países da UE nos controles de fronteira (aeroportos, estações, portos etc. são reforçados). São exercidas enormes pressões

⁶ WHITAKER, Beatrice Verri. *Donne immigrate e mondializzazione*. In: *Donne in movimento*. Pisa: BFS edizione, 2002.

⁷ TOUSSAINT, Eric. *La bourse ou la vie*. Paris: Editions Syllepse, 1998. Segundo dados do Pnud.

⁸ La Inmigración. *El País*, 16 jun. 2002.

sobre os profissionais das empresas de viagem para que assumam atribuições de polícia. As medidas de controle e vigilância de informações não cessam de multiplicar-se. O Europol, organismo policial europeu criado em 1994, estende suas competências em 1999 para o controle dos fluxos de imigração com o pretexto da busca de filões mafiosos.⁹ Itália e Espanha utilizam o Europol como instrumento de caça aos imigrantes. Esse organismo passa progressivamente de uma missão de informação e de análise para uma missão ativa em todos os domínios da segurança.

Governos e autoridades européias multiplicam as reuniões de cúpula, culminando com acordos, convenções e tratados. Os governos dos Estados passam a estudar os melhores argumentos diante dos eleitores, a fim de modificar, adaptar ou elaborar suas legislações internas. Instalam-se os dispositivos de regularização de estrangeiros, de condições draconianas, para permanecerem em solo europeu. Em suma, instala-se a banalização da lógica repressiva e de suspeição, favorecendo comportamentos conservadores e fascistas de diferentes setores da população.

O Tratado de Amsterdã (1998) confirma as diretivas do Tratado de Maastricht (1992), que prevê a harmonização da política de controle da imigração entre os Estados. Os países mais abertos em relação à entrada dos imigrantes são obrigados a submeter suas políticas às disposições de Schengen e das novas legislações. A Itália é um dos exemplos mais significativos: em 1998, pressionado pelo primeiro-ministro francês da época, Lionel Jospin, o governo italiano assina a sua adesão a Schengen. Paralelamente, os aparelhos de controle policial estão em constante progresso. Um dos exemplos é o dispositivo do Eurodac, que consiste na utilização do método de comparação das impressões digitais das pessoas, mesmo de jovens a partir de 16 anos, que pedem asilo aos países da UE.

Depois do atentado de 11 setembro de 2001, o Europol vem cumprindo missões para desenvolver o controle da Europa, sob a direção dos ministros europeus. A sucessão de líderes da UE não cessa de atacar imigrantes e refugiados de maneira cada vez mais centralizada. No primeiro semestre deste ano, vários países da UE fretaram aviões, intensificando assim os “vãos agrupados” para a expulsão de imigrantes extracomunitários. Em nome da luta anticlandestina ou antiterrorista, aprovaram a criação de um banco de dados comum

para os vistos. Trata-se de um fichário com os vistos concedidos pela UE, contendo os dados biométricos dos indivíduos (impressões digitais, íris dos olhos etc.). Nos próximos anos, 140 milhões de euros poderão ser empregados no projeto.¹⁰

Num discurso baseado na integração de imigrantes na sociedade européia, na luta contra o trabalho clandestino e contra o tráfico de pessoas, os líderes da UE tomam medidas que não fazem outra coisa senão favorecer o trabalho não-declarado a fim de baixar o custo da força de trabalho, de fazer subir os preços dos traficantes de imigrantes e de provocar fortes divisões sociais entre trabalhadores de origens diferentes. Na realidade, os imigrantes são uma espécie de cobaias da política de flexibilidade exigida pelos patrões: arrocho salarial, aumento das horas de trabalho e perda de conquistas sociais importantes. A própria legislação trabalhista européia discrimina os direitos entre nacionais e estrangeiros.

Os dirigentes da UE encontram-se numa situação contraditória: nem dão conta dos 18 milhões de imigrantes estabelecidos no continente, nem conseguem viabilizar a *Europa-fortaleza*, amplamente difundida pelos meios neofascistas por meio do *slogan* “imigração zero”. Além do mais, a Organização das Nações Unidas (ONU) e autoridades da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm advertido as populações européias da necessidade de importar 50 milhões de imigrantes antes de 2050 a fim de assegurar crescimento econômico estável e as pensões das próximas gerações.¹¹ Ao mesmo tempo, os governos devem enfrentar a chegada de novos imigrantes, cujas cifras estão sempre aumentando. Com o desenvolvimento da mundialização, as guerras e os conflitos regionais não cessam de proliferar. As populações vítimas de tais conflitos – kosovares, curdos, afegãos, iraquianos, palestinos, chechenos etc. – também não cessam de fugir dos perigos de guerra.

Os 450 milhões de europeus dos 25 países da UE encontram-se presos numa armadilha. Ou lutam pela igualdade dos direitos entre os povos presentes no solo europeu para construir uma relação de forças ou transformam-se em inimigos da população estrangeira, correndo o risco de perderem seus direitos. Não há outra alternativa senão lutar contra esta nova ordem mundial, exigindo a abertura das fronteiras aos povos, pela livre circulação e instalação dos indivíduos e pela igualdade dos direitos entre nacionais e estrangeiros.¹² ■

* **Beatrice Verri Whitaker**

Representante da
Federação das
Associações de
Solidariedade com os
Trabalhadores Imigrantes
(Fasti) no Fórum Social
Mundial

⁹ *Le Monde*, 1 jun. 2002.

¹⁰ Site do Parlamento Europeu.

¹¹ La Inmigración. *El País*, 16 jun. 2002.

¹² FASTI. *Droits de l'homme, la Fasti accuse*: Corlet, 1999. Essa é a posição da Federação das Associações de Solidariedade com os Trabalhadores Imigrantes (Fasti), uma ONG que agrupa, desde 1966, cerca de 70 associações locais espalhadas pela França. Participa das campanhas pelo direito ao asilo com outras organizações (Anistia Internacional, Liga dos Direitos Humanos, Gisti etc.), editando o jornal de campanha *Confluencias*.

ENTREVISTA

Por Marcelo Carvalho

Alcione Araújo



Conhecemos partes avulsas de certas regiões do Brasil: ritmos, costumes, pensamentos, religiosidades etc. A idéia de todo ninguém pode ter, pois o Brasil é um país que, por suas contradições, escapa-nos constantemente. O escritor e dramaturgo Alcione Araújo, mineiro de Januária, morador do Rio de Janeiro, é um desses teimosos que não abandonam a idéia impossível (mas sedutora) de Brasil, de compreender o país pela palavra, pela ficção, pela dimensão humana da realidade.

Sua obra teatral está reunida em três volumes sob o título geral de *Teatro de Alcione Araújo* (Civilização Brasileira, 1999). São 12 peças, entre elas *Há vagas para moças de fino trato* (1974), a mais antiga incluída nessa coleção, *A prima-dona* (1990) e *Sob neblina use luz baixa* (1976). Entre as suas obras televisivas está o roteiro do seriado *Malu mulher*, um marco da TV brasileira.

É cronista de *Democracia Viva*, escreve semanalmente para o *Estado de Minas* e pôs o ponto final em dois roteiros para cinema: *Hotel Brasil* e *Orquestra de meninos*. Em seu único romance publicado, *Nem mesmo todo o oceano* (Record, 1998), recompõe a atmosfera de nosso passado recente sob a ditadura militar. Está escrevendo agora o que poderá ser seu segundo romance (garante já ter quatro capítulos) e a coletânea de ensaios sobre filosofia *Três damas infiéis*, sobre a palavra, a imagem e a cultura. Que venham à luz.

Já podemos analisar o Ministério da Cultura no governo Lula?

Alcione Araújo – Ainda não dá porque não expuseram nenhum projeto até agora. Estamos vindo de oito anos de governo FHC sem projetos definidos e ainda não há – ou não foi mostrada – uma política cultural estabelecida. É preciso contemplar toda a população de 173 milhões de habitantes do Brasil, não dá mais para fazer política pública para uma minoria. O que existe são as ações que se apóiam nas leis de renúncia fiscal, que outorgam aos empresários a escolha dos projetos artísticos que serão produzidos no país. Quer dizer, esses projetos têm de ser convenientes às estratégias de *marketing* das empresas. Por um lado, as leis de renúncia fiscal viabilizam projetos. Mas, por outro, são uma espécie de filtro ideológico que domestica a produção cultural. Em um país como o nosso, o mercado não pode ser a instância definidora da produção cultural. A baixa escolaridade da população brasileira faz com que suas preferências estéticas reproduzam o que tem sido oferecido, que é, basicamente, os valores veiculados pela televisão e pela indústria de entretenimento. O papel do Estado é fundamental tanto na cultura como na educação.

Aliás, os três ministérios que acompanho mais de perto – Cultura, Educação e Meio Ambiente – parecem ainda estar se articulando. Eu os vejo sempre na defensiva, tentando impedir que determinada lei seja aprovada. Quais as políticas que vão emanar desses ministérios? Como as pessoas que querem produzir cinema, teatro ou música farão quando seus projetos não forem do agrado dos empresários? O Estado precisa ter compromisso com a área cultural, ter uma política cultural que seja independente do capitalismo hegemônico, uma política pública que beneficie a produção crítica e alternativa ao *establishment*.

Na verdade, meu olhar está voltado muito mais para o cidadão. A questão não é a de que o Estado tenha obrigação de dar dinheiro para o artista. Em geral, são os artistas e produtores que falam sobre políticas públicas para a cultura, o que acaba por eclipsar um direito constitucional de acesso aos bens culturais. O que o Estado faz – ou deveria fazer – é financiar os artistas para assegurar ao cidadão esse direito constitucional, pois as pessoas não estão participando da vida cultural do país, apenas da indústria do entretenimento. Mesmo assim, são apenas 80 milhões

de espectadores passivos, ou seja, metade da população. O Brasil é muito grande e com uma população de baixa escolaridade.

Como seria o caráter geral dessa política cultural?

Alcione Araújo – Precisa ser pensada estrategicamente, para os próximos 20, 30 anos, para que, assim, sobreviva aos solavancos conjunturais da política. Não dá para pensar em projetos de quatro anos para um país com o tamanho e a complexidade do Brasil. Do contrário, estaremos presos aos eventos, que acabam sendo fatos políticos e eleitorais. Esse espírito precisa até extrapolar: é preciso pensar o país a médio e longo prazos. Basta de atender apenas a demandas circunstanciais e emergenciais. Ao pensar dessa forma, a primeira questão que se coloca é a da educação e da cultura.

Qualquer revolução que se pense hoje no mundo passa por aí. É preciso pensar a universidade, mas não só. Temos também de aprimorar a educação como um todo, oferecer a mais sublime das fruções estéticas e, ao mesmo tempo, contemplar as manifestações culturais que emanam espontaneamente nos mais diversos rincões do país. É preciso respeitar a diversidade, vencer a fala estética do eixo Rio–São Paulo.

Veja o caso do cinema. Há muitos filmes que as empresas não financiam. Quem não está no padrão global está fora. Não tenho nada contra a Rede Globo entrar no mercado de cinema, mas é preciso também que tenhamos filmes pernambucanos, brasilienses, o país é muito diversificado. É empobrecedora a uniformização. Conseguiram uniformizar a maneira de se vestir, de se falar, os valores, tudo no Brasil ficou muito parecido.

Você citou os ministérios da Cultura, da Educação e do Meio Ambiente. E quanto ao resto do governo?

Alcione Araújo – Desconfio de alguns valores instalados no Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, por exemplo. O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disse que o mercado é que vai definir se teremos ou não soja transgênica. Ora, elegemos nossos dirigentes para que eles apontem os caminhos, e não para que devolvam a questão a uma população de baixa escolaridade e mal informada que não acompanha as inovações técnico-científicas e não sabe as conseqüências que isso pode ter.

Sáimos do governo passado, dos oito anos de FHC, pior do que estávamos. Certo, houve a estabilização da moeda, mas hoje já acho limitada essa interpretação do mundo pela

economia, sabia? Esse discurso de colocar o capital como sujeito da história já se esgotou. Eu quero o ser humano como sujeito da história.

Apesar disso, não estou desesperançado com relação ao governo Lula. Mas gostaria de que a mesma altivez que ele tem demonstrado nas questões de política externa também se demonstrasse na política interna. Internamente, as políticas estão tímidas, e a demanda do país é enorme. Educação, cultura e meio ambiente são partes integrantes da cidadania. E são exatamente os três ministérios que cuidam dessas áreas os menos contemplados. Os ministérios mais poderosos são os de Indústria e Comércio e Agricultura, com as exportações e o *agrobusiness*. Em nome dessas duas atividades, estamos sacrificando questões ambientais muito sérias, como os transgênicos.

Qual a relação entre arte e comunicação?

Alcione Araújo – Antes de falar sobre isso, é preciso tentar esboçar uma distinção entre arte e comunicação. Não é uma tarefa fácil. Poucos se arriscam a racionalizar algo que se esquivava ao abraço da razão. O conceito de arte é radicalmente subjetivo, variável ao longo da história e só se permite enunciar se imerso na cultura de origem da própria obra. Já a comunicação, do grito primal à sociedade da informação, é primordialmente, embora não estritamente, produção da razão, sobretudo na instituição de sistemas de codificação/decodificação.

Grosso modo, pode-se dizer que arte, como criação ou como fruição, é, primordialmente, produção e percepção de subjetividades; a comunicação, do ponto de vista do emissor ou do receptor, é, primordialmente, produção e percepção de, digamos, objetividades. Em ambas as idéias, mencionei “primordialmente”. Isso significa que tanto a arte pode se utilizar de alguns elementos de comunicação, como a comunicação pode, eventualmente, ser criativa, original, sensível e buscar atingir a subjetividade – nesse caso, o exemplo extremo é o da propaganda subliminar. Em termos semiológicos, poderíamos dizer que a arte opera com signos originais, criados para uma expressão singular, única, que se oferece a múltiplas percepções. A comunicação opera com signos decodificáveis, saturados, buscando um entendimento estrito, unívoco e coletivizado. O comunicador procura o patamar que o nivele com a sua audiência. A arte não necessariamente procura isso. O criador oferece a sua criação no nível, na forma e no

sentido em que ela lhe ocorreu. Como sempre, não existe nada isolado na natureza nem na sociedade dos homens – por isso, a Teoria da Complexidade afirma que cada fato influencia e é influenciado por todos os demais fatos, até mesmo os mais remotos.

A arte e a comunicação são os fundamentos da cultura?

Alcione Araújo – É evidente que arte e comunicação são destacados elementos de cultura. Mas são várias as culturas. A palavra cultura vem de agricultura. É o cultivo, a plantação ou a criação de determinados bens ou produtos, concretos ou imaginários, abstratos ou utilitários. Na biologia, por exemplo, cultura significa o cultivo de células e tecidos vivos. Para a antropologia, cultura é o conjunto de costumes, crenças, valores e processos produtivos que caracterizam um grupamento social. Há também a distinção meramente vernacular, como a de cultura oficial, que é o conjunto de atitudes, linguagens, conhecimentos, costumes etc. difundidos, direta ou obliquamente, pelos meios de comunicação mantidos ou utilizados pelo Estado. Por mais que haja distinções, todas essas culturas são interdependentes. E o que nos interessa aqui é a Cultura – entendida como produção do imaginário, produção simbólica ou produção do espírito –, que, com a passagem do tempo e as mudanças da sociedade, foi se dividindo nas chamadas cultura popular, cultura erudita e cultura de massa.

Afinal, qual é a origem da cultura brasileira?

Alcione Araújo – Sem rigor cronológico e considerando que, na época, o tempo era lasso, distendido, e a repercussão dos fatos era lentíssima, pode-se dizer que, quando Cabral avistou essas terras, no início do século XVI, as universidades de Bolonha e Coimbra, por exemplo, já funcionavam há séculos. Gutenberg já inventara a imprensa, Marco Polo já chegara à China e o Império Romano tinha virado pó. São Tomás de Aquino já concluía a *Suma Teológica*, reescrevendo Aristóteles de modo a torná-lo útil ao catolicismo. Dante unificara a língua italiana com *A divina comédia*. A catedral de Chartres, construção complexa e sofisticada, já estava pronta, louvando a Deus com as altas torres apontadas para o céu. Tudo isso – e muito mais – já existia na velha Europa, enquanto nossos ancestrais indígenas corriam pelados por essas praias, com as “vergonhas” balançando aos ventos tropicais. Cabral, porém,

limitou-se a fincar o marco simbólico de propriedade da coroa portuguesa. E nada mais aconteceu até que os jesuítas aportaram por aqui na segunda metade do século.

A discussão sobre cultura passa necessariamente pela religião?

Alcione Araújo – É evidente. A cultura começa a ser engendrada no espírito, seara do domínio religioso, que determina valores, princípios e condutas. Recebe influências das relações econômicas, do poder político, das formas de trabalho, da agricultura e das formas de alimentação, da geografia e até das condições climáticas. Justamente para a doutrinação religiosa, a catequese ou evangelização dos gentios, como se dizia, cá estava, pois, a linha de frente da poderosa Igreja Católica. Atravessara o Atlântico para converter índios ao catolicismo. Tarefa ingrata quando se pensa que o indígena era tão integrado à natureza que se sentia parte dela. Sua arraigada cosmogonia, como não podia deixar de ser, fora construída, ignora-se em quantos milênios, no âmbito da própria natureza. Era impossível para o indígena assimilar a visão católica ortodoxa européia. Era difícil para os jesuítas – versados em teologia, mas não em antropologia – compreenderem uma cultura tão diferente da européia. Para um indígena, que só conhecia o tupi-guarani, ouvir conversas em português e missas em latim era um espanto, perplexidade pura. Apesar dos esforços – *remember* Anchieta, com o seu trilingüe (português, espanhol e tupi-guarani) *Auto de São Lourenço*, com o qual se torna o primeiro dramaturgo brasileiro – a catequese do indígena é um fracasso.

Os(As) índios(as) rejeitaram a visão católica do mundo?

Alcione Araújo – Sequer entenderam. Havia um evidente choque cultural, e os jesuítas não se deram conta. Índios e padres simplesmente não se entendiam. Os catequizadores fizeram uma mudança de rota e se concentraram no que era a sua real vocação: a preparação da elite, ou seja, a educação do branco europeu, portugueses e outros eventuais imigrantes. Era o branco europeu catequizando o branco europeu. E não apenas do ponto de vista religioso. Os jesuítas incumbiram-se de toda a educação, carregada de profunda densidade humanista e lastreada na cultura universal. Essa é uma tarefa que continuam a realizar até hoje – os colégios religiosos ainda mantêm a reputação de melhores do país –, e eles se tornaram, na verdade, em

eficientes especialistas na educação da elite brasileira, que, por acaso ou ironia, é uma das mais predadoras do mundo.

Segundo a professora Vanilda Paiva, especialista na área, os portugueses, sendo poucos, fizeram muitos filhos nas índias e os criaram, sempre que possível, como portugueses. Até hoje, a primeira geração é considerada portuguesa. Foi essa a fórmula que aplicaram para multiplicar seu contingente conquistador, apesar de todas as contradições. Seus filhos não passaram necessariamente por colégios de elites, mas lutaram lado a lado no desbravamento do país e na conquista do território.

Os jesuítas fracassam com os(as) índios(as) e passam a cuidar da educação dos(as) brancos(as). O que aconteceu com os(as) negros(as)?

Alcione Araújo – Quando os negros, vindos da África, começaram a desembarcar no Brasil, os jesuítas nem olharam para o lado deles. Não tomaram conhecimento. Sequer cogitaram catequizá-los. Na visão dos jesuítas, seria inimaginável educar negros vindos de outro continente para serem escravos – ou seja, eram uma mão-de-obra baratíssima, de etnia pouco conhecida, oriunda de uma cultura ágrafa. Os negros não eram, portanto, escolarizados. Com eles, houve uma das mais agressivas subalternidades que o mundo já viu. Há pouco mais de cem anos, havia aqui seres humanos que eram propriedade privada dos seus senhores, obrigados à cega obediência e a trabalhos forçados, de dia e de noite, sob castigos de animalesca brutalidade: mutilações, troncos e açoites. As pessoas, nem mesmo as da Igreja, não os reconheciam como seres humanos. Para os jesuítas, o fracasso com os índios ficara como lição bem aprendida. Com os negros, preferiram manter-se coniventes com o poder branco, de cujos rebentos tornaram-se preceptores. Assistiam a tudo em resignado silêncio, quando não indiferença. Esse desprezo pelo negro terá enorme repercussão, então inavaliável, na história social e cultural do país.

Mas isso não mudou com a Abolição?

Alcione Araújo – Com o fim gradual da escravatura, por meio de leis sucessivas (*Ventre Livre*, *Sexagenários* etc.), o negro alforriado não tinha emprego, não tinha terra, não tinha profissão urbana, não tinha escolarização para si nem para seus descendentes, não tinha o que comer. Assim, nasce a histórica marginalização, a miséria e o abandono. O negro perde a proteção do seu senhor e ninguém mais se interessa pela sua

sobrevivência. E inexistia lei que lhe assegurasse o mínimo para sua manutenção. Ser negro torna-se sinônimo de ser miserável, vadio e delinqüente. E nenhuma escola lhe abriu as portas.

E, no entanto, o(a) negro(a) deu grande contribuição à cultura brasileira.

Alcione Araújo – Certamente. Das três etnias que, então, povoavam o Brasil, a indígena é a primeira a ser afastada do processo de construção do povo que habitaria essa banda da América. Para ser exato, há quem diga que a população nordestina é pura miscigenação; os indígenas teriam desaparecido na fusão com os brancos, tornando-se todos “brancos”. Mas, em geral, as tribos, fugindo da escravização, dos seqüestros, das doenças contagiosas, dos estupros e da matança gratuita, embrenhavam-se nas matas, levando suas crenças, o conhecimento da natureza e suas práticas culturais. Contribuíram modestamente para a formação cultural do povo emergente.

Registre-se que o desinteresse pela acumulação, decorrência do costume de colher apenas o necessário e indispensável para a sobrevivência, pois, a qualquer tempo, tudo na natureza – frutos, caças, peixes etc. – continuaria disponível, em vez de lição de vida, serviu para aguçar a cobiça do branco. Mais: essa virtuosa *inocência* foi entendida como indolência pelo branco, cuja permanência por aqui era abreviada o quanto possível – o Brasil era lugar de enriquecimento rápido, através da rapinagem ou de quaisquer outros meios. Para um europeu, viver de verdade era só na Europa – embora, para o pobre, a vida na Europa fosse um horror, e, aqui, com calor, praias, mulheres índias e negras, podia-se ter um paraíso.

Já os negros, depois da Abolição, em lastimável precariedade, sem trabalho e sem escolarização, aglutinavam-se em núcleos periféricos aos centros semi-urbanizados, onde desenvolviam os rituais de suas crenças religiosas, a culinária, a música, a dança etc.

Tudo na semiclandestinidade, pois várias dessas práticas, especialmente as

religiosas e festivas, eram proibidas pela Igreja e reprimidas pelas autoridades policiais. O samba, hoje motivo de orgulho do brasileiro, nasceu quase na clandestinidade e vítima de repressão. Já os portugueses e seus descendentes nativos, herdeiros da cultura branca européia, se apossaram do país, do ponto de vista econômico, político, religioso e cultural. O *apartheid* cultural vem de longe. Para a elite, o país era um simulacro da Europa. Bastava fechar os olhos para ver igrejas, mosteiros, universidades, teatros, orquestras, óperas, museus e modas do velho mundo.

Como a cultura branca européia se mistura à cultura brasileira?

Alcione Araújo – Bem, o caldo de cultura europeu era muito denso para ser absorvido por um povo em formação, que não vivera a Idade Média, a Inquisição, o Renascimento, o Iluminismo e nem a Revolução Francesa. Os portugueses que estavam aqui ou vinham para cá, embora brancos e europeus, eram, na sua maioria, aventureiros em busca de fortuna rápida e não deveriam participar ativamente do que chamamos de cultura européia, embora preservassem esse legado no imaginário.

Porém, no início do século XIX, uma surpresa muda o rumo da história. Napoleão invade Portugal, obrigando a família real, para não se render, a fugir para o Brasil. Incerto sobre quando teria chances de retornar, d. João VI, com uma astúcia até hoje mal avaliada, cria uma nova figura na história da diplomacia: a do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, com corte provisória no Brasil. Napoleão não tinha como alcançar o rei no outro lado do Atlântico – não dispunha de esquadra capaz de fazer frente à britânica, que, em defesa de seus interesses, presentes e futuros, protegera a travessia da realeza fujona. A mesma incerteza quanto à data do seu retorno à Europa levou d. João a, digamos, tentar trazer a Europa para os trópicos. Pelo menos aquilo que podia consolar um monarca desterrado no lado de cá do Atlântico e criar as condições mínimas de segurança, higiene, civilidade, educação, cultura etc. para que o Rio de Janeiro pudesse ser considerado, pelo menos, um arremedo de Lisboa.

Como foi refazer aqui a cultura portuguesa, uma cultura elaborada durante séculos e séculos?

Alcione Araújo – Pode não ter sido uma intenção consciente, mas foi o que aconteceu. E começou já no desembarque. Na bagagem, d. João trouxe uma tipografia que, além da



função prática de publicar textos e livros, tinha o valor simbólico de reparar a truculência da Coroa, que mandara destruir e queimar as tentativas anteriores de se instalar aqui uma gráfica, para não propagar idéias que poderiam ser contrárias aos interesses do Estado. Essa parte da bagagem do príncipe regente propiciou a criação da Imprensa Régia, que passou a imprimir a *Gazeta do Rio de Janeiro*, uma espécie de Diário Oficial, mas nem por isso poupada de implacável censura. Apesar de ser editada aqui, a *Gazeta do Rio de Janeiro* estava longe do espírito crítico e combativo do *Correio Braziliense*, o primeiro periódico brasileiro que começara a circular meses antes, editado em Londres por Hipólito José da Costa.

Outras façanhas que contribuíram para a idéia de trazer um pouquinho da Europa para cá foram os diversos estabelecimentos de ensino que d. João fundou, com olhos postos na criação de uma elite militar e civil locais: a Academia de Marinha, a Academia de Artilharia e Fortificações, a Academia Médico-Cirúrgica da Bahia e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, mais tarde Academia de Belas Artes. Essas instituições significavam algum progresso, mas eram quase nada se as compararmos com o que acontecia à volta do Brasil. Na América espanhola, já existiam, desde o século do descobrimento, as universidades de Santo Domingo, do México e do Peru, e jornais circulavam desde o século anterior – decorrências da presença dos vice-reinados, que, então, não tínhamos aqui. Na América inglesa, já funcionavam há quase dois séculos as universidades de Harvard, Princeton, Dartmouth, Brown, Columbia e Pensilvânia. Em termos de educação e cultura, éramos dos mais atrasados do Novo Mundo.

A presença da família real ajuda a vencer esse atraso?

Alcione Araújo – Éramos, para os portugueses, uma distante colônia d'além-mar. Além de arrancar as riquezas nativas, não tinham interesse nesta terra. Não fosse a bendita invasão de Napoleão, teria sido outro o nosso destino. O atraso da colônia era muito grande, e Portugal esperava que a ausência da família real não fosse duradoura. Apesar disso, a presença do príncipe regente, da burocracia do Estado e da aristocracia trouxe uma brisa de progresso jamais vista, nem repetida em tempo algum, por estas bandas. Foi d. João que revogou a proibição, exarada por sua mãe, d. Maria I, de se implantar aqui uma indústria

têxtil, concedeu licença para a instalação de uma fábrica de vidro, criou uma fábrica de pólvora e uma fundição de artilharia, fundou o Banco do Brasil, a Biblioteca Pública, atual Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e, mais tarde, mandou vir a missão artística francesa para ensinar aos nativos o que era a arte.

Como foi isso?

Alcione Araújo – D. João parecia querer recriar um pedacinho da Europa no Brasil. E devia achar que, em termos artísticos, era preciso que alguém nos ensinasse o que era arte. Porém, é bom lembrar, a influência cultural francesa estava presente por toda a Europa. As cortes alemã e russa falavam francês. O romantismo alemão é, até certo ponto, uma reação contra a dominância cultural francesa – do mesmo modo que o populismo russo. Imagine, então, como era em Portugal! Mas o Brasil não era, então, um deserto artístico e cultural. Antes da chegada dos franceses, já havia trabalhos expressivos em pintura, escultura, talha e ourivesaria em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Aleijadinho e Mestre Valentim, por exemplo, já haviam deixado suas marcas no patrimônio artístico e cultural do país, em que pese a defasagem de estilos em virtude do relativo isolamento em relação à Europa.

A missão, dirigida por Lebreton, não era formada por desconhecidos ou iniciantes. Alguns já tinham notoriedade para além da França. Incluía os pintores Nicolas Taunay e Jean Baptiste Debret; o escultor Auguste Taunay; o gravador Pradier; o arquiteto Grandjean de Montigny, entre outros. Na verdade, a missão cumpriu um papel, não por ensinar a visão francesa de arte, mas por transmitir técnicas que poderiam ser – e acabaram sendo – transgredidas. E, sobretudo, preparar a inserção do Brasil, como criador e fruidor, na produção artística ocidental. Afinal, nosso ancestral branco europeu fazia parte daquele mundo nascido na Grécia e que fundara a cultura ocidental. Com os artistas da missão francesa, que viriam a ser os professores da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, o neoclassicismo instalava-se, de armas e bagagem, no Brasil, enquanto a Europa se atirava nos braços do romantismo. O simulacro da Europa brasileira surgia, como sempre, atrasado.

A visão francesa de arte e cultura foi assimilada?

Alcione Araújo – Naquele momento, não. Da efervescência criada pela missão francesa não participavam os negros, ainda escravos.

Muito menos os índios, há mais de um século, desde a corrida do ouro e pedras preciosas, vítimas de genocídio que, de resto, prossegue ainda hoje, com os que querem expulsá-los de suas próprias terras. O Brasil se modernizava, se preparava para fazer parte do mundo e da cultura ocidentais através da minoria branca européia e sua descendência, em cujas mãos a renda, o conhecimento e o poder sempre se concentraram.

Essas são as origens dos privilégios e desigualdades do Brasil de hoje?

Alcione Araújo – Sim, a partir desse quadro inicial da formação miscigenada da população brasileira, as elites abrigam-se em seus privilégios, e a grande massa é mantida distante dos valores educacionais, culturais e econômicos universais, isto é, de origem européia. É uma segregação que ainda perdura, hoje, com contornos de *apartheid*. Por isso, o Brasil não desenvolveu um público para a chamada “alta” cultura. A maior parte da população sempre esteve do lado excluído da sociedade, afastada pelo *apartheid* econômico, social e cultural, da mesma forma que os negros assistiam às missas confinados numa área cercada da igreja. O que poderia mudar esse quadro seriam políticas públicas menos perversas que permitissem escolarizar e formar cidadãos e profissionais, além de uma distribuição de renda menos perversa. Se esse avanço não se efetivar, o país terá duas culturas conflitantes numa mesma geografia, se já não as tem. E os enfrentamentos, via violência urbana, vão se ampliar.

Nada foi feito, nem aconteceu nada que mudasse esse quadro?

Alcione Araújo – Nem a Independência, em 1822, nem a República, em 1889, alteraram expressivamente esse quadro. Com a imigração, iniciada no fim do século XIX e que se estendeu até a Segunda Guerra Mundial, chega, sobretudo no sul do país, uma massa de japoneses, italianos, alemães, poloneses etc., sem que se interrompa o fluxo de portugueses. A população dos centros urbanos ganha novas feições. Os recém-chegados, que não participaram da história do país, muito menos da formação de sua elite, fazem a sua inserção pelo trabalho, na agricultura ou no processo de industrialização. A contribuição dos imigrantes é fundamental, não apenas para o desenvolvimento econômico, mas para a vida intelectual e a produção cultural.

Então, na educação e na cultura, nada muda no Brasil?

Alcione Araújo – Muda. Não sei se muda para o que, hoje, desejaríamos. Mas houve mudanças. Ocorre, por exemplo, uma mudança substancial na orientação doutrinária da educação brasileira, assim como na da cultura, após a Segunda Guerra Mundial. O eixo de referência da educação e da cultura brasileiras era, até então, europeu, particularmente francês, beneficiando-nos com um legado que incluía as conquistas do Iluminismo, os ideais da Revolução Francesa e o seu histórico lastro humanista e intelectual. Quando o eixo de referência cruza o Atlântico, da França para os Estados Unidos, esquecemos, no Velho Mundo, o clássico tripé dos compromissos fundamentais da universidade com a formação do profissional e a formação do cidadão. Esquecemos também o ideal aristotélico de humanidade integral, peculiar à longa tradição do humanismo europeu, do francês em particular, e passamos a comer poeira na estrada desbravada pelo pragmatismo americano.

Mas há uma diferença: nos Estados Unidos, a família e também a escola e a Igreja introduzem os jovens no mundo da cultura, assim como no exercício da cidadania. Apenas introduzem, mas é melhor do que nada. A vitória dos aliados impõe ao mundo o poderio dos irmãos do Norte.

A educação brasileira encontra no pragmatismo americano um novo modelo, com notório predomínio da ciência e da tecnologia – afinal, foram justamente a ciência e a tecnologia que lhes trouxeram a supremacia, quer pelo impacto da explosão de duas bombas atômicas no Japão, quer pela criação anterior das indústrias automobilística, cinematográfica e, mais tarde, televisiva, acolhidas de braços abertos por todo o mundo. Isso sem falar na Coca-Cola!

Entramos, portanto, numa nova era. Deixamos a velha Europa e passamos a acolher as influências americanas.

Alcione Araújo – Exatamente. Como disse, desde o fim da Segunda Guerra os americanos vêm consolidando a sua liderança com tal ímpeto e truculência que se tornaram, com a globalização e o neoliberalismo contemporâneos, um império hegemônico.

Hoje, curiosamente, o primeiro item da sua pauta de exportações não é mais a indústria aeroespacial, mas a indústria de entretenimento,

com os produtos audiovisuais, fundamentais para a implantação da cultura de massa. Tal indústria começou a se instalar no Brasil na segunda metade do século XX, quando o país alcançou um certo desenvolvimento econômico e a população atingiu um índice de crescimento demográfico que o tornara apto a viabilizar investimentos em modernos meios de comunicação de massa.

Acumulando a experiência adquirida com o rádio, o grande divulgador da música popular brasileira, e sustentação da indústria fonográfica, chegamos às redes nacionais de televisão, de enorme capilaridade, capazes de atingir todos os recantos de um país continental.

Quando as práticas culturais tradicionais – ler, ir ao teatro e ao cinema, ouvir música, visitar museus de arte, até mesmo ler jornais – começavam a se disseminar, a entrada da televisão foi verdadeiro estupro em uma sociedade sem antídotos culturais para resistir.

Hoje, com os dados acumulados em mais de 30 anos de pesquisas semanais sobre os hábitos e costumes da população brasileira, a televisão produz uma programação rigorosamente ajustada às classes sociais, faixas etárias, níveis de renda e de escolarização da população.

Com essa estratégia, mantém cativa uma audiência de tal proporção que faz da televisão – um conjunto de empresas privadas, beneficiárias de concessões públicas, que, no entanto, visam a altíssimos lucros e usam de todos os meios para defender seus interesses – a mais importante referência cultural do país.

A audiência cativa da televisão brasileira não tem, proporcionalmente, paralelo no planeta. É formada, sobretudo, pelas camadas mais humildes da população, na qual grassam a baixa escolaridade e o analfabetismo. Esse público humilde, tendo abandonado progressivamente outras formas de entretenimento e práticas culturais, se rendeu ao indiscutível fascínio – que começa pela sofisticada tecnologia de geração e transmissão – da televisão, renunciando, aos poucos, à sua inserção cultural. Estava instalada, e com voracidade avassaladora, a indústria de entretenimento no Brasil. E, com ela, ruiu um dos pilares do capitalismo – a concorrência melhora a qualidade do produto. Com a baixa escolaridade da maior parte da população, quanto pior a qualidade da programação, maior a audiência.

Até que ponto a tecnologia americana influenciou a educação e a cultura brasileiras?

Alcione Araújo – Nos Estados Unidos, a religião cumpriu um papel que foi além do estritamente religioso. Não apenas colaborou na gênese do capitalismo, como estimulou a alfabetização, a leitura da Bíblia, a interpretação dos textos, a formação musical etc. A escola cumpriria outra etapa, oferecendo o ensino das ciências, da história da humanidade, da cidadania etc., além de práticas culturais peculiares ao país – bandas, corais, desfiles, competições esportivas, trabalhos comunitários. Desse modo, a juventude podia ter uma razoável formação, sem depender muito da família. É isso que faz a evolução de uma geração a outra.

Para as camadas mais pobres da população brasileira, ou seja, para a maioria dos brasileiros, a Igreja e a escola não oferecem tais possibilidades, e o jovem depende mais do nível cultural de sua família, que, em geral, é baixo. Secular periferia do mundo, a maioria das famílias brasileiras não teve educação formal e está alijada do mercado cultural tradicional. Já a televisão, como o meio, por excelência, de veiculação da indústria de entretenimento, arrebatou uma audiência formada de pessoas que não tinham adquirido os hábitos culturais tradicionais. Os valores morais, éticos e estéticos da indústria de entretenimento tornaram-se, como já disse, a referência – para a massa, a única referência – para um povo de baixa escolaridade, afastado da cultura tradicional e despreparado para uma fruição estética enriquecedora.

A influência da educação estritamente escolar americana – objetiva, funcional e pragmática – acabou sendo prejudicial. E o equívoco reside no fato de os responsáveis pela educação no Brasil retirarem dos currículos as disciplinas de humanidades, substituindo-as por outras ligadas às ciências e à tecnologia. Se não bastasse, os currículos de ensino médio, justamente aqueles que formam os adolescentes, foram se tornando meros receituários de preparação aos exames vestibulares. Com isso, perde-se a melhor época para se plantar as sementes do discernimento, estabelecer-se o compromisso com os valores fundamentais do pacto de convivência social, despertar o imaginário e liberar a sensibilidade, exercitar a criatividade e aprender a lidar com a sexualidade, entender a amizade e iniciar-se no amor.

Cite uma consequência importante dessa situação.

Alcione Araújo – A inadequada reprodução do modelo americano criou uma esquizofrênica separação entre educação e cultura. Expulsaram a cultura da escola. O jovem só entenderá a si próprio e o mundo até onde a sua intuição alcançar. E, sem esse entendimento, não conseguirá estabelecer uma interlocução. Quem não consegue verbalizar o que sente, quem não tem possibilidade de parlamentar, de dialogar, substitui, no seu desespero, a falta de palavras pela truculência. É a linguagem que compreende. Se é grave a existência de um *apartheid* social, muito mais grave é o *apartheid* cultural. Por isso, só se vai resolver a violência urbana, com a qual temos temerariamente convivido, com a substituição do armamento dos bandidos e da polícia pela interlocução.

A educação e a cultura abrem as portas para a interlocução. A educação é irmã inseparável da cultura, insisto. Afastá-las é matá-las de inanição – é limitar o ser humano aos números de sua produção, à sua face mais fria, à parte mais dura do seu coração. É inconcebível que alguém possa formar-se, por exemplo, médico, engenheiro, advogado, concluído o chamado curso superior, sem nunca ter lido um romance, ouvido uma sinfonia, visto uma exposição, assistido a uma peça de teatro etc. No entanto, é o que acontece. Muda as perguntas sem mudar as respostas: que cidadão é esse? Que profissional é esse?

Responda você: que cidadão é esse? Que profissional é esse?

Alcione Araújo – Esse cidadão é a vítima de um modelo educacional que renunciou aos fundamentos universais da formação – do profissional, do cidadão e do ser humano – para se tornar o vencedor de uma maratona de adestramento para a produção. Não assegurar a todo cidadão e cidadã o direito constitucional de acesso à produção cultural, não aproximar a educação da cultura, é deixar queimando o rastilho que vai detonar a bomba.

Pela Constituição de 1988, é obrigação do Estado oferecer a todos a educação convencional necessária. Mas apenas ela é insuficiente. É preciso mais. Muito mais. É preciso que a educação seja motivo de orgulho da população brasileira. O conhecimento da ciência, da história e da própria língua que ela fala e ama é necessidade tão fundamental que se tornou direito, leis. Cumprir a lei é obrigação do cidadão, assim como do governante.

Os governantes deveriam se orgulhar de fazer escolas, distribuir merenda e pagar com decência aos professores. O bom governante sabe que só a educação possibilitará o salto que o país precisa dar para vencer o atraso em relação aos países ditos do Primeiro Mundo. Investir na educação e na cultura permite entrarmos, de fato, no século XXI. A cultura precisa começar na escola. Só assim, a educação ganha um significado mais profundo e mais amplo porque vai formar profissionais, cidadãos e seres humanos.

Como você acha que deveria ser a educação?

Alcione Araújo – Bem, não sou educador. Tudo o que disse é palpite de curioso. É até presunção sugerir coisas aos educadores. Faço isso como homem da cultura, que assiste, perplexo e impotente, ao lento desaparecimento do público da cultura. Imagine que o filme de maior sucesso nos últimos 20 anos, *Carandiru*, teve cerca de 4 milhões de espectadores, num país de 173 milhões de habitantes. O número de espectadores corresponde a apenas 2,3% da população e foi considerado um estrondoso sucesso. Voltando, gostaria que a educação e a cultura fossem entendidas como frutos da mesma árvore sagrada do conhecimento, e não que elas coexistam em esquizofrênica separação, como agora.

Cultura é tudo o que foi tocado pela mão e pelo espírito criador da humanidade. A mesa que o engenho do ser humano extrai do tronco da árvore é cultura, assim como o romance, produção de um mundo simbólico que enriquece o nosso imaginário. Educação e cultura sempre andaram juntas. A educação é o braço sistematizado da cultura, é a ordenação do que se deve tratar em cada faixa etária para dar eficiência ao aprendizado, com professores habilitados a transmitir a quantidade e especificidade de saber para uma pessoa de determinada idade. E esse professor, hoje desvalorizado, é também referência de valores morais e éticos, de atitudes etc.

Por que você escreve?

Alcione Araújo – Não estou certo de que saiba explicar isso. Embora possa intuir as razões pelas quais as pessoas lêem o que escrevo, as razões por que escrevo estão em mim. Profundamente em mim. Lá onde, segundo Lorca, esconde-se a obscura raiz do grito. São áreas de penumbra, sem nitidez nem definição, escassamente iluminadas, onde costumamos nos esconder de nós próprios. Às vezes, a psicanálise nos ajuda a percorrer nossos labirintos tasteando

em direção à luz. Mas, às vezes, a entrega ao escrever faz a mesma coisa. Tenho o costume – talvez seja mania, ou melhor, obsessão – de sempre me perguntar se estou bem, se estou à altura do que me propus, se estou satisfeito com o meu desempenho, se o desafio está estimulante, sobretudo no aspecto profissional. Costumo renunciar imediatamente ao que não estiver me agradando ou subtraindo-me algo da alegria de viver, ainda que haja perdas. No entanto, jamais me passou pela cabeça deixar de escrever. Nada a ver com a qualidade do que escrevo, mas com o prazer que me proporciona.

Entendo o que Mallarmé queria dizer quando afirmou que a vida foi feita para ser transformada em livro, assim como entendo a perplexidade de Aldous Huxley ao perguntar como alguém pode viver sem escrever. Vivo impregnado de teatro, bêbado de literatura, encharcado de cinema, grávido de filosofia e gratificado por exercer o que, para mim, é a melhor profissão do mundo: a que permite ganhar a vida com prazer e oferecer ao leitor/espectador vivências do que ele não viveu. Cada qual só fala do seu lugar, disse Lacan. Por 'lugar', entenda-se um patamar existencial, emocional, intelectual; passagem transitória por onde o trajeto singular da vida conduz cada um. O quanto se move a vida – do ponto de vista existencial, emocional e intelectual – esse lugar move-se. Por analogia, o escritor percebe o mundo do seu lugar e escreve – escrever é a sua fala – do seu lugar. Tem voz própria, olhar inconfundível e sensibilidade única.

A arte de escrever é pessoal ou não é nada. Daí a contrafação na busca desenfreada do sucesso, na troca da qualidade pela quantidade, na submissão ao mercado, tão em voga hoje. Parafrazeando Lacan, quem fala fora do seu lugar desafina. Nelson Rodrigues dizia que escrever é fácil ou impossível. Não acho fácil nem impossível. Acho que é preciso trabalhar, trabalhar e trabalhar. Quando achar que está pronto, recomeça a trabalhar. Como disse Drummond, se, ao final, não tiver o frescor inaugural de que acabou de ser escrito, todo o empenho terá sido em vão. Acho que escrevo porque não encontrei nada mais interessante para dedicar a vida.

Como fazer da leitura uma atividade ao mesmo tempo prazerosa e reflexiva?

Alcione Araújo – O indispensável é que o leitor, iniciante ou não, tenha o máximo de prazer com o que lê. Se não houver prazer, a

batalha de conquista do leitor estará perdida. Mas, por favor, entenda: quando digo prazer, não estou sugerindo que são legítimas quaisquer concessões para agradar o leitor. Acho também que é um equívoco avaliar um livro de ficção por algum ensinamento específico. O que se pode, eventualmente, aprender com uma obra de arte é algo geral, tão difuso

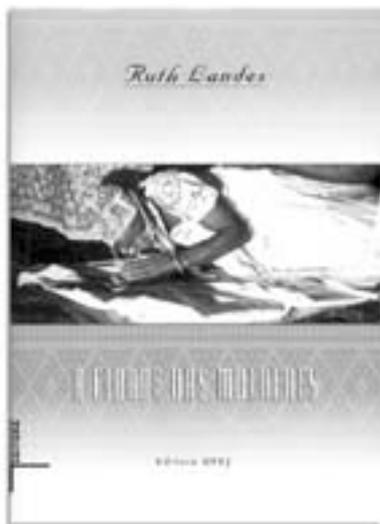
que nem se percebe que se está aprendendo. Pois é aí, na dobra descuidada do programa, na falta de objetivo didático, que flutuam as lições indizíveis, os exemplos que se colhem na imobilidade perplexa, a solidariedade que se denuncia na lágrima furtiva, é aí que começa uma aula que não se anuncia, não tem programa preestabelecido, nem tempo de duração: a vida.

Em que aspectos a leitura pode contribuir para a plena formação humana, política e social?

Alcione Araújo – A literatura é uma forma de se adquirir vivências do que não se viveu. A leitura é um permanente movimento de se aproximar e se afastar das personagens, de se emocionar e criticar as suas atitudes. O desenvolvimento dessa capacidade de compreender o ser humano conduz à maturidade à medida que se afasta dos julgamentos afoitos, das condenações precipitadas e absolvições inconsistentes. A leitura ajuda ser humano a compreender a si mesmo, a identificar-se com ele e avaliar-se. Essa humanização é a reconquista de um valor que vem se perdendo numa sociedade que privilegia o dinheiro em detrimento dos valores humanos. A visão do ser humano que a grande literatura oferece é aristotélica: o ser humano é, e suas circunstâncias, ou seja, as condições objetivas que o circundam e criam as suas circunstâncias dizem respeito ao quadro social e às forças políticas que o envolvem. A compreensão das relações de interesse e das relações políticas pode ser uma grande contribuição à percepção do leitor sobre o jogo do poder. ■



Fotos: Marcus Vini



Cidade das mulheres

Ruth Landes
UFRJ
352 págs.

A editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) lança a edição revisada do livro *Cidade das mulheres* (1ª edição americana, 1947; no Brasil, 1967), de Ruth Landes, com esclarecedor prefácio de Mariza Correia e introdução de Peter Fry, que nos auxiliam a entender os meandros da realização da pesquisa. Foram preservados, nesta nova versão, os três artigos contidos na primeira edição, respectivamente “Matriarcado cultural e homossexualidade masculina”, “O culto fetichista no Brasil” e “Escravidão negra e *status* feminino”.

É um livro para ser lido em constante diálogo com o período em que foi produzida a pesquisa, procurando contextualizá-la. Landes veio como parte de um “pacote” de parcerias entre centros de pesquisas brasileiros e estadunidense entre 1938 e 1939. A autora foi a única daquele grupo a não estudar

os índios, e sim os negros. A escolha de Landes deve-se, antes de tudo, a um conceito prévio, divulgado nos Estados Unidos: a ausência de conflitos raciais no Brasil.

A autora conheceu o pesquisador Édison Carneiro em Salvador, responsável por tornar abertas as portas dos candomblés tradicionais da Bahia para que ela – uma jovem branca estadunidense americana – pudesse entrar em contato com a comunidade negra, suas culturas e seu fazer cotidiano. Por intermédio de Landes, chegamos à Mãe Menininha do Gantois, ainda sem fama; vemos um Martiniano Bonfim insatisfeito com os rumos do candomblé; conhecemos a trajetória de Joãozinho da Goméia e a discriminação enfrentada por ser filho de prostituta e homossexual.

É um texto de fácil leitura, escrito como um diário de campo e que demonstra os arranjos sociopolíticos e culturais e as articulações empregadas pelos afrodescendentes. Além disso, é um dos livros primordiais para os estudos antropológicos no Brasil. Entre outros fatos, explicita pela primeira vez que, ao contrário do que ocorria na sociedade patriarcal brasileira, o candomblé nagô era dominado pelo poder das mulheres, e o candomblé de caboclo, pelos homossexuais. A autora relaciona a liderança masculina nos cultos à homossexualidade e à prostituição masculina. Há uma constante tensão entre os pais-de-santo e as mães-de-santo. Logo, Landes expõe uma contradição e uma tensão no interior daquele mundo até então estudado sob uma ótica fortemente influenciada por Nina Rodrigues, que, incensada pelas teorias racialistas do século XIX, via no candomblé a representação do atraso imposto pelo sangue africano.

Peter Fry, na introdução do livro, chama a atenção para três aspectos que marcam a primazia do trabalho de Landes e

que contribuíram para o acirramento das críticas a *Cidade das mulheres*: a discussão sobre “o status das mulheres na sociedade brasileira”; “o lugar da África na interpretação da cultura negra no Novo Mundo”; e “a relação entre homossexualidade masculina e religiosidade afro-brasileira”. Para Landes, a matrifocalidade não é uma característica específica do “mundo do candomblé”, mas algo que constitui o perfil das mulheres pobres. Assim, era muito mais a condição social em que se encontravam as mulheres do candomblé, e não necessariamente um aspecto religioso ou mesmo racial, que as fazia responsáveis por gerir a sociedade em que estavam inseridas, embora, segundo Landes, o poder das mulheres naquelas comunidades religiosas fosse efetivo há mais de um século e meio.

Desse modo, a matrifocalidade seria de cunho social, e não racial. Antes de Landes já havia uma arena de contenda na interpretação sobre os negros na Bahia, encarnada nos estudos de Frazier e Herskovits. Sua abordagem de gênero avança para além da participação das mulheres no culto e indaga a respeito do seu poder decisório. O feminino para Landes não está apenas nas mulheres, mas também em homens homossexuais. Isso dá ao seu trabalho maior amplitude, visto que as relações de gênero são postas para além das mulheres, ultrapassando o sexo. A homossexualidade feminina também é tangenciada por Landes.

Além da manutenção da tradição do candomblé, Landes estuda um momento em que ocorre uma ressignificação das religiões afro-brasileiras na Bahia. Há a entrada de um expressivo número de pais-de-santo assumidamente homossexuais, que buscam nesse espaço o empoderamento muitas vezes negado na sociedade em geral. O candomblé, assim, ascende ao seu lugar de representação social, funcionando, ainda,

como uma agência de prestígio e mesmo de auxílio a outros subalternizados naquela sociedade, prostitutas e meninos e meninas em situação de abandono.

Iniciadas em décadas anteriores, as políticas de branqueamento foram sistematizadas por meio do incentivo à imigração europeia durante a ditadura varguista. Ilustrativa nesse sentido é a conversa da autora com uma importante autoridade do governo, que expressa sua repulsa à grande presença de sangue africano no Brasil, tão provocador do atraso do país a ponto de justificar uma ditadura para mudar os rumos. Percebe-se, nesse breve colóquio, a manutenção das teorias raciais europeias do século XIX ainda campeando na área governamental. Os negros são vistos como assustadores e perigosos a partir do olhar do Rio para a Bahia. Na Bahia, por sua vez, são interpretados pela elite intelectualizada como cordatos, mansos e possuidores de uma cultura exótica.

Desse modo, o livro, muito mais do que apresentar o candomblé da Bahia, pode ser utilizado para enriquecer o debate sobre a existência de um racismo demarcado no Brasil, embora as conclusões da autora procurem demonstrar a ausência de tensões raciais. É fácil entender essa premissa se levarmos em conta que, tendo vindo de uma experiência do segregado Sul dos Estados Unidos, assistir às festas religiosas com participação de brancos e negros levam-na a corroborar as teses de que o Brasil teria encontrado o caminho da paz entre as raças.

Cidade das mulheres é parte obrigatória da bibliografia de quem se propõe a estudar as relações raciais no Brasil e a constituição da Bahia como campo de estudo das religiões de matrizes africanas.

Joselina da Silva

Pesquisadora do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes



Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação

Carlos Frederico B. Loureiro,
Marcus Azaziel e Nahyda Franca
Ibase/Ibama
43 págs.

A Modernidade é marcada por uma profunda tensão entre construir e destruir, resultante, em grande parte, de uma dinâmica social produtora de contradições e conflitos. A mudança se tornou constante, as desigualdades entre diferentes se acentuaram e os remanescentes de natureza e cultura foram disputados por forças econômicas, sociais e políticas que desejavam devorar os testemunhos de ecossistemas e da história humana.

Ao mesmo tempo em que engendrou os destruidores, a Modernidade gerou os protetores, dois componentes que

se espalharam por um mundo ocidentalizado. Assim, nasceram os conservacionistas e os defensores do patrimônio cultural, no século XIX.

Com relação à natureza, o movimento de proteção está associado à criação de parques, unidades destinadas a manter amostras representativas de ecossistemas outrora utilizados, sem maiores cuidados, como fontes de recurso. No Brasil, essa preocupação concretizou-se com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, em 1937.

Com o tempo, outros mais nasceram por força de diplomas legais, grande parte fruto da ação do movimento conservacionista. Demorou-se a notar que a simples implantação de unidades de conservação não era suficiente para os fins pretendidos. As forças de destruição (e os conflitos sociais em torno dos recursos) continuavam ignorando ou não incorporando ao seu cotidiano esses redutos de natureza a serem preservados ou utilizados de forma sustentada. Era necessário, com urgência, um trabalho de educação e de gerenciamento democráticos.

Essa foi a percepção de Carlos Frederico B. Loureiro, Marcus Azaziel e Nahyda Franca ao organizarem *Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação*. Conscientes de que a crise socioambiental tem origem na estrutura desigual e injusta da sociedade brasileira – e não em forças naturais –, os autores não se limitaram à proteção formal de amostras significativas de ecossistemas.

Afastando-se das propostas liberal e revolucionária para tratar dos conflitos e injustiças socioambientais, eles caminham pela trilha de uma democracia radical, o que pressupõe a participação dos diversos atores sociais, não com o objetivo de camuflar as desigualdades ou pleitear a utopia da sociedade perfeita. Antes, entendem os

conflitos como inerentes a uma sociedade com interesses antagônicos e buscam não eliminá-los pela via de um grande evento redentor, como a revolução armada, mas contribuir para que os explorados se fortaleçam e os gerenciem em seu benefício.

Impõe-se, pois, a necessidade de um processo de organização, que deverá ser promovido pela via de uma educação atenta aos conflitos derivados da apropriação desigual dos recursos naturais. Os educadores comprometidos com essa proposta devem ter em mente o desenvolvimento das camadas pobres da sociedade para que possam alcançar qualidade de vida melhor e ecologicamente sustentável.

A força desse roteiro, aberto para a formação de conselhos gestores de unidades de conservação, reside no rigor conceitual com que foi concebido. Os autores partem de premissa teórica consistente, da qual fazem derivar conceitos como desenvolvimento sustentável, educação, educação ambiental, vulnerabilidade socioambiental, ambiente, conflito social e gestão participativa.

Muitos trabalhos bons param nesse ponto, mas os autores de *Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação* vão mais longe, oferecendo uma metodologia que apresenta concretamente os passos a serem dados em direção à tomada de consciência, a uma práxis dialógica, à participação e à gestão.

Arthur Soffiati

Doutor em História Social pelo IFCS/UFRJ e professor da UFF

“A busca por novas formas

de governabilidade demo-

crática passa pelo poder

local e pela ampliação

da esfera pública, pois é

na ação na territorialidade

local, articulada às questões

políticas do Estado-nação,

que os conflitos e tensões

são mais visíveis e os atores

sociais se relacionam

mais intensamente”

Carlos Frederico B. Loureiro, Marcus Azaziel e Nahyda Franca, no livro *Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação*

Zonas de sombra e silêncio

Miscigenação, sensualidade e sexo “inter-racial”¹ são tidos como algumas das características que marcam a especificidade brasileira. Na tese de doutorado sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais”,² o ponto de partida foi o cotejamento dessa representação sobre Brasil³ com as estatísticas realizadas por demógrafos e sociólogos de orientação quantitativa, que apontam para um padrão marital homogâmico presente na sociedade brasileira. As mesmas análises, que somente operam com relações maritais formais, identificaram a predominância do par homem “negro”/mulher “branca” no país onde se veicula que a “mulata é a tal”. Um certo paradoxo parece emergir do cruzamento dessas afirmações: no mesmo país que valoriza, em diferentes âmbitos, a mestiçagem e a “mistura”, parece existir tabu com relação aos casamentos “inter-raciais”. Em um nível, o desejo e o sexo “heterocrômico” são “desejáveis”; em outro, ao menos o casamento (e por que não dizer também o desejo e o sexo?) aparece como “indesejável”.

¹ Nesta análise, utilizo aspas nas classificações de “cor” e “raça”. Por meio desse procedimento procuro, seguindo a sugestão de Fry (1996), ressaltar que “raça”, antes de ser um conceito científico, é histórico, culturalmente construído no interior de uma certa concepção “nativa”, e não deve ser concebido e utilizado de forma unívoca.

² Ver Moutinho (2001).

³ Parte do levantamento da pesquisa foi possibilitada pela bolsa do 10º Concurso de Doações para Pesquisa sobre o Negro no Brasil, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos/Fundação Ford, 1998.

ABERTO

Segundo Néstor Perlongher, “os agenciamentos do desejo seriam sociais, transindividuais, intersubjetivos. O desejo não ficaria restrito ao individual subjetivado, mas percorreria tensões de força que atravessam diretamente o campo social” (1987, p. 251). No tema em análise, “raça” ou “cor” se circunscrevem como um tensor que agrega fluxos libidinais em dimensões necessariamente paradoxais: a) em um eixo, o desejável (o da representação nacional, *grosso modo* operado pelo casal homem “branco”/mulher “mestiça”), em outro, o desejo tabu (em geral, referido ao homem “negro” com a mulher “branca”); b) sua constituição atravessa como um *continuum* o corpo social: mobiliza desde uma argumentação “racista” e “exótica” até a que arregimenta valores “modernos” e “igualitários”; c) agregado às assimetrias de gênero, o vetor “cromático” opera sentidos e significados eróticos do caleidoscópio social de forma singular.

As interações experimentadas no trabalho de campo, bem como o exercício de docência, possibilitaram-me vivenciar um conjunto de situações que suscitam algumas percepções, cuja reflexão gostaria de alinhar a seguir. No interior dessas redes foi possível, inicialmente, identificar certas narrativas sobre retraimento, constrangimento e auto-exclusão, que, vale destacar, apareceram de forma freqüente e variada nas narrativas das pessoas entrevistadas sobre o tema, marcados por nuances específicas de acordo com a rede de sociabilidade em jogo. Além disso, identificou-se no campo dos afetos e prazeres, uma margem de manobra, à qual os entrevistados puderam recorrer para lidar com o desprestígio da “cor negra”. Vejamos algumas situações.

Branca de elite

Beto é filho de um homem “negro” com uma mulher “branca”, classifica-se como “moreno”, possui 22 anos e é morador da Zona Oeste. Estuda em um dos cursos de alto prestígio de uma universidade igualmente prestigiosa do Rio de Janeiro. Ao ser perguntado se já havia namorado alguém dessa rede de sociabilidade, respondeu “sim”, mas apressou-se em justificar que já conhecia a menina antes de entrar na universidade, explicitando da seguinte forma seu conflito:

[...] eu não sei, pode ser uma coisa minha, tem uma retração também da minha parte porque antes [de entrar para a faculdade] é aquele negócio, eu não tinha olhos abertos [...], não esquentava a cabeça, ia para qualquer lugar. [...] Acho que vou ter que fazer análise depois daqui, tem tanta coisa que eu não consigo entender, mas eu não sei qual é a reação que pode ter de repente... “esse cara vem me encher o saco” [...]. As patricinhas... eu não vejo qualquer possibilidade de elas saírem com um cara preto se podem sair com um branco.

A inserção em redes de sociabilidades como “branca” e de “elite” envolve diferenciadas questões. Atributos “raciais” e de prestígio, identificados comumente como de “classe”, mesclam-se fortemente nesses casos. Ao estudar os arranjos afetivos “heterocrômicos”, ficou claro que a percepção e o uso da categoria de “cor/raça” não podem ser dissociados dos atributos de prestígio social e, como outros autores já apontaram, variam de acordo com o contexto em que são utilizados. Como Fry (1996) demonstrou, existem “modos” de classificação de “cor” que são variáveis e mais freqüentes em determinadas classes e segmentos sociais urbanos.

Foi em uma universidade tida como “branca” e de “elite” da Zona Sul carioca que foram feitas observações de modo intenso. Inúmeras variáveis marcam a construção desse olhar. O primeiro entrevistado foi Toni, um rapaz de 20 anos que se classifica como “negro”, também matriculado em um curso de prestígio e que namorava uma “branca” na universidade. É egresso de camadas médias/altas da Zona Norte e se tornou, dois semestres depois, meu aluno: o “único negro da turma!”. Certo dia, estava ministrando uma aula sobre questão “racial”, tendo como base um artigo de Peter Fry intitulado “O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a ‘política racial’ no Brasil”. O rapaz aparentemente não “agüentou” a discussão, respondeu à chamada e saiu da sala. Discuti com os alunos as principais questões do texto e propus, como exercício reflexivo, pensarmos

A vivência da 'raça' no ambiente familiar é um importante norteador da percepção e vivência das relações 'raciais' na vida social, articulada a outras variáveis

como a questão “racial” era vivida e pensada na faculdade onde estudavam.

Falamos das oposições que estruturaram as redes de sociabilidade naquele espaço, até que alguém lembrou, com ar de crítica, indignação e denúncia: “Toni é o único negro da turma!”. Ato contínuo, uma menina retorquiu: “O que é isso? Ele não é negro, é moreno”. A afirmação foi uma surpresa, pois o próprio rapaz se classificara como “negro” e eu própria o percebia como tal. Outro grupo

redarguiu, e ela respondeu: “*Geeente*, ele é como *nóóós!*”. Percebi, nesse momento, que o rapaz em foco havia se inserido e era bem aceito pelo grupo. Uma inserção que significava partilhar certos valores e *ethos* que indicam um processo de pertencimento e igualdade e uma percepção diferenciada da alteridade “racial”, ou, em outros termos, a “cor” parece ser, dada a proximidade, eventualmente eclipsada, ainda que não-diluída.⁴

Juliana, uma bela jovem “negra” de 19 anos, em uma conversa informal, também é vista como a “única negra” da sua turma – frequenta um outro curso de alto *status* da universidade. Vi-a várias vezes sentada no chão em animadas conversas com seus colegas. De

fato, a questão “racial” não se colocava para ela de modo relevante. Vejamos como ela resumiu sua experiência na universidade. Oriunda de uma família de camadas altas do interior do estado do Rio de Janeiro, afirmou que “sempre conviveu com brancos, sem problema”. Disse, expressando-se com um ar que misturava justificativa e constrangimento, não saber se o problema é dela ou não, mas “nunca senti o preconceito” – isso incluía não somente as interações sociais em geral como também o mercado dos afetos. Supõe que isso talvez se deva ao fato de “sempre ter convivido com brancos” e por causa do seu “meio social”. Esses dois fatores seriam, na percepção da entrevistada, a causa de sua “tranqüila” inserção na universidade. Em outras palavras, a “cor”, em sua narrativa, aparece

nesse caso submergida a seu pertencimento a uma família de camadas altas, à convivência com “brancos”, de modo a neutralizar a sensação de preconceito e a discriminação.

A despeito das distintas classificações de “cor” que as pessoas recebem em diferenciados espaços de sociabilidade e sua articulação com *status*, a vivência da “raça” no ambiente familiar é um importante norteador da percepção e vivência das relações “raciais” na vida social articulada, como visto, a outras variáveis.

Nessas histórias, destaca-se a diferença de “cor” e da posição de classe no interior dessa rede. Entretanto, como demonstrado a seguir, creio que, mais do que diferença de classe, o que está aqui em questão são certos atributos de *status* valorizados nessa rede de sociabilidade. O primeiro rapaz mencionado (Beto) declarou se sentir “discriminado” e “constrangido” no contato com amigos e “paqueras”. Embora se classifique como “moreno” e seja oriundo de camadas altas da Zona Oeste carioca, acredita que sua sensação de falta de lugar ocorre em razão da sua “cor”.

De fato, a “cor” foi uma questão vivida de forma especialmente latente em seu meio familiar – o que parece explicar, em parte, a força com que a “raça” orienta sua visão de mundo –, mas creio que, no universo em questão, há ainda um outro fator extremamente relevante que apareceu em sua fala: ser associado aos alunos do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), em vários momentos distintos, acabou por enfatizar sua percepção da “diferença racial”. Leiamos a fala de Beto sobre isso:

[...] o cara olhou para minha cara e achou que eu era do pré-vestibular, pô, a minha roupa é essa aqui, igual a que todo mundo está usando, qual o problema? Então, só pode ser isso: pô, esse cara é preto, o cara é mais moreninho... Deve ter vindo de algum pré-vestibular carente desses daí, entendeu?

Vale assinalar que, apesar de o rapaz utilizar a categoria “carente”, ele acaba por enfatizar a referência à “raça”. Toni, o outro rapaz, classifica-se como “negro”, mas possui uma inserção diferenciada – manipula com eficiência uma série de atributos de prestígio. Além disso, entre outras coisas, está ciente (e lança mão), como discuti em outro

4 Processo similar parece acontecer nas situações de amizade e intimidade entre pessoas de sexo diferente. Claudia Rezende (2001) identifica essa tendência em sua análise sobre amizade entre jovens e adultos pertencentes às camadas médias urbanas cariocas. Rezende recorre à amizade para analisar a inter-relação entre as diferenças de gênero e sua conexão com a noção de pessoa, buscando compreender a “dinâmica de negociação das identidades e alteridades”.

momento, do erotismo atribuído à “cor negra”. Para os dois, entretanto, não é fácil circular por esse espaço.

Uma outra lógica explicativa da relação entre “negros” e “brancos”, assim como a possibilidade de discriminação “racial”, apareceu de forma recorrente nas entrevistas realizadas na universidade, seja com “negros”, seja com “brancos” de camadas médias: a questão da (ausência de) convivência de “brancos de elite” e da “Zona Sul” do Rio de Janeiro com “negros” em posições (e profissões) de prestígio social. Vejamos outra fala de Beto:

[...] aqui [referindo-se tanto à Zona Sul como à universidade], as pessoas estão acostumadas a ver um cara preto como ascensorista, é um não-sei-o-quê. Você não vê o cara como um vizinho teu, como um cara que estuda no mesmo colégio, que vai aos mesmos lugares, que tenha as mesmas pretensões. [...] Elas [as pessoas] parecem ter uma certa dificuldade em [fazer] amizade, entendeu? Porque, às vezes, está todo mundo conversando e tal, mas ‘aquele’ você não chama para ir para lugar nenhum, conversa só algumas coisas. Eu acho que a pessoa não tem referência que seja igual a ele, que faça as mesmas coisas que ele [...].

Profissão da cor

Chamou a atenção como a narrativa de Beto não é isolada. A justaposição da “cor/raça” e de uma profissão de baixo *status* e qualificação evidencia que tanto no que tange às possibilidades de interação entre os diferentes grupos de “cor” como de se manter relacionamentos afetivo-sexuais “heterocrômicos”, o convívio (ou não) com “negros” (em uma situação de igualdade e prestígio social) aparece como uma categoria central para justificar as possibilidades de interação em termos de amizade, sexo e amor, assim como de compartilhar as redes de solidariedade existentes. Vejamos mais um exemplo.

Tuzzi tinha 23 anos por ocasião da entrevista, classificava-se como “branco” e já era formado em desenho industrial pela mesma universidade no ano em que foi entrevistado.

Sempre morou no bairro do Catete, Zona Sul do Rio de Janeiro. Estudou em colégio público e, embora vivesse na Zona Sul, uma área de elite, disse que “conviveu com pessoas que não tinham muita grana”. Acha que esse fator o influenciou positivamente. Sua vida social é ativa desde os 15 anos. Tinha vários grupos: o grupo do colégio, o da rua e o da praia. No colégio, normalmente “ficava bebendo em bar e depois ia para o baile *funk*” em favelas – como os bailes dos morros do Fogueteiro (Rio Comprido), Chapéu Mangueira (Leme), Serro Corá (Cosme Velho), Morro Azul (Flamengo), Santa Marta (Botafogo), que eram “da moda” quando ele era adolescente. Disse-me que, com o grupo da rua, ia para os forrós.

Tuzzi afirmou que “nunca” teve “nenhuma barreira de namorar mulher negra”. Enfatizou inúmeras vezes ao longo da entrevista que, na sua rede de sociabilidade, “isso era normal”. Sua namorada, inclusive, é “morena, bem morena”. Em parte, atribui esse fator à vivência com pessoas de distintas “cores” proporcionada pela formação em escola pública e nos bailes *funks*. Disse-me que

esse papo da mídia, da beleza ser branca, na época eu não questionava essas coisas porque eu frequentava esses lugares. Esse era meu mundo, eu não tinha consciência dessas coisas que aparecem na mídia, da beleza ser branca, porque meu mundo era outro. [...] Ah, o baile funk... Aí, depois eu entrei na faculdade... “Pô, cadê as meninas negras?” Não tem! Embora eu já soubesse que não tinha... Mas, pô, o pessoal aqui é diferente. [...] Então, é que eu vi que meu grupo era um grupo diferente. [...] Convivendo [na faculdade] é que você vê como é complicado ter um relacionamento com uma negra. Nas boites da Zona Sul, por exemplo, você não vê negro. E quando você traz isso para a realidade... “Seu amigo está namorando uma negra”. Aí, rola aquela diferença. Porque você não está acostumado a viver com aquilo. [...].

Essa lógica, que foi recorrente nas entrevistas, parece similar à apresentada por alguns entrevistados acerca dos constrangimentos vividos contra seus relacionamentos

ABERTO

nas redes familiares e de parentesco. Também nesse depoimento, não se percebem acusações pessoalizadas de “racismo”. Mais uma vez, alguma referência exterior às pessoas (como a convivência, por exemplo) foi utilizada para justificar as situações de discriminação com base na “cor” (às vezes, agregadas à “classe”, uma interpretação local que se refere a uma série de elementos de prestígio social).

Os casos anteriormente mencionados tangenciam várias das questões presentes na literatura clássica – notadamente aqueles que podem ser identificados sob a rubrica “a integração dos negros na sociedade de classe” – construídas à luz da polarização, assimilação ou resistência dos valores da sociedade abrangente. Mas merecem, acredito, um enquadramento distinto. A questão, aqui, não parece se encaixar no estereótipo dos “negros socialmente brancos” ou do “negro de alma branca”, uma idéia presente em vários autores clássicos como Donald Pierson, Florestan Fernandes, entre outros⁵ e celebrada como o sintoma de um desejo de “embranquecimento” por parte de “negros” e “mestiços”. Faz-se necessário analisar essa questão com cuidado. Seria o caso de perguntar o que significa esse “desejo de embranquecer”: trata-se de “branquear” a prole? Trata-se de desejar uma mulher ou homem “brancos”? Ou de incorporar o que se nomeou de “hábitos brancos”?

Por oposição, podemos perguntar o que seriam hábitos “negros”? Candomblé ou samba, por exemplo? Nesse sentido, a análise de Maggie (1992) identificou um maior número de “brancos” e imigrantes entre os acusados de feitiçaria no período de repressão aos chamados cultos afro-brasileiros, assim como da análise de Fry (1982) acerca da incorporação de símbolos étnicos como símbolos de nacionalidade e do recurso, identificado em artigo recente, em que o autor afirma que

talvez seja assim porque os símbolos de identidade negra foram freqüentemente retirados de fora do Brasil, tais como o reggae no Maranhão, hip hop no Rio de Janeiro e em São Paulo e, finalmente, a própria África, especialmente na Bahia, [...] com os grupos “afro” de carnaval. (Fry, 2000, p. 105)

As trajetórias dos dois rapazes mencionados (Toni e Beto) são marcadas por conflitos que podemos classificar como de “cor” e “classe”. No entanto, a inserção e o pertencimento de Toni em especial (mas também de Juliana) não excluem a auto-identificação como “negro”, tampouco a expressão de “orgulho étnico”. Como apontou Angela Figueiredo (1999), um projeto ascensional não é atualmente percebido e vivido em oposição ao “orgulho étnico-racial”. Mas no campo dos afetos e desejos, que se configura no foco da presente análise, veremos como os atributos eróticos e de prestígio relacionados à “cor” e à “classe” podem ser manipulados (ou não) e vividos. Além disso, talvez seja novamente o caso de perguntar o que significa “orgulho étnico-racial”: apenas se classificar como “negro” ou se classificar com um discurso que indica que a pessoa está “assumindo a sua cor”? Ou, ainda, como desejava Abdias do Nascimento na peça *Sortilégio*, “assumir” a “cultura negra” como um ato de defesa contra a aculturação? Há um verdadeiro abismo entre essas percepções de identidade “racial”. Com propriedade, Figueiredo defende a emergência de uma “nova identidade negra” nas duas últimas décadas” (1999, p. 119). A publicidade e a produção de bens de consumo parecem ser, nesse sentido, os principais símbolos dessa mudança social.⁶ Algo que, como afirmou Márcia Lima (2001), ainda não aparece refletido nos dados sobre desigualdade e mobilidade social.

Acusação e denúncia

Na verdade, a principal forma que a idéia de “embranquecimento” tomou entre as pessoas entrevistadas – como em Nelson Rodrigues, Abdias do Nascimento, Florestan Fernandes, Roger Bastide e Costa Pinto, guardadas as diferenças anteriormente apontadas entre os autores – foi a de categoria de acusação e denúncia. Essas acusações se imiscuem, ainda, no mundo dos afetos com reclamações de homens e mulheres “negros” e “mestiços” de que aqueles que ascendem preferem os(as) brancos(as). O cerne dessa questão, assim como sua possibilidade de solução, evoca novamente a questão do convívio com “negros” em posição de igualdade (e prestígio social), anteriormente mencionada.

Além dos aspectos relativos aos “constrangimentos e exclusões”, pude identificar espaços de manobra que os “negros”

⁵ Para uma análise crítica da questão nos referidos autores, ver Figueiredo, 1999.

⁶ Sobre publicidade, ver Fry (2002).

recorrem nessa rede de sociabilidade. Nesses termos, é destacado aqui mais um aspecto presente nessa intrincada lógica de relação. Ortner e Whitehead (1981) destacam que as estruturas de gênero devem ser pensadas como estruturas de prestígio. A associação entre o masculino com o domínio público não esgota, para as autoras, a complexidade dessa relação. As estruturas de prestígio são mostradas como aquelas que vêm a hierarquizar as relações nesse domínio. Mais que estar desempenhando um papel no domínio público, interessa saber de que modo esse papel aloca o indivíduo na estrutura de prestígio. Pela análise realizada, creio que se pode afirmar que o prestígio social (dado por oposição ao estigma que a “cor” evoca) é, igualmente, estruturador das relações entre “brancos” e “negros”: no âmbito das relações afetivo-sexuais “heterocrômicas”, a “cor” é um elemento central na construção dos gêneros masculino e feminino.

Essas observações me parecem interessantes quando as articulamos às interações entre masculinidade, “cor” e atributos de prestígio social no mercado dos afetos e prazeres do espaço supracitado. Toni possui, segundo ele mesmo e outra entrevistada, “status na faculdade”. Não está circunscrito a um espaço único: circula com desenvoltura, possui boas relações com os professores e profissionais vistos como decisivos nesse contexto e sabe que isso atrai as mulheres, sendo, portanto, uma importante moeda de troca no mercado dos afetos e prazeres local. Atrilado ao prestígio adquirido, o rapaz percebe, como vários outros entrevistados perceberam, que “a diferença atrai”; trata-se do potencial erótico/afetivo da diferença de “cor”, “classe” e prestígio, da atração que os estereótipos eróticos e estéticos associados à “cor negra” ressaltam e do espaço de manipulação que os atores possuem. Vejamos como outros entrevistados lidam com o desprestígio da “cor negra”, seus constrangimentos e o espaço de manobra que conseguem criar no interior desse quadro de desigualdade social. A narrativa a seguir é, nesse sentido, dramática.

Lídia estava com 33 anos por ocasião da entrevista, é “negra”, fazia pós-graduação na área de humanas, é casada com um médico “branco” (“dedicado e muito profissional”) e “se esconde” em certas situações “para não prejudicá-lo”, por exemplo, não o acompanhar em entrevistas para

empregos ou alguma outra situação que, de acordo com seu cálculo, possa acarretar prejuízo profissional. Eles são muito “companheiros” e reconhecem as possibilidades de discriminação que uma mulher “negra” e um homem “branco” podem sofrer. Assim, preferem se precaver. Além disso, sendo seu marido um médico, na sua percepção a situação piora, pois existe uma “mística” em torno dessa profissão, de modo que, se ela o acompanhasse em algumas “situações profissionais”, poderia vir a “prejudicá-lo”. No churrasco de formatura do marido, por exemplo, sentiu os “olhares” de estranhamento dos seus amigos quando ela chegou. Ela acha que, quando a vêem com o marido, as pessoas pensam: “É o estrangeiro com uma negra” ou “O que um branco desses vai querer com uma negra?”. Foram essas percepções que os levaram a “manter certas coisas separadas”.

Na fala de Lídia, não há menção de tensão “racial” na relação dela com o marido, nem com seus amigos íntimos: o problema se aloca nas relações profissionais dele. Tanto que a entrevistada explicitou seu cuidado e carinho no momento de prepará-lo para uma entrevista, por exemplo, cuidando das roupas e ajudando em tudo que seria necessário na produção de uma “boa aparência”. Mas deixa explícito seu receio de que sua “cor” venha a “contaminar” seu prestígio profissional e, para tanto, encontrou um espaço de manipulação desse estigma visando contornar a discriminação e os problemas que poderiam enfrentar em seus relacionamentos.

Toni, que, como demonstrei, possui “boa” inserção em uma rede de sociabilidade “branca” e de “elite”, afirmou, ao relatar a reação dos amigos do casal ao seu namoro, que vários deles, de ambos os lados, afastaram-se:

[...] as pessoas que eram próximas saíram, nós tínhamos amigos dos dois lados que saíram. [...] Se afastaram de nós. [...] Da mesma turma, colegas dela, muitas

O prestígio social (dado por oposição ao estigma que a ‘cor’ evoca) é, igualmente, estruturador das relações entre ‘brancos’ e ‘negros’

* Laura Moutinho

Doutora em antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora visitante do Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisadora vinculada ao Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Clam) do IMS/UERJ.

colegas dela... quando a gente começou a namorar, a [fulana] tinha uma obsessão pela descrição que eu não entendia. Depois, eu vim ver o quão cruéis as pessoas são... [...].

As falas acima se equilibram entre o constrangimento social, a auto-exclusão e a manipulação dos atributos de estigma, visando à proteção de si e do relacionamento. As discussões e análises propostas nestas páginas visam, em primeiro lugar, abrir uma escuta aos entrevistados sobre seus dramas, conflitos e as soluções encaminhadas – algo bastante controlado na literatura que tratou do tema. Em segundo lugar, demonstrar as diversas estruturas de prestígio que incidem sobre a classificação de “cor” quando o mundo dos afetos e prazeres alcança a esfera

familiar, de parentesco e as redes de amizade e solidariedade. Nesse ponto, destaco a recorrente ênfase dos entrevistados em não utilizar a “raça” ou o “racismo” como definidor da pessoa. Por fim, visa enfatizar que – ao contrário da chave explicativa de Donald Pierson e Florestan Fernandes, guardadas as diferenças entre os autores – as referências utilizadas pelos informantes, mais que se ater às diferenças de “classe”, referem-se às estruturas de prestígio que articulam “raça” a gênero e, em algumas situações, ao erotismo. Além do desprestígio (e constrangimentos) imposto pela “cor negra”, os entrevistados revelaram espaços de manobra e manipulação das estruturas de estigma e prestígio que nos permitem compreender alguns dos equilíbrios evocados nas situações de desigualdade social com base na “raça”. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1959. (Coleção Brasileira, vol. 305).
- BERQUÓ, Elza. Demografia da desigualdade. *Novos Estudos – Cebrap*, São Paulo, n. 21, p. 74-85, 1988.
- COSTA PINTO, L. A. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1953. (Coleção Brasileira, Série 5, v. 276).
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. (Volume 1).
- FIGUEIREDO, Ângela. Velhas e novas “elites negras”. In: MAIO, M. C.; VILLAS-BÔAS, G. (Orgs.). *Ideias de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- FRY, Peter. Estética e política: relações entre “raça”, publicidade e produção da beleza no Brasil. In: GOLDENBERG, M. (Org.). *Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- _____. Brazil: the burden of the past, the promise of the future. *Daedalus*, v. 129, n. 2, 2000.
- _____. O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a “política racial no Brasil”. *Revista da USP*, n. 28, p. 122-135, 1996. (Dossiê Povo Negro – 300 anos).
- _____. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- LIMA, Márcia. “Serviço de branco, serviço de preto”: um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano. 2001. Tese de Doutorado. PPGSA/IFCS. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MAGGIE, Yvonne. Os novos bacharéis. *Revista Novos Estudos – Cebrap*, n. 59, 2001.
- _____. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MOUTINHO, Laura. *Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*. 2001. Tese de Doutorado. PPGSA/IFCS. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- NASCIMENTO, Abdias. *Sortilégio: mistério negro*. Rio de Janeiro: Teatro Experimental do Negro, 1959.
- NORVELL, John M. A brançura desconfortável das camadas médias brasileiras. In: REZENDE, C. B.; MAGGIE, Y. (Orgs.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet. *Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality*. Londres: Cambridge University Press, 1981.
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945. (Coleção Brasileira, série 5, vol. 241).
- RAMOS, Guerreiro. Patologia social do “branco” brasileiro. In: _____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1956.
- REZENDE, Cláudia. Um gênero de amizade ou amizade sem gênero?. *Revista Interseções*, ano 3, n. 1, p. 133-150, jan./jun. 2001.
- RODRIGUES, Nelson. “Anjo Negro”. In: MAGALDI, S. (Org.). *Nelson Rodrigues: dramaturgia e encenações*. São Paulo: Perspectiva; USP, 1987.
- SILVA, Nelson do Valle. Distância social e casamento inter-racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 14, p. 54-84, 1987.

ESPAÇO ABERTO

OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA

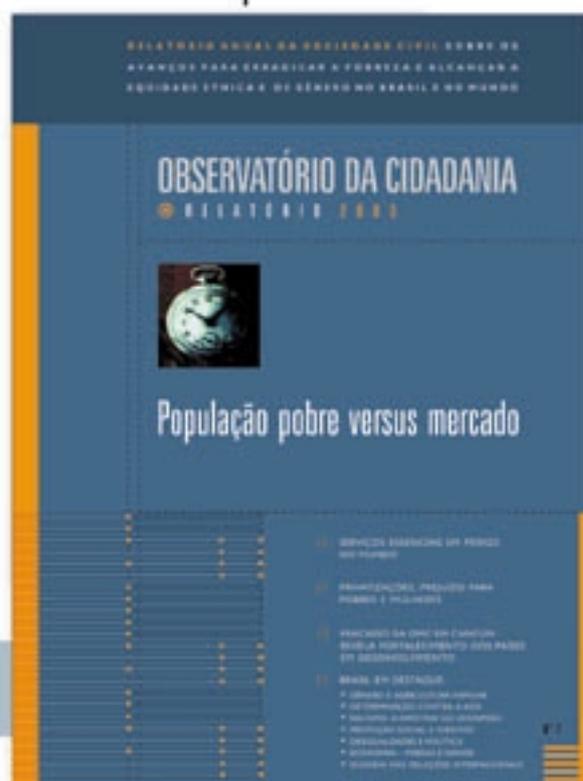
RELATÓRIO 2003



ACABA DE SER LANÇADO NO SENADO FEDERAL, EM BRASÍLIA, O OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA RELATÓRIO 2003. A PUBLICAÇÃO FAZ PARTE DA REDE SOCIAL WATCH, PRESENTE EM 60 PAÍSES. ACOMPANHA OS AVANÇOS MUNDIAIS PARA ERRADICAR A POBREZA E ALCANÇAR A EQUIDADE ÉTNICA E DE GÊNERO. A INICIATIVA É COORDENADA PELO IBASE E TEM O SUPORTE DE UM GRUPO DE REFERÊNCIA COM AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES: CEDEC, FASE, INESC, REDE DAWN E SO'S CORPO.

ESTE ANO, TRAZ O CENÁRIO DE 15 PAÍSES, ENFOCANDO A PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS E OS PREJUÍZOS QUE VÊM ACARRETANDO PARA AS POPULAÇÕES POBRES. O CD-ROM QUE ACOMPANHA A PUBLICAÇÃO ESTÁ MAIS COMPLETO EM RELAÇÃO À EDIÇÃO ANTERIOR: ALÉM DAS ESTATÍSTICAS MOSTRANDO OS AVANÇOS E RETROCESSOS DOS PAÍSES EM RELAÇÃO AO CUMPRIMENTO DAS METAS DA ONU, TRAZ AS EDIÇÕES COMPLETAS EM ESPANHOL E INGLÊS, COM AVALIAÇÃO DE 181 PAÍSES; E AS EDIÇÕES BRASILEIRAS DESDE O ANO 2000. O CAPÍTULO BRASILEIRO DO NOVO RELATÓRIO ENFATIZA OS SEGUINTE TEMAS:

- GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR
- DETERMINAÇÃO CONTRA A AIDS
- RACISMO: A HIPÓTESE DO DESESPERO
- PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITOS
- DESIGUALDADES E POLÍTICA
- ECONOMIA – PERDAS E DANOS
- OUSADIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Pedidos de exemplares ao Ibase:
(21) 2509-0660 ou pelo site: www.ibase.br

CULT

CULTURA

Luiz Carlos Mello*

IMAGENS que



Fernando Diniz



Fernando Diniz

URA

revelam o inconsciente



Fernando Diniz



Ênio Sérgio

Quem visitar o Museu de Imagens do Inconsciente¹ irá se confrontar com imagens inquietantes (e muitas vezes belas) que compõem o seu acervo estimado em 300 mil obras, acumuladas em seus 55 anos de existência. O museu nasceu em 1952, com a produção dos ateliês de atividades expressivas como pintura, modelagem e xilogravura. Essas obras foram estudadas em diferentes áreas, como antropologia, psicologia, psiquiatria, história da arte e religião, com o intuito de decifrar os misteriosos processos que se desdobram no interior de indivíduos que vivenciaram um profundo mergulho no inconsciente.

Inconformada com os métodos violentos de tratamento psiquiátrico em uso como eletrochoque, coma insulínico e a lobotomia, a dr^a Nise da Silveira encontrou na terapêutica ocupacional uma outra forma de tratamento para as pessoas esquizofrênicas. Fundou, então, em maio de 1946, o Serviço de Terapêutica Ocupacional no Centro Psiquiátrico Pedro II do Rio de Janeiro, que progressivamente atingiu 17 atividades, entre elas, sapataria, cestaria, teatro, jardinagem, música, carpintaria, encadernação e recreação.

O ateliê de pintura foi aberto em 9 de setembro de 1946. Tinha como monitor o artista Almir Mavignier, hoje pintor de renome internacional e professor de arte. Sua participação foi fundamental ao oferecer – e também ao descobrir – as melhores condições para que os internos pudessem criar livremente sem que houvesse qualquer interferência.

O Centro Psiquiátrico naquela época tinha 1.500 internos, em sua maioria esquizofrênicos crônicos que normalmente ficavam abandonados nos pátios do hospital. Nesses pátios e nas enfermarias, foi sendo descoberto (e reunido no ateliê) um grupo de esquizofrênicos cuja produção logo começou a se destacar.

As oficinas da terapêutica ocupacional foram atraindo, para seus diversos setores, pessoas abandonadas nos pátios do hospital psiquiátrico ao azar da não-ação, numa vida completamente incógnita por trás de seus uniformes.

Na luta pela mudança do ambiente hospitalar, foram surgindo, quase ao mesmo tempo, seres excepcionais como Emygdio, Raphael, Adelina, Isaac, Carlos, Fernando, Abelardo, Octávio e Lúcio, possuidores de uma capacidade de expressão extraordinária.

Três meses após a inauguração do ateliê, já havia material suficiente para organizar uma pequena exposição. Assim, em 22 de dezembro de 1946, foi inaugurada no antigo Centro Psiquiátrico Nacional, atual Instituto Municipal Nise da Silveira, a primeira mostra de imagens pintadas pelos doentes. A exposição despertou grande interesse, sendo logo transferida, em fevereiro de 1947, para o edifício-sede do Ministério da Educação, localizado no Centro da cidade, possibilitando acesso ao grande público. Para surpresa da dr^a Nise, os psiquiatras brasileiros se interessaram menos por essa produção do que os críticos de arte e o público em geral. Escreveram sobre as obras, nos jornais da época, Antônio Bento, Rubem Navarra, Mark Berkosvitz e outros.

Entre eles, destacamos Mário Pedrosa, crítico de arte do jornal *Correio da Manhã*, cuja compreensão sobre o assunto aparece de forma clara e profunda.

O artista não é aquele que sai diplomado da Escola Nacional de Belas Artes, do contrário não haveria artista entre os povos primitivos, inclusive entre os nossos índios. Uma das funções mais poderosas da arte – descoberta da psicologia moderna – é a revelação do inconsciente, e este é tão misterioso no normal como no chamado anormal. As imagens do



Emygdio de Barros

¹ Visitação pública de segunda a sexta-feira, das 9 às 16 horas.

Rua Ramiro Magalhães, 521 – Engenho de Dentro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20730-460.
Tel./fax: (21) 2596-8460
mii@museuimagensdoinconsciente.org.br

inconsciente são apenas uma linguagem simbólica que o psiquiatra tem por dever decifrá-las. Mas ninguém impede que essas imagens e sinais sejam, além do mais, harmoniosas, sedutoras, dramáticas, vivas ou belas, enfim, constituindo em si verdadeiras obras de arte.

Engenho de Dentro

Em 1949, o crítico de arte francês Leon Degand, então diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo, visita, a convite de Mário Pedrosa, a seção de Terapêutica Ocupacional. Degand fica impressionado com a qualidade artística das obras, propondo, então, uma exposição para o público de São Paulo. A seleção realizada por ele e Mário Pedrosa teve como título *9 artistas de Engenho de Dentro* e foi inaugurada em 12 de outubro de 1949. No prefácio do catálogo, a dr^a Nise afirma:

O diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo visitou o estúdio de pintura e escultura do Centro Psiquiátrico do Rio e não teve dúvida em atribuir valor artístico verdadeiro a muitas das obras realizadas por homens e mulheres aí internados. Talvez esta opinião de um conhecedor de arte deixe muita gente surpreendida e perturbada. É que os loucos são considerados comumente seres embrutecidos e absurdos. Custará admitir que indivíduos assim rotulados em hospícios sejam capazes de realizar alguma coisa comparável às

criações de legítimos artistas – que se afirmem justo no domínio da arte, a mais alta atividade humana.

A exposição *9 artistas de Engenho de Dentro* teve enorme repercussão de público e na imprensa. Destacamos crônicas de Sérgio Milliet, Quirino da Silva, Osório Borba, Jorge de Lima e Flávio de Aquino.

Além do reconhecimento do valor artístico do acervo por artistas e especialistas em arte, o museu realizou, ao longo de seus 54 anos de existência, mais de cem exposições no Brasil e no exterior, dando maior ênfase ao aspecto científico da coleção por meio das pesquisas desenvolvidas pela dr^a Nise e seus colaboradores. O museu enviou representação para três congressos mundiais de psiquiatria: Paris, 1950; Zurique, 1957; e Rio de Janeiro, 1993.

As exposições sempre atraíram grande público, pelo fascínio das formas ou pela revelação do inconsciente, destacando-se *Imagens do inconsciente* (no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, por ocasião do centenário de C. G. Jung, em 1975), *Os inumeráveis estados do ser* (no Paço Imperial do Rio de Janeiro, em 1987, e em Roma, em 1996, como representante dos países de língua portuguesa, por ocasião das comemorações dos 50 anos da Organização das Nações Unidas/ONU) e *Arqueologia da psique* (na Casa França-Brasil, Rio de Janeiro, em 1993, e em outras capitais brasileiras). Em 2000, na Mostra do Redescobrimen- to no Parque Ibirapuera (SP), participamos do *Módulo imagens do inconsciente*, que inseriu, de forma definitiva, esses artistas dentro da história das artes brasileiras.



Emygdio de Barros



Emygdio de Barros



Lúcio Noeman

As imagens produzidas no ateliê levantavam questões e interrogações que não encontravam resposta na formação psiquiátrica acadêmica. Essas questões impulsionaram a dr^a Nise para a busca de conhecimento e aprofundamento dos processos que se desdobravam no interior daqueles indivíduos, revelados por meio das imagens e símbolos. Após visita ao museu, em 1974, Ronald Laing, expoente da psiquiatria inglesa, deixou escrito que o trabalho lá realizado representa uma contribuição de grande importância para o estudo científico do processo psicótico.

Essas pesquisas, contrariamente à visão psiquiátrica predominante, nunca procuraram descobrir patologia nas produções, mas sim penetrar nas dimensões e nos mistérios dos processos do inconsciente. As imagens constituem material sadio, universal, e, muitas vezes, sua compreensão se faz por meio da pesquisa comparada com as histórias da religião, da arte, mitologia etc., numa verdadeira arqueologia da psique.

No acervo do Museu de Imagens do Inconsciente, temos centenas de exemplos desses paralelos, constituindo numa verdadeira viagem pelo tempo, desde o período neolítico, passando pela civilização egípcia, indo-persa e grega, até a alquimia na Idade Média. A emergência em nossos dias de conteúdos e símbolos, que fazem parte da história humana em diferentes épocas e locais, comprova a historicidade e a atemporalidade da psique.

Mandalas

A ferramenta principal para a prática terapêutica e a compreensão das imagens que surgiam espontaneamente nos ateliês veio por meio da psicologia junguiana. A dr^a Nise observou que as formas circulares ou próximas do círculo apareciam em grande quantidade na pintura das pessoas esquizofrênicas. Como interpretar esta aparente contradição: pessoas definidas como seres partidos (*esquizo* = cisão, *phrenis* = pensamento) produzindo, de forma espontânea, o símbolo universal da unidade, o círculo?

Em 1954, depois de reunir centenas dessas imagens, dr^a Nise escreve carta ao professor Jung, enviando fotografias e levantando questões sobre sua significação e origem. A resposta afirmativa foi imediata: eram mandalas, que representavam o potencial autocurativo existente na psique como forma de compensar a dissociação. Dr^a Nise viu-se diante de uma abertura nova para a compreensão da esquizofrenia. Esse encontro trouxe de forma definitiva a psicologia junguiana para o Brasil.

Como fazer essas forças curativas manifestarem-se no ambiente hostil que normalmente é o hospital psiquiátrico? Confirmava-se, mais uma vez, a importância do ambiente favorável e do afeto para que o processo de cura pudesse acontecer. Em seu espaço de trabalho, nunca houve grades, e as pessoas que o freqüentavam eram chamadas pelo nome. Era o afeto *catalisador* – assim chamado pelo monitor nas oficinas, como também a utilização do animal na terapia –, numa analogia à química, que assim classifica as substâncias que aceleram a velocidade das reações.

Em 1981, a doutora publicou o livro *Imagens do inconsciente*, traduzido para o inglês. Durante a sua produção, à medida que o trabalho evoluía, o texto era enviado juntamente com as fotografias das imagens para submetê-lo à apreciação de Marie-Louise von Franz, uma das mais importantes colaboradoras de Jung. Em quase todas as suas respostas, breves e sintéticas, vinham elogios: “É muito reconfortante saber que alguém compreendeu tão bem Jung do outro lado do mundo. E eu admiro a clareza e a coragem pela qual você diz o que deve ser dito”.

Em 1956, a dr^a Nise fundou a Casa das Palmeiras, uma experiência piloto em psiquiatria que tem como princípio evitar o ciclo de reinternações e que é destinada ao tratamento e à reabilitação, funcionando em regime de externato. A experiência lá desenvolvida abriu portas para o surgimento de diversos tipos semelhantes de instituições, sempre em regime de externato, implantando uma nova política de saúde mental que procura evitar as onerosas e cruéis internações, colaborando para a extinção gradual das instituições asilares. Iniciativas como o Espaço Aberto ao Tempo, no Rio de Janeiro, e os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), inicialmente organizados em Campinas, São Paulo e Santos, espalham-se pelo país.

Seu trabalho renovador na psiquiatria encontrou muitas dificuldades. Por seu espírito combatente, denunciando as formas agressivas de tratamento e internação, foi perseguida e boicotada. Por falta de recursos, muitas vezes os trabalhos no ateliê eram feitos em jornais, nos diários oficiais que pegava na administração, para que os freqüentadores não deixassem de desenvolver suas atividades. A incompreensão do seu trabalho pioneiro no uso de cães e gatos como co-terapeutas levou-a a enormes sofrimentos com o desaparecimento e o envenenamento de animais. Naquela época, manteve correspondência com pesquisadores americanos estadunidenses sobre a relação ser humano/animal. Um deles, o psicanalista estadunidense Boris Levinson, comentou sobre a morte dos animais: "Sem dúvida, para muitos desses doentes, os animais eram sua única linha de vida para a saúde mental".

O Museu de Imagens do Inconsciente encontra-se à disposição do público para visitas, estudos e pesquisas. Promove exposições em sua sede e fora dela, cursos, visitas orientadas, apresentação de vídeos e grupo de estudos. No museu, pode-se constatar a importância de Nise da Silveira, que, pelo seu trabalho revolucionário, acumulou ao longo da vida títulos e prêmios em diferentes áreas do conhecimento: saúde, educação, arte e literatura. Seu trabalho e seus princípios inspiraram a criação de museus, centros culturais e instituições psiquiátricas no Brasil e no exterior.

No dia 14 de agosto de 2003, o Conselho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional aprovou, por unanimidade, o tombamento das principais coleções do museu.

*** Luiz Carlos Mello**

Diretor e curador do
Museu de Imagens do
Inconsciente

O bem versus o mal

Lúcio, um escultor extraordinário, participou da exposição *9 artistas de Engenho de Dentro*. Suas obras representavam guerreiros para protegê-lo na sua luta cósmica contra as forças do mal. Foi lobotomizado na mesma época do evento, apesar de todas as investidas de Nise da Silveira contra tal cirurgia. O médico responsável pela operação publicou artigo na Revista de Saúde Mental, onde apresentava o hemisfério cerebral antes e depois da operação. Dr^a Nise, posteriormente, publica na mesma revista a produção plástica de Lúcio antes e depois da operação. Seus trabalhos tornaram-se irreconhecíveis, regredindo à mais primária condição. O alienista responsável por esse procedimento escreveu no prontuário, numa entrevista com Lúcio, após a operação: "Ele diz: enfiaram ferros na minha cabeça e transformaram a luta entre o bem e o mal numa luta de gato e rato".

Esse exemplo de destruição de um indivíduo foi denunciado por Nise da Silveira de diversas maneiras: em livros, palestras e no 1º Congresso Mundial de Psiquiatria. Ela não só se negava a realizar tais práticas como também as combatia com todas as suas forças. "A beleza das imagens do inconsciente é denúncia. Denúncia do asilo, do exercício burocrático das profissões psiquiátricas e da sociedade que cultiva tais deformidades".

Essa operação, feita há tantos anos, não é coisa do passado. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, no ano de 2000, formou caravanas que visitaram instituições psiquiátricas por todo o Brasil. Elas constataram a realização de neurocirurgias no estado de Goiás. ■

última página

